

**CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS.  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA E PATRIMÔNIO CULTURAL**

**DILAILA DA PAIXÃO DOS SANTOS**

**PARQUE E SOLAR BOA VISTA: REFLEXÕES SOBRE UM PATRIMÔNIO EDIFI-  
CADO EM PROCESSO DE ARRUINAMENTO, SALVADOR, BAHIA.**

Cachoeira, Bahia.

2023

**DILAILA DA PAIXÃO DOS SANTOS**

**PARQUE E SOLAR BOA VISTA: REFLEXÕES SOBRE UM PATRIMÔNIO EDIFICADO EM PROCESSO DE ARRUINAMENTO, SALVADOR, BAHIA.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia para a obtenção do grau de Mestre.

Concentração: Patrimônio Cultural.

Linha 4: Patrimônio Cultural e Políticas Públicas

Orientador: Prof. Ricardo José Brügger Cardoso

**BANCA EXAMINADORA:**

Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Ricardo José Brugger Cardoso (orientador)

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Suzane Tavares de Pinho Pêpe (membro interno)

Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>a</sup>. Márcia de Noronha Santos Ferran (membro externo)

Cachoeira, Bahia.

2023

S23 7p	<p>Santos, Dilaila da Paixão dos.</p> <p>Parque e Solar Boa Vista: reflexões sobre um patrimônio edificado em processo de arruinamento, Salvador, Bahia./ Dilaila da Paixão dos Santos. Cachoeira, BA, 2024. 124f., il.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Ricardo José Brügger Cardoso</p> <p>Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes Humanidades e Letras, Programa de Pós-graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural, Bahia, 2024.</p> <p>1. Patrimônio Cultural - Proteção – Salvador (BA). 2. Bahia – Patrimônio cultural. 3. Preservação do Patrimônio – Bahia. I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras. II. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD: 363.69098142</p>
-----------	--

Ficha elaborada pela Biblioteca do CAHL - UFRB. Responsável pela  
Elaboração – Juliana Braga (Bibliotecária – CRB-5/ 1396)  
(os dados para catalogação foram enviados pelo usuário via formulário eletrônico)

## DILAILA DA PAIXÃO DOS SANTOS

### PARQUE E SOLAR BOA VISTA: REFLEXÕES SOBRE UM PATRIMÔNIO EDIFICADO EM PROCESSO DE ARRUINAMENTO, SALVADOR, BAHIA.

Dissertação submetida à avaliação para obtenção do grau de Mestre em Arqueologia e Patrimônio Cultural do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Patrimônio Cultural. Concentração: Patrimônio Cultural. Linha 3: Patrimônio Cultural e Políticas Públicas.

Cachoeira, 11 de outubro de 2023.

#### EXAMINADORES:



Prof. Dr. Ricardo José Brügger Cardoso (UFRB – Orientador)



Suzane Tavares de Pinho Pêpe (UFRB – Examinadora interna)



Márcia de Noronha Santos Ferran (UFF – Examinadora externa)

## AGRADECIMENTOS

Nenhum trabalho se realiza sozinho, e durante estes dois anos de pós-graduação, recebi inúmeras contribuições que possibilitaram a conclusão deste projeto.

Gostaria de começar expressando minha gratidão ao meu orientador, Ricardo José Brügger Cardoso, pela parceria e orientação tranquila. Guardarei para sempre as memórias e o conhecimento que construímos juntos durante este período. Às professoras Márcia Ferran e Suzane Pêpe, agradeço pela disponibilidade em participar deste momento importante da minha jornada acadêmica.

À minha família, cujo apoio tem sido meu pilar constante ao longo dos anos, especialmente à minha mãe, Joelma, pelo seu otimismo, apoio incondicional e dedicação, sem os quais eu não teria alcançado essa conquista. Ao meu pai, Jorge, pelo carinho e atenção constantes, e à minha irmã, Priscila, por ser a melhor companheira e amiga que alguém poderia ter. Aos meus queridos avós - Cleonice, Antônio, Fátima, Fábio e Madalena - por compreenderem minha ausência durante este período.

Aos amigos, cuja presença torna a vida mais significativa. Agradeço especialmente a Karine Novaes, Rômulo Meireles e Edilene Alves pela amizade, apoio e colaboração constantes. Aos colegas de turma, com quem compartilhei as alegrias e dificuldades da pós-graduação, em especial a Roberto Moreira Chaves e Flávia Paranaguá, pela amizade recente construída neste período.

Aos docentes e à comunidade do PPGAP, e especialmente à saudosa professora Sabrina Damasceno, por sua contribuição significativa no início desta pesquisa. Sua falta é profundamente sentida. Ao PPQ-Pós, por meio do PPGCI, pelo apoio durante esse período desafiador da pós-pandemia.

Aos técnicos e demais funcionários do Arquivo Público da Bahia, da Fundação Mário Leal Ferreira e do Centro de Memória da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, sem os quais este trabalho não seria possível. Por último, ao Engenho Velho de Brotas e seus moradores, um lugar que se tornou especial para mim. A todos, meu sincero agradecimento.

*Não! Minha velha torre! Oh! atalaia antiga,  
Tu olhas esperando alguma face amiga,*

...

*É nisto que tu cismas, ó torre abandonada,  
Vendo deserto o parque e solitária a estrada.*

...

*Como tudo mudou-se!... O jardim 'stá inculto  
As roseiras morreram do vento ao rijo insulto.;*

...

*Entremos!... Quantos ecos na vasta escadaria,  
Nos longos corredores respondem-me à porfia!.*

...

*Nestes salões imensos, que abriga o vasto teto.  
Mas eu no teu vazio - vejo uma multidão  
Fala-me o teu silêncio - ouço-te a solidão!...*

Castro Alves, A Boa Vista.

## RESUMO

A presente pesquisa de dissertação, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural (PPGap) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), tem como objetivo central investigar as principais causas do estado atual de degradação do Solar e do Parque Boa Vista, ambos localizados no bairro do Engenho Velho de Brotas, em Salvador, Bahia. Esse processo de arruinamento do imóvel e de abandono de seu parque adjacente teve início em 2013, quando a edificação sofreu um incêndio de grandes proporções que destruiu parte de sua estrutura. Trata-se de uma pesquisa social de caráter exploratório que tem como método o estudo de caso, ao investigar o processo de degradação de um conjunto que abarca importante patrimônio histórico, arquitetônico e paisagístico sotero-politano. De início, foram realizadas reflexões teóricas acerca dos conceitos utilizados para embasar a escrita deste trabalho, com ênfase nas políticas públicas de preservação do patrimônio cultural edificado. Como parte complementar ao estudo teórico, a metodologia adotada visa realizar e analisar entrevistas com moradores da região e com agentes dos diferentes órgãos públicos responsáveis pela salvaguarda do mesmo, no que concerne a atual condição física do conjunto. A partir da coleta de materiais em acervos particulares e arquivos públicos, essa pesquisa documental auxiliou de modo adequado às primeiras análises e a interpretação histórica desse sítio que abrange a edificação e o seu parque. *A priori*, é possível constatar a ausência de políticas públicas para a gestão e preservação do conjunto, além da observância de conflitos de interesses entre as diferentes instâncias do poder público. Busca-se aqui, portanto, obter alguns subsídios necessários para uma compreensão preliminar deste fenômeno de arruinamento do Solar Boa Vista, assim como de abandono de seu Parque adjacente.

**Palavras-chave:** Solar e Parque Boa Vista; Patrimônio Cultural Edificado; Políticas Públicas Patrimoniais; Memória Urbana de Salvador.

## ABSTRACT

The present dissertation research, developed in the Graduate Program in Archaeology and Cultural Heritage (PPGap) of the Federal University of Recôncavo da Bahia (UFRB), has as its central objective to investigate the main causes of the current state of degradation of the Solar and Boa Vista Park, both located in the neighborhood of Engenho Velho de Brotas, in Salvador, Bahia. This process of ruining the property and abandoning its adjacent park began in 2013, when the building suffered a major fire that destroyed part of its structure. This is a social research of exploratory character that has as a method the case study, to investigate the process of degradation of a set that encompasses important historical, architectural and landscape heritage of Salvador. Initially, theoretical reflections we made about the concepts used to support the writing of this work, with emphasis on public policies for the preservation of the built cultural heritage. As a complementary part of the theoretical study, the methodology adopted aims to conduct and analyze interviews with residents of the region and with agents of the different public agencies responsible for safeguarding it, with regard to the current physical condition of the group. From the collection of materials in private collections and public archives, this documentary research adequately helped the first analyses and the historical interpretation of this site that covers the building and its park. A priori, it is possible to observe the absence of public policies for the management and preservation of the whole, in addition to the observance of conflicts of interest between the different instances of public power. The aim here, therefore, is to obtain some necessary subsidies for a preliminary understanding of this phenomenon of ruination of Solar Boa Vista, as well as the abandonment of its adjacent Park.

**Keywords:** Solar and Boa Vista Park; Built Cultural Heritage; Public Heritage Policies; Urban Memory of Salvador.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Vista antiga da região do Dique do Tororó.....	52
Figura 2- Fachada do Asilo São João de Deus no final do século XIX. ....	53
Figura 3- Fachada do Hospital São João de Deus no início do século XX. ....	55
Figura 4- Vista da rua Boa Vista de Brotas na década de 1930. ....	57
Figura 5- Planta da fazenda Boa Vista. ....	58
Figura 6- Plantas do solar Boa Vista como sede do hospital Juliano Moreira. ....	59
Figura 7- Fachada do Solar Boa Vista durante os anos 1940.....	60
Figura 8- Elemento decorativo da porta da capela. ....	60
Figura 9- Vista das janelas e balaústre da torre. ....	61
Figura 10- Fachada sudoeste do Solar Boa Vista.....	61
Figura 11- Fachada nordeste do Solar. ....	62
Figura 12- Ladeira do Pepino com vista do Dique do Tororó na metade do século XX. ....	62
Figura 13- Vista dos pavilhões do hospital Juliano Moreira. ....	63
Figura 14- Vista da rua do Trovador. ....	65
Figura 15- Maquete do futuro Parque Solar Boa.....	67
Figura 16- Fachada noroeste do Solar Boa Vista, nos anos 2000. ....	68
Figura 17- Fachada nordeste do Solar Boa Vista, nos anos 2000. ....	70
Figura 18- Vista da Avenida Sete de Setembro com o Solar Cunha Guedes.....	72
Figura 19- Fachada do Solar Conde dos Arcos. ....	74
Figura 20- Fachada do Solar Amado Bahia.....	75
Figura 21- Localização do Parque Solar Boa Vista.....	77
Figura 22- Incêndio Solar Boa Vista. ....	78
Figura 23- Fachada do Solar Boa Vista 2017.....	80
Figura 24- Vista interna do casarão- escadaria.....	80
Figura 25- Vista interna do casarão- corredor. ....	80
Figura 26- Vista interna- capela. ....	81
Figura 27- Mapa de equipamentos do parque. ....	82
Figura 28- Fachada Cine Teatro Solar Boa Vista.....	83
Figura 29- Fachada Centro de Saúde Mental Aristides Novis. ....	84
Figura 30- Vegetação no anfiteatro e Solar ao fundo. ....	84
Figura 31- Quadra esportiva. ....	85
Figura 32- Parque Infantil.....	85
Figura 33- Academia .....	85
Figura 34- Praça em 2017.....	85
Figura 35- Praça em 2023.....	86
Figura 36- Fachada do CEDAP.....	95
Figura 37- Anexo em 2017.....	96
Figura 38- Anexo em 2023.....	96
Figura 39- Mapa Parque Solar Vista – Usos em 2023 .....	97
Figura 40- Acesso e Estacionamento em 2017.....	98
Figura 41- Acesso e Estacionamento em 2023.....	98

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- APB** Arquivo Público do Estado da Bahia
- BID** Banco Interamericano de Desenvolvimento
- CAB** Centro Administrativo da Bahia
- CAPS** Centro de Atenção Psicossocial
- CEDAP** Centro Estadual Especializado em Diagnóstico, Assistência e Pesquisa
- CIMEB** Centro de Infusões e Medicamentos Especializados da Bahia
- CNPq** Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- CNRC** Centro Nacional de Referência Cultural
- CONDER** Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
- DEAM** Delegacia Especial de Atendimento à Mulher
- DPHAN** Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- EPUCS** Escritório do Plano de Urbanismo de Salvador
- FUNCEB** Fundação Cultural do Estado da Bahia
- IGHB** Instituto Geográfico e Histórico da Bahia
- IPAC** Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia
- IPHAN** Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- MHN** Museu Nacional
- ONU** Organização das Nações Unidas
- PAC** Programa de Aceleração do Crescimento
- PDDU** Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador
- PHC** Programa Cidades Históricas
- PMCAMV** Minha Casa Minha Vida
- PNMA** Política Nacional do Meio Ambiente
- SEC** Secretaria de Educação e Cultura
- SISNAMA** Sistema Nacional do Meio Ambiente
- SMED** Secretaria Municipal de Educação
- SNPC** Sistema Nacional do Patrimônio Cultural
- SPHAN** Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- UNESCO** Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
- URBIS** Habitação e Urbanização da Bahia

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>12</b>
<b>1. APORTES TEÓRICOS.</b>	<b>17</b>
1.1 DISCUSSÕES SOBRE O CONCEITO DE PATRIMÔNIO.	17
1.1.1 REFLEXÕES PRELIMINARES SOBRE O CONCEITO DE PATRIMÔNIO: ABORDAGEM HISTORIOGRÁFICA.	17
1.1.2 OS PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO NO BRASIL	25
1.1.3 POLÍTICAS PÚBLICAS ASSOCIADAS À PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO NO CONTEXTO URBANO BRASILEIRO	31
1.1.4 INCERTEZAS SOBRE A CATEGORIA DE PATRIMÔNIO EDIFICADO: PROTEÇÃO X ABANDONO.	39
1.2 CONCEPÇÕES SOBRE A NOÇÃO DE MEMÓRIA.	44
1.2.1 A MEMÓRIA ASSOCIADA AO PATRIMÔNIO: CONCEITOS INTRÍNSECOS?	44
<b>2. AS BOAS VISTAS DE UM PATRIMÔNIO HISTÓRICO SOTEROPOLITANO.</b>	<b>49</b>
2.1 A FREGUESIA RURAL DE BROTAS: LEMBRANÇAS DE UM ANTIGO CASARÃO (1800-1868)	50
2.2 DE ASYLO A JULIANO: ABRIGANDO UM HOSPITAL E A EXPANSÃO URBANA DE SALVADOR (1874-1982).	55
2.3 O ENGENHO VELHO DE BROTAS: REOCUPAÇÃO DO SÍTIO COM A CRIAÇÃO DO SOLAR E DO PARQUE BOA VISTA (1982- 2013).	66
2.4 OUTROS PATRIMÔNIOS EDIFICADOS COMO EXEMPLOS DE REFERÊNCIAS.	71
<b>3. PROBLEMATIZAÇÕES SOBRE O ESTADO ATUAL DO SOLAR BOA VISTA.</b>	<b>76</b>
3.1 DIAGNÓSTICO E ANÁLISES PRELIMINARES SOBRE O ESTADO ATUAL DE ABANDONO DO SOLAR E DO PARQUE BOA VISTA.	77
3.2 BASES LEGAIS E NORMATIVAS SOBRE O CONJUNTO: COLETA, COTEJAMENTO E ANÁLISE DOS DOCUMENTOS.	87
3.3 O PAPEL DAS DIFERENTES INSTÂNCIAS DO PODER PÚBLICO EM RELAÇÃO AO CONJUNTO DA BOA VISTA.	90
3.4 ANSEIOS, PROPOSTAS OFICIAIS E FUTUROS PROJETOS VOLTADOS PARA A PRESERVAÇÃO DO CONJUNTO.	94
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>100</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>105</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>113</b>

## INTRODUÇÃO

O patrimônio cultural, assim constituído, tem grande relevância para contar a história de um determinado local, pois quando se trata de um bem edificado a sua existência significa objeto direto da vida de determinado grupo, enquanto representa a história de maneira física, visível e faz parte de seu cotidiano. Desde o século XVIII se iniciaram mecanismos para a proteção destes bens, a fim de manter vivas estas histórias. Neste contexto está inserido o Solar Boa Vista, uma residência localizada na cidade de Salvador, Bahia e foi tombada pelo SPHAN<sup>1</sup> em 1941, ainda nos primeiros anos dos processos de patrimonialização do Brasil. O Solar Boa Vista carrega as principais características dos primeiros bens históricos escolhidos para serem protegidos no país. Sua configuração remete a arquitetura colonial portuguesa que era apreciada pelas elites dominantes do país naquele momento, que escolhiam os objetos merecedores de proteção e, assim, eram reconhecidos como bens de ‘pedra e cal’<sup>2</sup>.

Trata-se, portanto, de um solar de grande porte e dotado de planta quadrangular, com paredes espessas e com características de fortificação, além disso, possuía uma capela e uma torre que alcançava as vistas da cidade. Inicialmente, o casarão fazia parte de um conjunto arquitetônico que integrava um engenho de açúcar urbano. O engenho envolvia grande área da cidade de Salvador e seu terreno se transformou posteriormente em um distrito de grandes avenidas importantes para a cidade. Na cidade de hoje, o prédio se encontra dentro do bairro do Engenho Velho de Brotas, um bairro central de ruas estreitas habitado por uma população majoritariamente negra.

Ao longo dos anos, este patrimônio teve diversos usos que de certo modo contribuíram para a sua manutenção, mas que também lhe acarretou grandes alterações físicas. Alterações que se mostraram necessárias para atender as demandas de cada uso: inicialmente como residência familiar; como hospital psiquiátrico por longo período; e por fim como edifício administrativo para abrigar a municipalidade local. Outras alterações alcançaram o solar, como a redução do seu terreno inicial, devido à construção de conjuntos habitacionais no seu entorno e com a construção de um parque público, onde hoje se encontra inserido.

Com este longo histórico de usos, a edificação recebeu constantemente a atenção e os cuidados mínimos para manutenção da sua estrutura, porém esta assistência se encerrou em 2013. Neste fatídico ano, a edificação sofreu um grande incêndio que destruiu 30% de sua estrutura e, desde então, a mesma vem passando por um processo de arruinamento que coloca

---

<sup>1</sup> Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, foi a primeira designação do órgão federal de proteção dos bens patrimoniais no Brasil, fundado em 1937. (CHUVA, 2011)

<sup>2</sup> Termo comumente utilizado para se referir aos patrimônios arquitetônicos. (CHUVA, 2011).

em risco a sua existência. O arruinamento do Solar tem se agravado a cada ano, sobretudo pela falta de consolidação da edificação, de sua cobertura e de seus fechamentos. Este sinistro tem deixado a edificação exposta às intempéries e ao vandalismo, tornando-se um problema mais amplo de segurança para a edificação, assim como para o seu entorno. Hoje, portanto, é possível constatar que este sítio se encontra duplamente prejudicado pelo abandono e pela insegurança.

Dez anos após o ocorrido, é de se estranhar que pouco ou quase nada tenha sido feito para recuperar o imóvel e que, embora protegido pela legislação, não recebeu dos poderes públicos em todas as suas instâncias a atenção devida para mitigar tais problemas. Diante dos argumentos até aqui expostos, pode-se afirmar inicialmente que a existência do Solar Boa Vista representa um documento histórico protagonista e de grande relevância, não somente para o bairro em que está localizado, mas também para toda a cidade de Salvador, com suas inúmeras transformações urbanas e sociais vividas ao longo de séculos. Com base em observações e reflexões realizadas até o momento, portanto, indagamos, como questão central deste trabalho, quais seriam os principais motivos para o surgimento e o aprofundamento deste fenômeno de decadência sócio urbana em uma região central da capital baiana.

Em princípio, constata-se diferentes interpretações e visões dos poderes públicos e da comunidade, em geral, sobre o processo de abandono e degradação deste relevante conjunto histórico. Ao que tudo indica, essa multiplicidade de leituras pode estar diretamente ligada aos vários usos conferidos à edificação ao longo de sua existência. Contudo, cabe salientar também que existem divergências de opiniões em relação à sua localização, somadas ao perfil socioeconômico do bairro, que excepcionalmente se configuram como fatores preponderantes para o agravamento do estado de deterioração do Solar e do Parque.

Partindo então desta hipótese preliminar, o principal objetivo da pesquisa é investigar quais seriam as causas para a ocorrência deste fenômeno de abandono deste bem imóvel, por meio da coleta e análise dos questionamentos feitos à população local, aos seus representantes, aos órgãos gestores e as demais instituições públicas responsáveis pela salvaguarda deste antigo patrimônio soteropolitano tão peculiar.

Para complementar o estudo, os objetivos específicos se dividem em: 1. Dissertar sobre a importância do Solar Bela Vista em sua relação histórica com o bairro do Engenho Velho de Brotas, em particular, e com a cidade de Salvador, em geral; 2. Levantar dados e informações sobre os usos conferidos à edificação através do tempo e as transformações ocorridas no objeto e em seu entorno; 3. Investigar os principais motivos para o abandono da edificação, sua gestão patrimonial, bem como a manutenção do parque adjacente; 4. Interpretar as relações

entre o parque, os usos conferidos, a localização da edificação e o seu atual estado de abandono.

Os patrimônios edificados foram os primeiros bens culturais protegidos pelas legislações em todo o mundo, no entanto, no decorrer das últimas décadas, grande número destes monumentos encontra-se em estado de arruinamento. Ao observar o caso específico do Solar Boa Vista, notou-se a necessidade de estudar de forma mais aprofundada as principais causas relativas ao abandono em que algumas edificações de grande porte se encontram até hoje. Este trabalho busca, portanto, atentar para o tema da preservação do patrimônio edificado, na intenção de entender a complexidade da situação específica deste objeto, assim como de compreender a ocorrência desse fenômeno que tem se tornado cada vez mais frequente nas cidades brasileiras e, em especial, na capital baiana.

O presente trabalho está organizado em três capítulos. O primeiro capítulo é dedicado à discussão teórico-metodológica, que norteará a pesquisa a fim de responder aos problemas e aos objetivos elaborados, uma revisão bibliográfica acerca dos conceitos apresentados nesta pesquisa. Este trabalho tem como conceitos-base as noções de patrimônio, das políticas patrimoniais e sobre as inter-relações entre cidade, patrimônio e memória. Serão apresentados os conceitos de patrimônio em seu processo histórico, desde o século XVIII até as políticas patrimoniais atuais. A pesquisa inclui ainda as noções de patrimônio edificado, suas políticas específicas, os usos sociais do patrimônio arquitetônico em seu processo de patrimonialização, assim como sobre a sua relação com as cidades em que estiver inserido. O último conceito utilizado é o de concepção de memória, quando associada ao patrimônio arquitetônico edificado. Para tal, será realizada uma revisão bibliográfica acerca dos temas escolhidos.

O segundo capítulo apresenta o estudo do conteúdo histórico do objeto e de seu entorno. Sua relação com o desenvolvimento da cidade, o uso conferido à edificação através dos anos até o momento presente. Já no terceiro capítulo, aborda-se a discussão final sobre o estado de abandono do local, tomando como base as análises realizadas por pesquisa de campo com a população local e com os órgãos públicos, à luz das bases teóricas apresentadas no primeiro capítulo. Para obter as respostas acerca da problematização apresentada, será realizada uma pesquisa exploratória de caráter qualitativo, utilizando como método principal o estudo de caso.

No que concerne a metodologia adotada, Gil (2003) defende que as pesquisas exploratórias oferecem uma visão geral sobre um fato pouco explorado, e em seu complemento afirma que: “[...] a pesquisa qualitativa procura coletar, integrar e apresentar dados de diversas fontes de evidência como parte de qualquer estudo. Yin, por sua vez, acredita que: [...]. A

complexidade do ambiente de campo e a diversidade de seus participantes provavelmente justificam o uso de entrevistas e observações e mesmo a inspeção de documentos e artefatos. ” (YIN, 2016, p.8)

A pesquisa não se foca em números, mas sim na interação do indivíduo ou dos grupos com os demais elementos da vida cotidiana, buscando compreender a sua relação com a edificação. Para a coleta destas informações serão utilizadas fontes orais (entrevistas) e documentais. Como método principal da pesquisa foi escolhido o estudo de caso, como bem menciona Schramm ao afirmar que: “a essência de um estudo de caso, a principal tendência em todos os tipos de estudo de caso é que ela tenta esclarecer uma decisão ou um conjunto de decisões: o motivo pelo qual foram tomadas, como foram implementadas e com quais resultados” (SCHRAMM, 1971, apud Yin. p. 31, 2003).

Esta escolha se dá a partir da observação do fenômeno de degradação do imóvel, um caso que, embora recorrente no campo do patrimônio cultural, aponta para uma sequência de decisões, ou das negligências que levaram ao estado atual. O estudo de caso pode de fato auxiliar no entendimento de como e do porquê das decisões tomadas, bem como das negligências observadas. Nesse sentido, Yin afirma: “em outras palavras, o estudo de caso como estratégia de pesquisa compreende um método que abrange tudo - com a lógica de planejamento incorporando abordagens específicas à coleta de dados e à análise de dados” (YIN, 2003, p. 33).

A ausência de publicações sobre o local encaminha a pesquisa para a utilização de fontes primárias documentais e iconográficas. Os documentos selecionados serão especialmente aqueles que apontem as transformações da edificação ao longo do tempo, tais como: plantas, fotografias; gravuras e mapas da região. As alterações implementadas no sítio podem auxiliar na compreensão do lugar pela comunidade ao longo do tempo, permitindo a elaboração de comparações entre os discursos coletados e as mudanças realmente ocorridas.

No que concerne ao arcabouço teórico, esta pesquisa busca realizar uma revisão bibliográfica acerca da temática do patrimônio cultural com os seguintes autores: CHOAY, CHUVA e ZANIRATO. Mais especificamente, sobre as teorias de preservação dos bens patrimoniais edificados, destacando-se autores como: BOITO e BRANDI. No que se refere ao patrimônio em sua relação com os centros urbanos, abordamos autores como: CHOAY, REIGL, e em complementação com GIOVANNONI, por se tratar de um autor que cunhou o termo do restauro urbano. Por fim, para a discussão acerca da memória urbana, utilizamos os autores: ROSSI, SCHWARCZ, CANDAU e POLLACK.

Os principais locais da pesquisa de campo foram os arquivos da cidade que concentram um maior número destes documentos, dentre eles: Arquivo Público do Estado da Bahia, Instituto Geográfico e Histórico do Estado da Bahia, Centro de Memória Jorge Calmon, Biblioteca da Fundação Mário Leal Ferreira e arquivos dos jornais: A Tarde, Tribuna da Bahia e Correio.

As entrevistas, por sua vez, foram realizadas no formato de entrevistas informais (abertas) para um grupo formado por moradores do entorno. Havia a expectativa de realizar entrevistas semiestruturadas com representantes de diferentes instâncias do poder público. No entanto, estas entrevistas não aconteceram, não houve, por parte de nenhum órgão buscado, respostas aos contatos e solicitações. Assim, foram utilizadas, em seu lugar, as informações disponibilizadas pela imprensa local. Nesse sentido, Gil (2003) afirma que “as entrevistas informais são recomendadas para pesquisas exploratórias, pois esta opção permite que a comunidade local se expresse livremente sobre suas ideias, com perguntas pontuais e direcionadas para os assuntos mais relevantes para a pesquisa”. Por outro lado, vale lembrar que as entrevistas semiestruturadas para o segundo grupo proporcionariam respostas mais técnicas acerca da patrimonialização e da proteção do bem, ao mesmo tempo, em que permitiriam a livre expressão e o surgimento de novas informações e perspectivas sobre o assunto.

O primeiro grupo foi composto por moradores e usuários do entorno, com o intuito de estabelecer o tempo de moradia dos atores naquele local, bem como pela oportunidade de se obter mais informações sobre a estrutura antes do incêndio de 2013. O objetivo aqui, portanto, foi tentar estabelecer algumas comparações entre o passado e as condições atuais do Solar e de seu Parque. Foram realizadas oito (8) entrevistas com moradores locais de diferentes perfis sociais e idades. Levando-se em conta as atuais condições de saúde pública ainda relacionadas à pandemia de COVID-19, três (3) destas entrevistas foram realizadas de forma remota para evitar o contágio, naquele momento.



## **1. APORTES TEÓRICOS**

Neste primeiro capítulo, busca-se apresentar as bases teóricas que alicerçam os fundamentos da pesquisa. Esta parte inicial do trabalho se apresenta dividida em duas temáticas distintas: 1. Apresentação e delimitação conceitual do patrimônio cultural em determinado período histórico no mundo em contexto geral, e particularmente no Brasil, analisando as políticas públicas associadas à proteção do patrimônio arquitetônico nos grandes centros urbanos e, em especial, discutir sobre o processo de arruinamento de determinados patrimônios edificados na atualidade; 2. Propor um debate sobre como os conceitos de patrimônio e de memória podem estar associados e caminharem juntos, neste estudo de caso específico sobre um sítio histórico soteropolitano de relativa relevância.

### **1.1 DISCUSSÕES SOBRE O CONCEITO DE PATRIMÔNIO**

Como base para a investigação sobre o estado do imóvel estudado, este item aborda o desenvolvimento e as discussões associadas ao patrimônio. Inicialmente, será abordada a historiografia referente ao conceito, os primeiros pensadores sobre o tema e sobre a legislação que alicerça os conhecimentos difundidos no mundo e mais particularmente no país. A segunda parte deste item aborda algumas políticas públicas sobre os patrimônios edificados vigentes no Brasil, como o Programa Cidades Históricas, o Programa Monumenta e o PAC - Cidades Históricas. Por fim, neste primeiro capítulo, busca-se demonstrar os motivos que fazem com que as políticas públicas não consigam alcançar plenamente as edificações que já se encontram salvaguardadas pelas autarquias brasileiras. Para esta discussão mais específica, abordam-se os estudos sobre o valor de uso desenvolvidos por Alois Riegl (2014), como principal norteador.

#### **1.1.1 REFLEXÕES PRELIMINARES SOBRE O CONCEITO DE PATRIMÔNIO: ABORDAGEM HISTORIOGRÁFICA.**

A origem do termo patrimônio está intimamente ligada à noção de bem, de herança, daquilo que se desejava preservar e legar para sua própria família e, posteriormente, de forma mais ampla para as gerações futuras. Esta noção advém daquilo que, instintivamente, como sociedade, transmitimos aos demais, nossa língua, comida, tradições. Nas sociedades modernas, esta noção milenar adquiriu novos contornos e ganhou o nome de patrimônio artístico e histórico. Assim, patrimônio é ‘o conjunto dos produtos artísticos, artesanais e técnicos, das

expressões literárias, linguísticas e musicais, dos usos e costumes de todos os povos e grupos étnicos, do passado e do presente ” (TEIXEIRA, COELHO, 1999, p. 286).

Através dos quase três últimos séculos, o conceito foi se ampliando e vários pensadores passaram a refletir sobre o tema e discutir a melhor forma de proteger estes bens. Os alicerces deste pensamento patrimonial estão fincados no *quattrocento*<sup>3</sup> quando surgem os primeiros interesses nos vestígios do passado, impulsionados pelo desenvolvimento artístico da época e, sobretudo, com a formação das escolas de arte, e o florescimento do renascimento (CHOAY, 2017). Desde as civilizações mais antigas, como a Grega e a Romana, já existia a noção de arte: a pintura, a escultura, a arquitetura. Todavia, o valor dado a estes bens era conferido apenas pela sua estética, ou pelo artista responsável por tal obra, visto que nestas sociedades já se desenvolvia de forma bastante abrangente o colecionismo. Os primeiros pensamentos voltados para a proteção de bens patrimoniais e de seu próprio reconhecimento decorrem da implementação dos estados nacionais, especialmente após a revolução Francesa, como bem destaca Choay:

A expressão designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *sovir-faire*<sup>4</sup> dos seres humanos. Em nossa sociedade errante, constantemente transformada pela mobilidade e ambiguidade de seu presente, “patrimônio histórico” tornou-se uma das palavras-chave da tribo midiática. Ela remete a uma instituição e uma mentalidade. (CHOAY, 2017. p.11).

Se o termo patrimônio remete a uma mentalidade, preservar este patrimônio remetia, durante o século XVIII, à própria noção de identidade destes novos países. A discussão sobre patrimônio se inicia pela necessidade de preservar as obras de arte e os grandes monumentos arquitetônicos na Europa. Dentro deste contexto, além da preservação de bens, foram também criadas associações de arte e cultura e de museus. O legado deixava de ser familiar e começava a ganhar características de estado, como projeto político de poder. Nesta fase histórica, preservar remete quase sempre a restaurar e manter de pé um monumento.

Embora, segundo CHOAY (2017), as primeiras intervenções de restauro possam ter surgido na Inglaterra pelo menos cinquenta anos antes, a primeira contribuição estatal para a preservação do patrimônio de valor histórico se deu na França, quando, a partir de 1837, foi instituí-

---

<sup>4</sup> Competência adquirida pela experiência em resolver problemas específicos de um trabalho; perícia, habilidade. Capacidade de agir com inteligência e maleabilidade, nas mais diversas circunstâncias. (Dicionário Michaelis, PT-FR).

da a Comissão dos Monumentos Históricos com o primeiro cargo de inspetoria destes bens, que culminou mais tarde, em 1887, com a lei sobre os monumentos históricos (CHOAY 2017, p.145). Esta medida ocorre após um processo longo pós-revolução francesa, quando grandes obras foram destruídas como tentativa de se apagar tudo aquilo que remetesse às classes dominantes. Deste contexto, foram estabelecidos novos métodos, como o tombamento de monumentos e os serviços de proteção, como bem assinala Kühl:

A reação ao "vandalismo" revolucionário, que ameaçava expurgar do solo francês os remanescentes da arte medieval, resultou em incipientes providências oficiais tomadas por um Estado visando à tutela de monumentos históricos, levando à criação de legislação sobre o assunto. (KÜHL, 2007, p.112)

O estado passa também a financiar a proteção destes bens, muitas vezes se utilizando da restauração para os monumentos com característica nacional. O crescente interesse pela idade média faz com que, na França, o estilo escolhido tenha sido o gótico, sobre o qual os monumentos passaram a ganhar as características quando restaurados. (CHOAY, 2017). Deste modo, sobretudo as igrejas e grandes monumentos passaram a ser protegidos e restaurados para constituir a forma de seu país na época, ou seja, a sua arquitetura passou a ser restaurada ao modo da necessidade do país, a fim de expressar seu poderio. Importante salientar que a França, neste período, já era uma república presidencialista que mantinha um representativo domínio cultural, afastando-se das grandes monarquias vizinhas, pois se encontrava profundamente marcada pelos ideais iluministas<sup>5</sup> e da revolução francesa. A França já acumulava tanto da monarquia quanto do período napoleônico grandes obras representativas de diversos países, adquiridas como espólio de guerras e pilhagem (CHOAY, 2017). Como se sabe, esse momento foi marcado também pelas primeiras grandes escavações do período clássico – Grécia e Roma – assim como pelo grande número de artefatos escavados no Egito. Além disso, vale lembrar que a França era detentora de grandes museus<sup>6</sup> e de grandes coleções vindas de outros países e de seus próprios bens históricos e artísticos, como nação.

Neste contexto histórico Francês, em particular, surgem os primeiros nomes da preservação e da conservação prática no país. Dentre eles se destaca Viollet-le-Duc (1814-1879), um arquiteto e restaurador que realizou grandes obras de restauração de igrejas e monumentos, chegando a ser vice-presidente da comissão dos monumentos históricos. O trabalho de Viollet-le-Duc tinha como principal característica a intervenção profunda no objeto e seu mé-

---

<sup>5</sup> O Iluminismo foi um movimento intelectual que emergiu na Europa durante o século XVIII. Enfatizava a primazia da razão sobre a fé, defendendo-a como o caminho para promover o progresso da humanidade. Além disso, criticava o absolutismo estatal. (GRESPLAN, 2003)

<sup>6</sup> Museu do Louvre fundado em 1793. Museu de Cluny fundado em 1843. O Museu Nacional de História Natural, fundado em 1793.

todo ficou conhecido como restauro estilístico. Esse arquiteto buscava um restauro completo com a atualização das edificações, já que, para le-Duc (2019, p.29): “Restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo em um estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento.” Seu trabalho tinha como base as edificações de estilo gótico<sup>7</sup> e nestas restaurações as adições foram retiradas, enquanto que em outras obras foram feitos complementos com elementos neste estilo, com a intenção de retorná-las as suas características originais. Por conta de seu método, as restaurações de Viollet-le-Duc receberam muitas críticas na França e em outros países. Além disso, cabe destacar aqui dois nomes contemporâneos importantes para a proteção de monumentos, como o inglês John Ruskin<sup>8</sup> (1819-1900) e o italiano Camillo Boito<sup>9</sup> (1836-1914).

Neste momento em que a preservação se torna a prática do restauro, são traçadas as vertentes do conservadorismo e do intervencionismo. Enquanto o intervencionismo tem le-Duc como o seu expoente principal, Ruskin era o polo oposto que pregava o menor número de interferências possível ao monumento, enquanto a via como algo sagrado que não deveria ser alterado, afirmando ainda que: “Não temos direito algum de tocá-los. Eles não são nossos. Eles pertencem em parte aos que os construíram, e em parte a todas as gerações da humanidade que virão depois de nós” (RUSKIN, 2008, p. 83).

Em paralelo ao desenvolvimento desses pensamentos, Boito orientava no sentido que ficou conhecido como filológico, onde a intervenção era bem-vinda caso fosse necessária, ao tempo que era uma obrigação de todos cuidarem dos bens. Fazendo uma analogia entre o corpo humano e o monumento, o arquiteto defendia que: “seria melhor que o frágil corpo humano não precisasse do auxílio cirúrgico, mas nem todos creem que seja melhor ver o parente ou amigo morrer do que fazer com que lhes, seja amputado um dedo ou que usem uma perna de pau.” (BOITO, 2018, p.37). As contribuições de Boito colocaram o monumento como um documento histórico que deveria ser conservado com o seguinte lema: a manutenção para evitar a restauração e o restauro para manter viva a obra de arte. É possível afirmar que, dentro deste período, esses três nomes foram fundamentais, pois se contrapunham e detinham trabalhos de grande relevância em seus próprios países, como a França, a Itália e a In-

---

<sup>7</sup> Estilo arquitetônico predominante na baixa idade média (entre os séculos XII e XV) tinha como características a verticalidade, as abóbodas ogivais que ajudam a sustentar as paredes, aumentando os vãos e reduzindo a espessura das paredes. O grande número de detalhes, sobretudo de vitrais, melhorava a iluminação. Seus principais representantes estão na arquitetura religiosa e surgiu inicialmente na França. (GLANCEY, 2012)

<sup>8</sup> Escritor e crítico de arte, considerado um dos principais pensadores da restauração da Inglaterra no século XIX. Foi um crítico da sociedade capitalista, sobretudo da modernização através da industrialização. O que teve grande influência no seu pensamento conservacionista. (CHOAY, 2017)

<sup>9</sup> Foi um arquiteto, historiador e restaurador, tendo sido considerado um pensador moderado da preservação de monumentos. (CHOAY, 2017).

glaterra. Três nações de grande importância política e cultural na época, e com grande capacidade de influenciar as demais nações do mundo.

Em fins do século XIX outros nomes surgiram na Europa, entre eles Alois Riegl<sup>10</sup>, com a sua noção de valores conferidos aos monumentos, Max Dvořák<sup>11</sup> seu sucessor, aplicando e desenvolvendo o pensamento em um sentido prático da preservação. Este é o panorama resumido do século XIX. O século XX, por sua vez, nos alcança com transformações tecnológicas, guerras mundiais e novos materiais. Deste modo, a forma de ver e pensar o patrimônio também se modifica, sobretudo com o aumento na escala de bens e na sua proteção e no acréscimo de suas bases legais, um fenômeno visto hoje em todo mundo. Até então, o patrimônio era entendido apenas como um bem artístico, como as artes plásticas, os bens arqueológicos escavados das civilizações antigas e os bens arquitetônicos, como as grandes igrejas de estilo gótico. (CHOAY, 2017)

O novo século apontava para a necessidade das manutenções preventivas e de sua consolidação para o futuro, não só como um bem a ser admirado, mas como parte do cotidiano e da vida das pessoas. Assim, segundo Brandi (2019, p. 30): “A restauração constitui um momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dúplice polaridade estética e história, para sua transmissão para o futuro”. Brandi instituiu aquilo que ficou conhecido como *restauro crítico*, onde se observam as necessidades da edificação antes de ser realizado o restauro, ou seja, não existe uma receita pronta, mas sim a constatação de vários caminhos a serem percorridas.

Da mesma forma, Brandi pensa a manutenção quando cunha o termo *restauro preventivo*, que trata da manutenção preventiva do monumento arquitetônico, pouco pensado por restauradores e teóricos anteriores. Um aspecto importante, segundo Riegl (2019) é a observação das noções de valores para realizar o restauro, consoante a sua instância estética ou histórica, por exemplo. A partir de 1931, destacam-se as cartas patrimoniais<sup>12</sup>. A primeira carta publicada teve influência de Gustavo Giovannoni<sup>13</sup> e foi o documento final do congresso internacional de arquitetos e técnicos de monumentos históricos, realizada na cidade de Atenas,

---

<sup>10</sup> Historiador de arte austríaco, autor do Culto Moderno dos Monumentos. Pregava que os monumentos tinham vários valores atribuídos que deveriam ser necessariamente pensados durante os projetos de preservação, entre eles: o valor histórico, artístico, o valor de uso, de antiguidade e de memória. (CHOAY, 2017)

<sup>11</sup> Historiador de arte austríaco, escritor de O catequismo da preservação dos monumentos. Célebre nome da escola de Viena. (CHOAY, 2017)

<sup>12</sup> Cartas patrimoniais são documentos que contém em si medidas para a preservação e conservação dos mais diferentes patrimônios, são, geralmente, documentos finais de reuniões e eventos que tem estes temas como discussões principais. (SALCEDO, 2019)

<sup>13</sup> Urbanista e professor italiano que desenvolveu trabalhos relevantes na primeira metade do século XX relacionados a proteção do patrimônio, notadamente ao patrimônio das cidades, cunhando pela primeira vez o termo restauro urbano. (CHOAY, 2017).

na Grécia. O documento se volta inteiramente para recomendações de proteção, conservação e utilização dos monumentos, ressaltando que, embora o monumento histórico tenha destaque, também existem recomendações para as cidades.

O primeiro ponto de destaque foi o abandono do restauro em estilo, que não passava de um falso histórico, uma imitação daquilo que o monumento já foi no passado. Como literalmente descrito na carta: “assim predomina uma tendência geral para abandonar as reconstituições integrais e lhes evitar os riscos através da instituição de uma manutenção regular e permanente, própria para assegurar a conservação dos edifícios” (CIAM, 1931). Desse modo, “a doutrina I da carta de Atenas (1931) recomenda que se mantenha uma utilização dos monumentos, que assegure a continuidade de sua vida, destinando-os sempre a finalidades do seu caráter histórico ou artístico”. Nesse sentido, vale destacar aqui a contribuição de Giovannoni para a III doutrina: “recomenda respeitar, na construção dos edifícios, o caráter e a fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança dos monumentos antigos, cuja proximidade deve ser objeto de cuidados especiais” (CIAM, 1931)

A carta se atinha as minúcias da conservação e restauração dos monumentos, no que tange a escolha dos materiais e técnicas de escavação, como no caso específico das ruínas: “quando se trata de ruínas, impõe-se uma conservação escrupulosa, com reposição dos elementos originais encontrados (anastilose), sempre que as circunstâncias o permitirem; os novos materiais necessários para este fim deverão ser sempre reconhecíveis” (CIAM, 1931). Um aspecto importante que se deve salientar desta carta diz respeito à educação sobre os monumentos, orientando que este conhecimento seja transmitido desde cedo, para que as populações se habituem ao contato com os bens e sejam agentes de sua preservação.

A carta de Atenas foi escrita no período entre guerras, já que as principais preocupações com os monumentos e obras de arte, neste momento, estavam ligadas as transformações ocasionadas pela vida moderna. Inicialmente, estes documentos eram escritos em reuniões de grupos de conselhos e profissionais. Mas isso foi alterado após 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial e a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), período em que parte significativa das cartas mais recentes foi redigida. As cartas de Paris (1962) e de Veneza (1964), por sua vez, expandem de forma significativa a caracterização de patrimônio e desenvolvem para mais próximo do que existe hoje. São conceitos básicos da recomendação de Paris:

Para efeitos desta recomendação, são considerados bens culturais os bens móveis e imóveis de grande importância para o patrimônio cultural de cada país, tais como as obras de arte e de arquitetura, os manuscritos, os livros e outros bens de interesse ar-

tístico, histórico ou arqueológico, os documentos etnológicos, os espécimes-tipo da flora e da fauna, as coleções científicas e as coleções importantes de livros e arquivos, incluídos os arquivos musicais (UNESCO, 1962).

Nesta carta, pela primeira vez é citado o termo bens culturais, ampliando assim o conceito e retirando a hegemonia dos monumentos históricos. Faz a inclusão do meio ambiente e protege os diferentes acervos, o que compreende bibliotecas e, no que tange à música, deixa o caminho acessível para as novas mídias. Outro aspecto relevante deste documento foi mencionar a necessidade de que cada país pode definir de forma autônoma os critérios para a proteção dos seus bens. Além disso, a carta aumenta o número de bens protegidos e permite critérios diferentes, segundo a necessidade de cada membro.

Já a carta de Veneza, de 1964, tem como base a teoria de Cesare Brandi que consolidou o restauro crítico, tornando essa carta mais abrangente ao preconizar a manutenção e o uso do monumento para sua maior durabilidade. Esta carta foi escrita durante II congresso internacional de arquitetos e de técnicos de monumentos, ao estabelecer e constituir o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS). Conforme a Carta de Veneza (1964), o conceito de monumento histórico inclui os sítios urbanos e rurais, e não só os monumentos arquitetônicos separados, tendo em vista que tais sítios são testemunhas de civilizações e podem representar uma parte significativa de seu desenvolvimento e progresso ao longo dos anos.

Dáí em diante, o conceito passa a incluir também criações mais modestas, desde que tenham adquirido significado histórico ou cultural com o passar do tempo. (ICOMOS, 1964) Para a conservação do monumento, foi recomendada a manutenção preventiva e que este tenha, preferencialmente, a função de uso compatível com suas características. Como preconizava Quatremère de Quincy<sup>14</sup> “nenhuma parte do monumento ou do sítio deve ser deslocado para não separá-lo de sua história e da história do local onde se situa”. No que tange a restauração, segundo as teorias de Brandi, a carta em seu o Art. 9 menciona que:

O restauro é um tipo de operação altamente especializada. O seu objetivo é a preservação dos valores estéticos e históricos do monumento, devendo ser baseado no respeito pelos materiais originais e pela documentação autêntica. Qualquer operação desse tipo deve terminar no ponto em que as conjecturas comecem; qualquer trabalho adicional que seja necessário efetuar deverá ser distinto da composição arquitetônica original e apresentar marcas que o reportem claramente ao tempo presente. O restauro deve ser sempre precedido e acompanhado por um estudo arqueológico e histórico do monumento. (ICOMOS, 1964).

---

<sup>14</sup> Arqueólogo e filósofo francês e crítico da transferência de obras de arte, sobre o juízo de que estas obras perdessem o seu sentido fora da sua ambiência natural, isso se dá especialmente no caso das esculturas e dos artefatos arqueológicos. (CHOAY, 2017)

Para Brandi (2019), portanto, o restauro é um trabalho técnico especializado e a não observância disso poderá causar danos irreversíveis ao bem preservado. No decorrer destes quase 90 anos, 40 cartas já foram redigidas sobre os mais diversos temas em variados países, sendo atualizadas de acordo com as demandas do período em que foram escritas. Nenhuma carta é muito antiga, contudo, as mais recentes trouxeram luz às demandas recentemente exploradas. São duas as recomendações de Paris, a de 1989 e a de 2003, sendo a primeira sobre a salvaguarda da cultura tradicional popular e a segunda sobre a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial.

A recomendação de 1989 reconhece a cultura tradicional popular como parte importante da cultura dos povos e de sua história e a sua fragilidade, sobretudo no que concernem as tradições orais (UNESCO, 1989). O documento orienta para a criação de meios que promovam a documentação destas tradições, por meio de acervos em museus e da disponibilização de profissionais para a documentação. Para a salvaguarda, a carta prevê o fomento para o conhecimento através da educação, da investigação científica e do investimento financeiro. A recomendação de 2003, por sua vez, reconhece a interdependência entre as duas categorias do material e do imaterial, do seguinte modo:

Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. Para os fins da presente Convenção, será levado em conta apenas o patrimônio cultural imaterial que seja compatível com os instrumentos internacionais de direitos humanos existentes e com os imperativos de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e do desenvolvimento sustentável. (UNESCO, 2003).

Desta forma, línguas, modos de fazer e viver passam a ser igualmente protegidos e documentados para as futuras gerações. Todavia, há que se atentar para a mutabilidade e para as inúmeras possibilidades de transformação destes patrimônios, sejam eles materiais ou imateriais. Não obstante a sua proteção e preservação, o patrimônio cultural imaterial não deve sofrer com a demanda de se manter estático ou congelado, já que permanece vivo e se constitui como parte integrante do cotidiano dos diferentes grupos em que está inserido.



### 1.1.2 OS PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO NO BRASIL

No Brasil, as discussões relacionadas ao patrimônio chegam tardiamente se comparadas aos países europeus já citados. A primeira ação se dá com a fundação do Museu Nacional no ano de 1892, tendo como sede o Palácio da Boa Vista do Rio de Janeiro. Conforme menciona Fonseca (2017), durante a segunda metade do século XX pensadores e intelectuais já chamavam a atenção sobre a possibilidade de perda dos monumentos históricos coloniais do país. Por força disso, foram criadas as primeiras inspetorias estaduais de monumentos históricos em Minas Gerais (1926), na Bahia (1927) e em Pernambuco (1928). Três estados com grande número de monumentos do período colonial. Já por parte da federação, a primeira ação se dá com a elevação de Ouro Preto à categoria de monumento nacional e, posteriormente, através da criação da Inspeção de Monumentos dos Monumentos Nacionais no âmbito do Museu Nacional, em 1934.

Caberiam ao novo departamento do Museu Histórico as funções de inspeção das edificações de valor histórico e artístico e o controle do comércio de objetos de arte e antiguidades, o que seria feito com base em algumas determinações, entre as quais a organização de um catálogo dos edifícios dotados de “valor e interesse artístico-histórico existentes no país” para propor ao governo federal aqueles que deveriam ser declarados Monumentos Nacionais, não podendo ser demolidos, reformados ou transformados sem a permissão e fiscalização do MHN. (INSPETORIA DE MONUMENTOS NACIONAIS, 2010).

Nesta fase, o movimento moderno já se fazia presente no país, tanto na arquitetura quanto nas demais artes, em especial na pintura e na literatura. A efervescência cultural culminou na Semana de Arte Moderna de 1922, mesmo ano do centenário da independência nacional. Nesta ocasião, os ideais dos principais expoentes modernistas foram expostos em saraus, apresentações de música, de dança e de exposições. O movimento bebia da fonte das vanguardas europeias, tais como o cubismo e o dadaísmo, ao mesmo tempo, em que buscava romper com tradicionalismo e academicismo (CARDOSO, 2022). Um dos principais desdobramentos deste movimento foi o manifesto antropofágico, que na década de 1930 vai ter influência marcante dentro das políticas de preservação do Brasil. Em 1934, Gustavo Capanema assume a SEC – Secretaria de Educação e Cultura – em 1930, Getúlio Vargas assume a presidência do Brasil e em 1937 é implantado o chamado Estado Novo.

É neste contexto da primeira metade do século XX, portanto, que se desenvolvem as bases da política de salvaguarda de preservação do Brasil. Até poucos anos se atribuía as primeiras iniciativas ao modernista Mário de Andrade, no entanto, já foi apontado por Jacques Cabral (2018) o pioneirismo de um projeto de outro modernista, o Oswald, também conside-

rado relevante expoente do movimento moderno. De acordo com o IPHAN, em 1926 o modernista Oswald de Andrade apresentou ao presidente Washington Luís uma proposta para a criação de um órgão para salvaguarda do patrimônio histórico brasileiro. A proposta consistia na concepção de um Departamento de Organização e Defesa do Patrimônio Artístico do Brasil. O departamento tinha como objetivo inventariar e tomar o patrimônio em todo o território nacional. Isso incluía os bens arquitetônicos da colônia, os sambaquis, necrópoles e os vestígios do período Paleolítico. Em 1936, foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), transformado em lei em 1937 e, em consequência disso, a Inspeção de Monumentos dos Monumentos Nacionais foi desativada. O Art. 1º da Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, informa que:

Constituem o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL, 1937)

Este novo órgão federal tinha como finalidade organizar a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Os tombos passaram a ser registrados em três diferentes livros: o livro tomo n.º 1 (arqueológico, paisagístico e etnográfico); o livro tomo n.º 2 (histórico); e o livro tomo n.º 3 (belas-artes). É possível observar que esse documento de fundação do SPHAN contém em si semelhanças com a carta de Atenas, publicada anos antes, no que se refere aos monumentos. Embora tardia, a política de patrimonialização do país foi construída em alicerces firmes.

O SPHAN fazia parte da SEC e tinha como base um anteprojeto construído por Mário de Andrade que lhe fora solicitado por Gustavo Capanema. A escrita deste projeto se deu, sobretudo, em decorrência das viagens etnográficas realizadas por Andrade pelo país, com as expedições de 1924, 1927 e 1929, em seu contato com a cultura popular e o folclore nacional.

Mário teria desenvolvido o seu pensamento (FONSECA, 2017). O projeto tinha um caráter nacional que incluía os diferentes grupos que, segundo Fonseca (2017, p.99): “no seu anteprojeto, Mário de Andrade desenvolveu uma concepção de patrimônio extremamente avançada para o seu tempo, que em alguns pontos já antecipava, inclusive, os preceitos da Carta de Veneza de 1964, ao reunir num mesmo conceito de arte - manifestações eruditas e populares”.

Segundo Oliveira (2008), a primeira fase do SPHAN que vai de 1936 a 1967, período em que esteve sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade, ficou conhecida como a

fase heroica, sobretudo pela falta de recursos, de mão de obra especializada e de estrutura eficiente para a realização dos trabalhos necessários.

Construídos por figuras ilustres da intelectualidade do país na época, em um momento vigoroso de valorização da cultura local, contudo, pode-se perceber que os processos de salvaguarda passaram a proteger um tipo muito específico de patrimônio. Seguindo as premissas europeias, os primeiros bens protegidos tinham como característica a monumentalidade, com seus valores artísticos, históricos, bem como de seu valor de excepcionalidade.

Mas, o que poderia ser considerado excepcionalidade? Embora o decreto seja bem amplo e faça uma referência aos bens naturais, arqueológicos e etnográficos, por se tratar de uma ex-colônia, estas características estavam intrinsecamente relacionadas com monumentos que se referiam exclusivamente ao patrimônio colonial Português. Nos primeiros anos do SPHAN, portanto, um número substancial de bens tombados era edificado, os chamados patrimônios de pedra e cal, sobretudo os religiosos, militares e palacianos. Como exemplo destas edificações tombadas, destaca-se, em particular, o Solar Boa Vista, que está localizado no distrito de Brotas, na cidade de Salvador, e inscrito no livro de tomo em 1941

Solar suburbano, particular, que em meados do séc. XIX é transformado em casa de saúde, sob a guarda e responsabilidade da Santa Casa de Misericórdia. Construção robusta e defensiva em alvenaria de pedra e divisórias em paredes francesas, desenvolvida em torno de pequeno pátio central, com mirante em forma de torre no plano da fachada lateral. Sua planta, quase quadrada, é comum nas construções residenciais mais abastadas. As fachadas são emolduradas por fortes cunhais superpostos por coruchéus do tipo bulboso. O prédio possui capela com teto em gamela, no pavimento térreo, e um saguão central com escadarias de três lances que dá acesso ao pavimento nobre. (IPHAN)<sup>15</sup>

Assim eram os monumentos tombados pelo SPHAN em sua origem, seus atributos excepcionais tinham como base a arquitetura colonial portuguesa, especialmente o barroco. Isso é visível no grande número de edificações tombadas com as mesmas características, neste período (NOGUEIRA, 2014). Nas normativas mais recentes, muito se fala em grupos formadores da nação, no entanto, tais grupos eram pouco evidenciados. Lembrando ainda que, segundo o Art. 2º da Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937: “Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importem conservar e proteger, pela notável feição com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana”.

Quando se trata dos bens arqueológicos, mesmo com sítios e coleções tombadas desde a década de 1940, tais como: Sambaqui do Pindaí; Coleção Etnográfica, Arqueológica, Histó-

---

<sup>15</sup> Informação retirada do site da autarquia. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/729/iphan-acompanha-vistoria-de-solar-incendiado-em-salvador>. Acesso em 10.jul.2021.

rica e Artística do Museu Coronel David Carneiro (1941); Coleção Arqueológica e Etnográfica do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) (1941); tais instrumentos para a salvaguarda destes bens só se efetivaram em 1979, com a contratação dos primeiros arqueólogos e a criação de um setor mais específico (SALADINO, 2013).

O tombamento era realizado apenas para um dos grupos formadores do país, não havia participação da sociedade e as decisões eram tomadas de forma unilateral. Nesse sentido, Zanirato (2009, p. 140) afirma que “a seleção dos bens patrimoniais era realizada segundo os valores dos grupos sociais dominantes. Elementos considerados dotados de valor de arte, de antiguidade e de uma concepção elitista da história”. A existência de uma legislação não era sempre acompanhada de uma real atuação, já que o tombamento não era acompanhado de ações de proteção. Por se tratar de um país continental e com um serviço ainda novo, é possível supor que existissem dificuldades, mas como visto no capítulo anterior, alguns países europeus mantinham inspetorias de obras desde o século XIX que, em alguma medida, restauravam monumentos em condições de arruinamento e abandono.

Além dos imóveis e das igrejas, algumas cidades brasileiras também foram tombadas, sendo as primeiras, Ouro Preto (1938), Mariana e Diamantina. Ouro Preto era então uma cidade museu, parada no tempo, guardando todas as características dos séculos XVII e XVIII, em seu auge dentro da extração e comercialização de ouro e diamantes no estado de Minas Gerais. Um exemplar importante da imagem de país que deseja ter: branco, colonial, português e monumental.

O tombamento de conjuntos teve progressivo aumento na segunda fase do SPHAN, presidida por Renato Soeiro entre os anos de 1967-1979. Segundo Oliveira (2008), esta era uma demanda urgente devido ao crescimento populacional, à industrialização e crescimento das cidades que ameaçava a manutenção destes conjuntos como bens patrimoniais. O órgão passou por diversas transformações ao longo dos anos e foi convertido em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)<sup>16</sup>, em 1970.

---

<sup>16</sup> “Na primeira ocasião, a transição para o termo instituto ocorreu como resultado das reformas administrativas rompidas nos anos 1960, que levaram à reorganização dos ministérios. Dentro do Ministério da Educação e Cultura (MEC), foi instituído, por meio do Decreto n.º 66.967, de 27 de julho de 1970, o Departamento de Assuntos Culturais (DAC) como uma entidade superior, com supervisão sobre as instituições culturais vinculadas ao Ministério. Isso foi feito na transformação da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) em instituto (IPHAN), agora subordinado ao DAC. Inicialmente, essas mudanças não implicaram em uma restrição imediata na organização do IPHAN, uma vez que a estrutura anterior do DPHAN foi mantida. Somente em 1976, por meio da Portaria MEC n.º 230, de 30 de março, o instituto teve seu novo regimento interno publicado, o que tornou sua organização mais complexa. Foram previstas quatro novas representações, denominadas Diretorias Regionais, que permitiram a presença institucional nas regiões Norte, Sul e Centro-Oeste, além das já existentes nas regiões Sudeste e Nordeste. A última passou a incluir também o território de Fernando de Noronha.”.

Assim, em 1973, foram estabelecidos o PHC (Programa Cidades Históricas), um programa voltado para a restauração de monumentos, que esteve em vigor até 1979. Além disso, foi criado o CNRC-Centro Nacional de Referência Cultural- um órgão separado do IPHAN, responsável por estabelecer parcerias e convênios com diversos órgãos, incluindo a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Ministério da Indústria e Comércio, o Ministério da Educação e Cultura, o Ministério do Interior, o CNPq, entre outros. (NOGUEIRA, 2014).

Assim, a busca do CNRC era pela compreensão de um universo mais amplo acerca da produção cultural brasileira. O objetivo propulsor era estudar as formas de vida e atividades pré-industriais que estavam desaparecendo e documentá-las para, em um momento futuro, tentar influir sobre elas, ajudando a dinamizá-las. Além disso, também tinham a intenção de entrar em contato com diversos níveis de realidade cultural e olhar para elas em função de uma visão de conjunto, sugerindo uma busca por uma identidade nacional; um “fazer brasileiro”. (DUTRA, 2017, p.118).

O CNRC representou uma mudança significativa na perspectiva da preservação do patrimônio no Brasil, resgatando preocupações que haviam sido negligenciadas desde a fundação do antigo SPHAN, na década de 1930. Embora o período de existência do Conselho como órgão independente tenha sido breve, foi marcado por muita produtividade, segundo CHUVA (2011, p. 158): ao se trabalhar sempre com o conceito de cultura popular e não com o de monumento histórico, afastando-se da configuração inicial da pedra e do cal.

A partir de 1979, Aloísio Magalhães assume o órgão. Conforme o IPHAN<sup>17</sup>, este ano de 1979 foi de grandes mudanças para a autarquia de proteção do patrimônio. Período em que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) incorporou o CNRC, e o PCH. Nesse momento, o IPHAN volta a ser a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Outra mudança foi a criação da Fundação Nacional Pró-Memória, que passou a funcionar como braço executivo dessa secretaria. (CHUVA, 2011). É importante ressaltar que, em 1964, o Brasil entrou em um período de regime militar que durou 21 anos (1964-1985). Ainda assim, na década de 1980, houve um avanço significativo com o tombamento no livro do patrimônio histórico, arqueológico, etnográfico e paisagístico, além do primeiro terreiro de candomblé, em 1986: o terreiro da Casa Branca, em Salvador, Bahia. Com a redemocratização do país, a constituição de 1988 traz novamente o patrimônio para o centro da política, permitindo novas discussões sobre o tema. Agora tratando o patrimônio

---

Disponível<<http://portal.iphan.gov.br/dicionario-Patrimonio-Cultural/detalhes/55/instituto-do-patrimonio-historico-e-artistico-nacional-iphan-1970-1979-e-1994>> Acesso em 10. Jul. 2022.

<sup>17</sup> Como o anterior.

como Cultural e não Artístico e Histórico, como já preconizava o CNRC, o que culmina em uma expansão da noção de patrimônio com o Art.216 da Constituição Federal de 1988.

Constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Após esta ampliação inicial, a publicação n.º 3.551, de 4 de agosto de 2000, estabeleceu a política do patrimônio imaterial, que aconteceu três anos antes da recomendação do patrimônio imaterial de Paris, citada anteriormente, discutida e publicada em 2003. Neste aspecto, o decreto é um motor da inclusão e da diversidade, registrando festas, ritos e tradições com seus modos de fazer e viver. Essa abordagem possibilitou a incorporação de outros agentes e grupos que anteriormente não tinham seus patrimônios reconhecidos, promovendo, assim, um sentido mais amplo de democracia e cidadania destes grupos. Alguns dos bens imateriais já registrados são: modo de fazer renda irlandesa, arte de pintura corporal do povo indígena Kusiwa, do estado do Amapá, frevo e samba de roda do Recôncavo Baiano.

Mais recentemente, o IPHAN publicou a portaria n.º 375, de 19 de setembro de 2017, relativa à Política de Patrimônio Cultural Material e do Patrimônio Cultural Imaterial, um documento amplo que versa não apenas sobre o tombamento, mas orienta o planejamento de todas as fases do processo. Desde a interação com os moradores e pessoas ligadas ao bem até as formas de proteção e processamento da informação, uma portaria que, se implementada efetivamente, pode ajudar a superar as deficiências tanto do sistema quanto do programa em si. Ela se torna essencial à medida que se torna cada vez mais presente em todos os documentos e orientações relacionadas à preservação do patrimônio, incluindo a participação popular. Outra portaria recente, porém ainda não implementada, é a de número 127, publicada em 30 de abril de 2009, referente à Paisagem Cultural Brasileira. Seu objetivo é proteger os bens que compõem a relação das pessoas com a paisagem, o que se assemelha muito ao nosso estudo de caso.

### **1.1.3 POLÍTICAS PÚBLICAS ASSOCIADAS À PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO NO CONTEXTO URBANO BRASILEIRO**

Patrimônio edificado e as cidades guardam uma relação indissociável. Numerosos são os patrimônios edificados que se encontram hoje em cidades, sejam elas pequenas cidades históricas, ou bairros históricos engolidos pelas metrópoles. As cidades, independentemente de seu tamanho, são detentoras de história e nelas as dinâmicas socioculturais se realizam. Cidades podem ser consideradas patrimônios nacionais protegidos por seus países e também mundiais protegidos pela UNESCO. No Brasil, esta patrimonialização se dá através do Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional (IPHAN), antigo SPHAN, até a sua fundação não existia nenhuma política voltada para a proteção destes bens. Quando se pensa em patrimônios das cidades, eles quase sempre são bens de ordem material e edificados.

Neste contexto de grandes transformações sociais e tecnológicas, os problemas ambientais, somados ao inchaço das cidades, demandam mudanças na forma de pensá-la, na tentativa de incluir e compreender os impactos destas transformações na vida dos habitantes e no patrimônio já constituído. Sendo assim, é importante que a cidade seja lembrada como um elemento partícipe da identidade, sobretudo no que concerne aos seus patrimônios.

As cidades já tiveram vários modelos desde os primeiros agrupamentos urbanos. As cidades-estado na Grécia, as cidades muradas medievais, até cidades mais modernas. Elas foram se desenvolvendo e se comportando de acordo com características e demandas de cada período histórico. Grandes cidades e vida urbana durante o império romano, cidades menores (abandonadas) durante a idade média e novo florescimento da vida urbana após o século XI. O grande aumento da vida urbana se dá no século XIX, sobretudo durante a revolução industrial nos países do continente europeu, notadamente França e Inglaterra.

Segundo Choay (2010), Londres saltou de uma população de 864.000 mil habitantes em 1801, para 1.873.000 mil habitantes em 1841 e 4.232.000 em 1891, ou seja, a população quase quintuplicou. As condições de vida e saúde se tornaram um problema equivalente ao tamanho de habitantes. O trabalho nas fábricas exigia moradias dentro das cidades e, segundo Giovannoni (2017), muitas casas construídas no período medieval foram convertidas em casas de aluguel durante o século XVIII, passando a receber um número maior de famílias. Ainda segundo esse autor, isto colaborou para o aumento dos problemas de salubridade dentro dos municípios.

O mesmo ocorreu no Brasil, sobretudo após a abolição da escravatura em fins do século XIX e início do século XX, pelo êxodo rural e pela busca de trabalho nos centros urba-

nos. Com estas disfunções, em meados do século XIX as grandes cidades passaram por intervenções no sentido de otimizar a qualidade de vida das pessoas. Como se sabe, as necessidades da vida moderna não eram mais compatíveis com as condições em que as principais cidades se encontravam. A vida moderna demandava ruas mais largas para atender os automóveis e os bondes, além de condições mais adequadas de salubridade, como bem assinaladas por Herzog (2013) O higienismo foi um mecanismo utilizado pelos governos para tentar diminuir as precárias condições de insalubridade presentes nas cidades pós-liberais. Tratava-se, portanto, de uma doutrina sanitarista que guiou diversos projetos urbanos, pois se acreditava que as doenças e epidemias da época eram causadas pela emanção de gases que se desenvolviam pela falta de saneamento, umidade e ventilação.

Nas grandes cidades, imóveis foram demolidos para o alargamento de vias e a construção de parques, em um esforço para melhorar a qualidade da vida urbana. A principal cidade a passar por este processo de renovação urbana foi Paris, com o famoso plano Haussmann<sup>18</sup>, as reformas deste período conferiram à capital francesa a imagem que ela tem até os dias atuais. No Brasil, os planos de higienização chegaram um pouco mais tarde, no começo do século XX, primeiro no Rio de Janeiro e depois também em Salvador. O fenômeno chamado “bota-abaixo”, que consistia na demolição de imóveis nas grandes cidades brasileiras, foi extenso e chegou a demolir igrejas como a Sé de Salvador.

Apesar da aparente imagem de melhorias, tais processos ocasionaram grandes deslocamentos urbanos em decorrência das demolições e a perda de grande parte do patrimônio arquitetônico e histórico das cidades. Em cidades como o Rio de Janeiro, por exemplo, os chamados “bota-abaixo” foram responsáveis posteriormente pelo aumento da favelização nos morros da cidade. Neste contexto de mutação urbana, se iniciam as primeiras discussões sobre como melhorar a qualidade de vida do cidadão, sem devastar de forma generalizada os patrimônios das cidades. Sobre esse aspecto, em particular, Giovannoni (2017) adverte que a observação dos problemas do ambiente urbano antigo já era realizada desde o século XIX. No entanto, até o início do século XX, essa preocupação estava voltada apenas para a região imediata dos monumentos históricos, visando construir um contexto para aquele elemento principal, sem considerar adequadamente o conjunto.

Uma cidade ou um bairro antigo podem ser dotados de símbolos que ajudam a contar a sua própria história. Uma forma de comunicar estes símbolos pode se dar através dos monu-

---

<sup>18</sup> Georges-Eugène Haussmann, prefeito de Paris que executou um amplo plano de modernização e embelezamento da cidade. Incluiu a demolição de imóveis e abertura de avenidas mais largas que as antigas vias da cidade medieval. (CHOAY, 2010).



mentos, onde reformas e renovações que não observam estes símbolos são deletérias em relação à imagem da cidade. Segundo Reigl (2019), os monumentos podem ser intencionais, como uma estátua, uma fonte ou uma placa comemorativa. Contudo, os monumentos também podem ser não intencionais, como aqueles que marcam a história de um lugar por um fato importante ali ocorrido, ou porque caracterizam espacialmente uma região, como uma casa, um castelo, uma praça. Ao planejar uma reforma urbana, é de extrema importância proteger e preservar esses monumentos, pois são eles que conferem ao local a atmosfera única de um espaço urbano histórico. Portanto, a retirada de objetos tem causado a excessiva homogeneização das cidades. Sobre esse aspecto, Giovannoni acredita que:

Assim, aconteceu que quando, com vertiginosa rapidez progressiva, pequenos burgos tornaram-se grandes cidades e modestas cidades, imensas metrópoles; quando o tráfego nas ruas citadinas começou a ter uma intensidade até aquele momento nunca sonhada e as fibras das velhas casas tranquilas vibraram com a passagem continua das carroças e bondes; quando as tendências da higiene e da modernidade e do moderno modo de viver fizeram com que se quisesse ar e luz e comodidades e os novos regimes niveladores eliminaram o caráter individual da vida, os novos bairros germinaram como grãos de trigo, ao redor e dentro dos velhos centros sem uma orgânica coordenação e uma justa previsão do incremento futuro. (GIOVANNONI, 2017, p.101)

Exceto nas novas grandes metrópoles como Dubai e Singapura, o maior recurso das cidades e o maior interesse das pessoas está naquilo que a torna única: seu centro antigo, suas escadarias, suas velhas igrejas. No entanto, não se trata de manter as velhas cidades paradas no tempo como um museu ao ar livre, pois existe a necessidade de se refletir sobre formas de atualizá-las sem destruir de forma deliberada como foi feito no passado. As cidades ainda carecem de novas vias, de novas edificações e, sobretudo, de novas metodologias. Neste sentido, Giovannoni (2017) trata do restauro urbano para que as cidades atendam as novas necessidades humanas e não se percam de sua história. As contribuições do autor se tornam ainda mais importantes quando se pensa que elas foram formuladas em um escritório público no período entre guerras, com as demandas da proteção e posterior recuperação das cidades bombardeadas. Sem esquecer da necessidade de se erguer novas moradias nestas mesmas cidades arruinadas. O desbastamento (demolição), quando necessário, de imóveis, tornou-se uma possibilidade dentro das defesas do autor para garantir a luz, a ventilação e, em especial, a unidade dos conjuntos. As atualizações do pensamento sobre as cidades se encontram também em outros documentos, em especial nas recomendações de Nairóbi de 1976, e de Washington de 1987:

Considera-se conjunto histórico todo o grupo de construções e de espaços, incluindo as estações arqueológicas e paleontológicas, que constituam um povoamento humano, quer em meio urbano, quer em meio rural, e cuja coesão e valor sejam reconhecidos do ponto de vista arqueológico, arquitetônico, pré-histórico, histórico, estético ou sociocultural. Nestes conjuntos, que são muito variados, podem distinguir-se em especial: os sítios pré-históricos, as cidades históricas, os bairros antigos, as aldeias e o casario, bem como os conjuntos monumentais, homogêneos, os quais deverão, regra geral, ser cuidadosamente conservados sem alterações. (ICOMOS,1986)

Chama atenção nesta recomendação a inclusão de aldeias e sítios históricos no mesmo grupo de conjunto histórico. Outro ponto importante é a compreensão do conjunto como espaço social e não só de historicidade. Para a salvaguarda são recomendados estudos que, se possível, devem incluir alguns dados demográficos: uma análise das atividades econômicas, sociais e culturais; o modo de vida e as relações sociais; o regime de propriedade do solo; o equipamento urbano; o estado das vias; as redes de comunicação e as relações recíprocas entre a zona protegida e as zonas circundantes (UNESCO, 1976). No mesmo sentido, a carta adverte que:

A salvaguarda dos conjuntos urbanos históricos deve, para ser eficaz, integrar-se numa política coerente de desenvolvimento econômico e social e ser tomada em consideração em todos os níveis do planeamento territorial e do urbanismo. (ICOMOS, 1986).

Deste modo, as novas funções e as redes de infraestruturas exigidas pela vida contemporânea devem ser adaptadas às especificidades das cidades históricas (ICOMOS, 1986). As cidades se estabelecem como uma construção, em um dado material: vias e casas são construções materiais realizadas pela mão humana. Como bem aponta Meneses: “A cidade é coisa feita, fabricada. Artefato, no sentido mais genérico, é um segmento da natureza física socialmente apropriada.” (MENESES, 2006, p.36). Se inicialmente as cidades se constituíram pelo sedentarismo, hoje, na visão de Herzog (2013), a maioria da população mundial vive em grandes cidades, cerca de 50% da população é urbana. No Brasil, esse número chega a 61%<sup>19</sup>. Os centros urbanos aparentam possuir muito atrativos: mais oportunidades de emprego, melhores condições de vida e de convivência social.

Todavia, é preciso notar que cidades contemporâneas estão cada vez maiores e mais adensadas, e por isso são pontos geradores de conflitos onde várias forças atuam. Se o patrimônio é um campo de disputa, a cidade é campo do combate. Os diferentes grupos tencionam o campo na tentativa de ver atendidas as suas demandas, que na sociedade contemporânea são inúmeras: saúde, moradia, mobilidade, lazer, etc. Estas reivindicações têm relação direta com

---

<sup>19</sup> Conforme o censo demográfico de 2022, este dado se refere ao número de brasileiros que residem em concentrações urbanas com população superior a 100 mil habitantes.

a imagem produzida nas cidades e com seu próprio crescimento, que em muitos casos já não suportam o grande número de residentes. Como se sabe, a cidade está crescendo em área para atender à demanda crescente de habitantes. Pessoas chegam nas grandes cidades em busca dos serviços que, em tese, os grandes centros deveriam oferecer. Mesmo assim, este crescimento não é igualitário, como adverte Mumford, “a cidade continua a crescer inorganicamente, aliás, de forma cancerosa, por um contínuo romper de velhos tecidos e em exagerado crescimento de tecido novo, sem forma” (MUMFORD, 2004, p.285).

Neste contexto, desde a década de 1970, o Brasil começou a instituir medidas para a melhoria da qualidade de vida nas cidades históricas através da recuperação de seus monumentos. Os primeiros tombamentos se mostraram insuficientes para proteção, o que fez com que, enquanto os anos passassem, outras formas fossem pensadas. Para acompanhar os avanços internacionais, o Brasil criou três grandes programas de proteção aos monumentos nas cidades, período em que se nota um grande desenvolvimento destas políticas. O primeiro programa com este propósito se chamava Programa Cidades Históricas (PCH), em vigência entre os anos de 1973-1979, criado pelo Ministério do Planejamento no mesmo período de construção do CNRC, consoante o verbete Programa Cidades Históricas:

O Programa começou a ser delineado por meio da criação de um grupo de trabalho pelo Miniplan em dezembro de 1972, constituído por membros dos ministérios da Educação e Cultura (Minc/IPHAN), da Indústria e Comércio, do Interior e do próprio Planejamento. Em maio de 1973, João Paulo dos Reis Velloso e Jarbas Passarinho, ministros do Miniplan e do Ministério da Educação (MEC), respectivamente, emitiram a Exposição de Motivos 076-B, regulamentada pela Portaria Miniplan 050/73, que criou efetivamente o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, com sua Utilização para Fins Turísticos. O principal objetivo do Programa era preservar os monumentos tombados, tornando-os economicamente viáveis por meio de seu uso e, com isso, gerar renda advinda da atividade turística. A ideia era criar um círculo virtuoso de autossustentação econômica, ou seja, após os investimentos iniciais do Programa, a economia do turismo local financiaria a conservação dos monumentos.

Esse primeiro programa teve início na região Nordeste e sua concepção objetivava fomentar o turismo e gerar renda em cidades históricas. Criar um círculo de autossustentação econômica, assim, após os investimentos iniciais do programa, a economia do turismo local financiaria a conservação dos monumentos. Essa proposta deveria receber apoio por meio da concessão de incentivos fiscais por parte dos estados, municípios e iniciativa privada para a restauração e manutenção dos monumentos. No entanto, o projeto enfrentou dificuldades nos primeiros anos, principalmente devido à escassez de mão de obra especializada para realizar os trabalhos de restauração. Outro desafio foi a falta de integração dos monumentos restaura-

dos com o ambiente urbano, levando à preferência por cidades que já possuíam uma infraestrutura urbana adequada para atender aos turistas. (LEAL, 2017; BONDUKI, 2010).

Mais tarde, para atender a necessidade de outros estados, em 1975 o programa se instalou também em três estados do Sudeste: Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo.

Com o encerramento em 1979, o programa deixou como legado 143 monumentos recuperados. Um ponto positivo a ser destacado é a formação de mão de obra especializada, fomentada durante a vigência do programa. Durante as obras, foram estabelecidos convênios com escolas e universidades para a capacitação de mestres de obras especializados em restauração, além de profissionais de nível superior. (BONDUKI, 2010)

A estratégia de promoção ao turismo através do patrimônio começou a mudar em certa medida, com concepção do Programa Monumenta, implantado posteriormente.

O Monumenta foi um programa instituído pelo estado para recuperar sítios históricos tombados em âmbito federal. Este projeto recebeu incentivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), iniciado em 1995. Conforme Bonduki (2010), sua concepção teve como base a experiência de reabilitação urbana realizada em Quito após o terremoto de 1987, uma cidade já inscrita como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO.

O objetivo era que, observando o que foi realizado em Quito, se construísse um desenvolvimento sustentável destes monumentos que repercutiriam no ambiente urbano. De modo que são notáveis as mudanças em relação ao programa Cidades Históricas, que tinha em si um foco nos monumentos visando o turismo, ao tempo em que o Programa Monumenta trabalhava de forma integrada. Bonduki (2010), lembra que esse avanço compreendia a ampliação do escopo das intervenções que poderiam receber financiamento de projetos, incluindo ações voltadas para a educação patrimonial, a capacitação de mão de obra, o fortalecimento institucional e o estímulo às atividades econômicas. Isso garantia não apenas a restauração dos monumentos, mas também permitia sua integração à vida cotidiana das cidades e das pessoas.

De acordo com Bonduki (2010) o incentivo do BID compreendia um empréstimo contratado em 1999, e no ano seguinte o programa teve início com a escolha das 26 cidades prioritárias, entre elas: Salvador-BA, São Cristóvão-SE, Cachoeira-BA, Congonhas-MG, Corumbá-MS, Diamantina-MG, Goiás-GO, Serro-MG, Icó-CE, São Francisco do Sul-SC, entre outras. Como programa, o Monumenta estava sob a responsabilidade da Unidade de Gerenciamento Central (UGC), com o IPHAN atuando como órgão fiscalizador responsável pelas aprovações dos projetos e com assessoria técnica do Ministério da Cultura. Além do financiamento do BID, o Monumenta contava com parte do seu financiamento garantido pelo Go-

verno Federal, pelos estados e, em menor proporção, pelos próprios municípios, da seguinte forma:

Para ingressar no programa, entre outras obrigações, os municípios precisavam criar um Fundo Municipal de Preservação, destinado à conservação permanente, sistemática e preventiva das edificações históricas e de valor cultural. (BONDUKI, 2010, p.7)

Essa premissa se adaptou de forma adequada à noção de sustentabilidade buscada pelo projeto, pois, de acordo com Bonduki (2010), o Monumenta não se restringia apenas à restauração de monumentos, mas buscava também desenvolver um plano mais abrangente para os centros históricos. Este projeto tinha como objetivo estabelecer uma base que permitisse a manutenção sustentável do patrimônio a nível local, sem que o Governo Federal precisasse realocar recursos repetidamente nos mesmos lugares. Para isso, propunha-se investir em educação e na valorização do patrimônio no contexto local, a fim de impulsionar a geração de recursos para sua preservação. Após o restauro e a recuperação dos monumentos, previa-se assim que as cidades deveriam ser capazes de realizar sua manutenção e manter a recuperação já feita. (Bonduki, 2010)

Essa diretriz viu o turismo como um motor de desenvolvimento e renda para as cidades históricas, uma vez que seu potencial econômico já havia sido reconhecido no Programa Cidades Históricas (PCH):

A descoberta do patrimônio cultural como fonte de conhecimento e de rentabilidade financeira vem transformando essas áreas em polos culturais, incentivando a economia por meio do incremento do turismo cultural e geração de empregos. O Programa conta com apoio dos estados e municípios, de forma que suas intervenções afetem, direta e indiretamente, a economia, a educação e a cultura local, e facilitem, assim, a inclusão cultural, social e econômica da população. (PROGRAMA MONUMENTA, 2010 apud DUARTE JÚNIOR, 2010)

Esta estratégia se mostrou problemática, pois, embora seja necessário pensar em formas de manter a viabilidade financeira dos bens, isto não deveria ser a prioridade. Afinal de contas, é preciso considerar que nem todos os monumentos têm características ou tipologias que lhe confirmam alguma possibilidade econômica, e nem todas as cidades têm um perfil adequado para o consumo turístico. Sobre esse aspecto, faz-se necessário salientar que as problemáticas da indústria do turismo podem ser predatórias aos bens, assim:

A mercantilização de monumentos, edifícios históricos e espaços públicos nos núcleos históricos não levariam a um desvirtuamento de seu valor cultural, inibindo usos e populações tradicionais, que são indissociáveis do patrimônio material? (BONDUKI, 2010, p.48)

Outras críticas que se somam ao programa são a falta de participação popular que, mesmo constando na diretriz, era pouco incentivada. Ainda, conforme Bonduki (2010) o Monumenta enfrentou grandes desafios na implementação de seus projetos. Inicialmente, esperava-se que estes fossem concluídos até 2005. No entanto, essa data foi prorrogada para 2012, ainda assim várias obras ainda não haviam sido concluídas até esse prazo. Do total de 1500 projetos, apenas 235 obras foram concluídas.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi uma iniciativa do Governo Federal do Brasil, lançada em 2007, sob o decreto n. 6.025/2007. O PAC foi concebido como um programa de planejamento de longo prazo, para fomentar o crescimento econômico do país por meio de uma parceria entre diferentes agentes, incluindo o governo, empresas estatais e a iniciativa privada.

O propósito principal do PAC era promover o avanço do país em diversas áreas, especialmente nos setores sociais e de infraestrutura. Entre as várias iniciativas do PAC, destaca-se o PAC-Cidades Históricas (Programa de Ação das Cidades Históricas), lançado em 2009. Esse projeto visava à preservação e revitalização de cidades históricas brasileiras, reconhecendo a importância do patrimônio cultural e histórico para o desenvolvimento sustentável dessas áreas de forma mais abrangente. Estudiosos do tema, já citados, consideram o PAC-Cidades Históricas uma continuidade do programa Monumenta, devido à sua simultaneidade em certo período e às similaridades entre ambos. O Monumenta, que também tinha como foco a preservação do patrimônio histórico, serviu de base e inspiração para as ações desenvolvidas no âmbito do PAC-Cidades Históricas, deste modo:

[...], é um programa que não se restringe apenas aos municípios que possuem centros históricos tombados ou em processo de tombamento. Na realidade, o programa está aberto a todas as cidades que possuem patrimônio protegido e que formulem Planos de Ação consistentes para enfrentar os problemas estruturais que afetam suas histórias, para a promoção do desenvolvimento local a partir das potencialidades do seu patrimônio cultural. (SANTOS, 2011, p 15)

O programa teve três linhas de atuação, consoante a necessidade de cada município, incluindo: “Produção de Conhecimento e Gestão da Informação, Planejamento e Gestão, e Dinamização e Valorização do Patrimônio Cultural” (IPHAN, 2009, apud SANTOS 2011. p. 3). Diante das lacunas identificadas nos programas anteriores, o PAC- Cidades Históricas incorporou em sua estratégia a programação para capacitar agentes locais e fornecer as ferramentas de apoio para auxiliar os municípios na gestão do patrimônio cultural. Segundo Leal (2017), este processo foi iniciado ainda antes do início das obras e com o apoio de outro dis-

positivo Federal, nomeado de Sistema Nacional do Patrimônio Cultural (SNPC) <sup>20</sup>. Neste início, conforme Santos (2011, p.15) 185 cidades demonstraram interesse em participar do projeto e destas 139 conseguiram cumprir os requisitos obrigatórios e assinaram o APPC (Acordo de Preservação do Patrimônio Cultural), consta que para a realização destes projetos foi alocado um montante de R\$ 890 milhões. De acordo com Leal (2017, p.78):

O PAC-Cidades Históricas é o primeiro programa de preservação que atuará de modo amplo no território, abordando o patrimônio das cidades como algo intrínseco à dinâmica urbana, articulando o fomento das cadeias produtivas locais, em especial àquelas vinculadas as atividades econômicas tradicionais.

Este olhar do programa, embora ainda considere o turismo como uma possibilidade econômica, não o tem como objetivo principal. Cabe destacar que, por fim, embora com deficiências, como saldo positivo, este programa se destacou por sua natureza integrada, estabelecendo a participação dos diferentes órgãos em conjunto com as populações dos estados.

Assim, os programas do Governo Federal elaborados ao longo das últimas cinco décadas representaram um avanço para as políticas de preservação no Brasil. Ainda que tenham sido observadas diversas falhas, é possível notar, a cada programa, um amadurecimento dessas iniciativas, que têm promovido a produção de conhecimento, a educação patrimonial e a formação de novos profissionais. Embora os programas ainda estejam predominantemente focados em cidades com forte apelo turístico, alguns novos usos, como o restauro do Pavilhão Leite Alves, atualmente Campus da UFRB na cidade de Cachoeira, demonstram como essas iniciativas podem impulsionar o desenvolvimento das cidades e beneficiar sua população.

#### **1.1.4 INCERTEZAS SOBRE A CATEGORIA DE PATRIMÔNIO EDIFICADO: PROTEÇÃO X ABANDONO**

Como já aludido nos capítulos anteriores, os monumentos arquitetônicos foram os primeiros bens patrimoniais salvaguardados, e tal fenômeno decorre em parte por sua grandiosidade e por serem os vestígios do desenvolvimento das cidades e de suas regiões. A arquitetura, assim como a arte, é capaz de traduzir o desenvolvimento das sociedades: como moravam, seus espaços de ritos e sepultamentos. As técnicas de construção e os materiais escolhidos, igualmente, demonstram a evolução tecnológica dos diferentes agrupamentos sociais.

---

<sup>20</sup> Foi a quinta meta do Plano Nacional de Cultura (PNC) e teve como objetivo implementar a gestão compartilhada do Patrimônio Cultural Brasileiro, visando a otimização de recursos humanos e financeiros para sua efetiva proteção.

Desta forma, a manutenção destes bens assegura o relato dessa história. No entanto, de todos os bens passíveis de salvaguarda, a arquitetura é dos exemplares de maior dificuldade, sobretudo pela sua pluralidade de tipos, custos, categorias e localização. Tombar estes bens é de fundamental importância, mas só o gesto de transformar uma edificação em patrimônio não garante a manutenção de sua existência. Um dos principais mecanismos utilizados para conservar um bem é mantê-lo em uso. Na visão de Riegl, o seu valor de uso “justifica assim, por exemplo, o caso de um velho edifício, ainda hoje em uso, que tem de ser conservado em estado tal que possa alojar pessoas, sem pôr em risco suas vidas e saúde”. (RIEGL, 2019, p.66)

Um importante aspecto é a localização e a tipologia dos monumentos, pois cada edificação carece de um uso diferente e o uso para o qual foi projetada anteriormente deveria ser mantido sempre que possível. Na impossibilidade de manutenção de sua antiga função, deve-se escolher uma utilização que não comprometa os demais valores concedidos ao patrimônio. Nas palavras do mesmo autor, “Em geral, pode-se dizer que para o utilitário a forma de conservação a que é submetido o monumento é indiferente, desde que não se comprometa sua existência e de que concessões não sejam feitas, em absoluto, ao culto à antiguidade”. (RIEGL, 2019, p.67).

Geralmente, todavia, essa readaptação é a condição para a sobrevivência do próprio edifício quando sua função original desaparece ou quando as características de sua arquitetura já não mais satisfazem às necessidades e exigências da sociedade. O autor afirma ainda que “A história da arquitetura é uma sucessão de substituições e a maioria dos edifícios que sobreviveram às mudanças sociais corresponde àqueles que passaram por adaptações”. (RIEGL, 2019, p.57) E complementa, “se para a proteção de um edifício de valor cultural não houver outra solução senão sua destinação para uma função diversa do original, impõe-se como primeira questão a avaliação da pertinência do uso pretendido em face da preservação do monumento”. (RIEGL, 2019, p.58)

Algumas tipologias não mais se encaixam nas demandas da sociedade pós-moderna e, desta forma, isso pode ocasionar a perda destes bens. Lyra, por sua vez, lembra que “no Brasil verifica-se também o desaparecimento ou o arruinamento de importantes edifícios, devido à perda de sua função original. São exemplos significativos as fortificações de defesa do território e os conventos construídos no período colonial” (LYRA, 2006, p. 54). Ainda conforme o autor, estas fortificações continuaram a manter algum uso vinculado aos grupos militares, enquanto os conventos foram esvaziados de religiosos e fiéis e perderam completamente sua função original, uma vez que são estruturas de grande porte projetadas para abrigar muitas



peessoas. Em certos casos, como nas cidades de Salvador e Cachoeira, conventos foram convertidos em estabelecimentos hoteleiros, mantendo seu uso, embora de forma restrita, para um grupo seletivo capaz de arcar com os custos de acesso.

Deste modo: “A tipologia arquitetônica resulta da função que a motivou, o que explica o fato de se diferenciarem externamente as casas, as igrejas, os mercados e as indústrias, por sua expressão formal, ou seja, a função original marca definitivamente o edifício, conferindo-lhe um caráter próprio” (LYRA, 2006, p. 54). Algo que exige maior rigor na escolha do uso na contemporaneidade, afirmando ainda que:

Em outras palavras, deve-se verificar se a nova função é condizente com as vocações daquela tipologia arquitetônica e, o mais importante, com a vocação daquele monumento. Embora reutilizações completamente diversas das funções originais tenham salvado do desaparecimento muitos monumentos, pode-se considerar que tais fatos foram excepcionais, possuindo cada tipo arquitetônico um leque finito de vocações de uso. (LYRA, 2006, p.56)

Além dos conventos, a igreja tem, na atualidade, um número bem menor de fiéis<sup>21</sup>, o que reduz sobremaneira o seu orçamento para a manutenção de suas estruturas. Cidades históricas como Salvador, Rio de Janeiro, Cachoeira e Ouro Preto têm um substancial número de igrejas. Só Salvador tem 372 igrejas católicas, das quais, segundo o IPHAN, 40 são tombadas. Estas igrejas, localizadas especialmente nos núcleos históricos, além do seu uso original (como templo) estão abertas à visitação mediante pagamento de ingressos de acesso. Tais medidas acontecem nas maiores e mais celebradas, como na Ordem Terceira de São Francisco e na Sé, porém, ainda assim, não conseguem manter os custos de manutenção.

As igrejas estão sempre em estado de degradação, dependendo dos poderes públicos. Embora sejam particulares, há sempre a necessidade de investimentos do estado. No que se refere às igrejas e templos, para Reigl, “trata-se de obras que estamos acostumados a ver em plena utilização pelos homens e a falta de uso que nos é familiar incomoda-nos, por apresentar uma destruição violenta” (REIGL, 2017, p 67). Outra experiência interessante, no que se refere aos templos religiosos, é o Museu de Arte Sacra da Bahia, que mantém a função de templo para o prédio principal, sobretudo na realização de casamentos, e a de museu nos demais edifícios do conjunto. Espaço onde estão abrigados artefatos importantes da igreja, entre eles bens da antiga igreja da Sé<sup>22</sup>.

<sup>21</sup> Segundo o IBGE, o número de católicos vem reduzindo desde o primeiro censo realizado em 1872. Enquanto o recenseamento de 1890 apontava que 99% da população era católica, já no censo mais recente de 2010 esse número caiu para 64,6%.

<sup>22</sup> A Sé da cidade de Salvador, inaugurada em 1875, foi demolida em 1933 durante o programa de reforma urbana da cidade de Salvador para dar passagem à futura linha de bonde.  
Disponível em <<https://acervodigital.unesp.br/handle/unesp/381319>> Acesso em 10 jul. 2022.

Imóveis de grande porte, como casas de fazenda, palácios e solares urbanos, escolas, galpões, quando não são entregues ao abandono, são sempre encaminhadas para o uso cultural. Neste contexto, os museus são sempre uma escolha inicial, como se pode observar na existência de grande número de museus e de centros culturais instalados em conjuntos arquitetônicos. A escolha por espaços culturais garante, de certo modo, um acesso mais amplo dos moradores dos locais onde estes monumentos estão inseridos:

No outro extremo estão as famílias arquitetônicas dos edifícios concebidos sem maiores intenções plásticas, destinados a atender apenas às necessidades práticas, ou seja, utilitários por natureza. Seu valor como arquitetura foi um reconhecimento a posteriori, não nasceram “monumentos”. São exemplos os antigos fortes, fábricas, estações ferroviárias, armazéns, etc, mais acolhedores a adaptações, reciclagens de uso, modernizações, principalmente se pertencerem a programas arquitetônicos que se tornaram obsoletos (LYRA, 2006, p.58).

No entanto, nem todo patrimônio edificado é de grande porte ou tem um grande valor histórico, ou de arte, enquanto se nota que grande parte deles são casas comuns inseridas dentro de conjuntos históricos tombados dentro de núcleos urbanos, como bem assinala a autora:

Entretanto, a maioria dos edifícios não é obra de significativa expressão artística nem espaço meramente utilitário. Constitui, porém, a maior parte das edificações que integram os sítios históricos de nossas cidades. São as casas de moradia ou mistas - moradia e comércio, térreas ou assobradadas que compõem os exemplos urbanos da arquitetura vernacular brasileira, dotados de valores específicos, seja na forma de organização espacial (documentos materiais da história do cotidiano) (LYRA, 2006, p.58).

Estas edificações somam o maior número dos bens edificados em estado de abandono e arruinamento, pois, segundo a Fundação Mario Leal Ferreira<sup>23</sup>, 1.400 imóveis se encontram em ruínas, vazios ou ociosos na cidade de Salvador. Se a categorização de valores orienta que seja mantido o uso anterior, tudo indica que tais imóveis residenciais retornem a seu uso original. Neste aspecto, o problema básico concernente ao estado de degradação dos imóveis se refere a má aplicação das políticas urbanas e patrimoniais e, sobretudo, a falta de participação popular nas decisões.

As transformações urbanas nos grandes centros ocasionaram um esvaziamento dos centros históricos, que acelera o início do processo de abandono. Estes imóveis abandonados quando tombados passaram a ser um problema para as cidades, pois, se antes eram ocupados, mesmo que de forma irregular, ficaram abandonados, expostos às intempéries, com suas aber-

---

<sup>23</sup> Autarquia da cidade de Salvador responsável pelo planejamento urbano da cidade, está vinculada à Secretaria Municipal de Urbanismo.

turas fechadas por tapumes, com coberturas inexistentes e cobertos de vegetação. Portanto, estes imóveis tombados estão sendo na realidade desmoronados pelo tempo e pela natureza.

Grande número destes imóveis são particulares e permanecem desassistidos por seus proprietários, a quem não interessa assumir os custos da restauração. Outro dado importante nessa equação são os imóveis que estão à espera de uma renovação urbana custeada pelo estado, que valorizaria os imóveis e permitiria que seus donos obtivessem valorização com a melhoria do ambiente da região. Vários programas de estado já foram realizados na tentativa de conter o avanço do abandono, que ao final ocasiona diversos problemas sociais e urbanos. A falta de uso decorre especialmente da não observância das recomendações relacionadas aos conjuntos históricos, onde não se observa o contexto social da população e de seu entorno.

A poligonal do Centro Histórico de Salvador, de arquitetura colonial portuguesa, tombada, teve uma seção restaurada no início dos anos 1990 para atender quase que exclusivamente as demandas do turismo. Tudo que ficou fora da região escolhida não obteve nenhuma atenção. Os antigos moradores pobres que residiam em inúmeros cortiços e casas de aluguel, instaladas no centro histórico, foram retirados para o “restauro” quando poderiam estar alocados em imóveis recuperados pelos poderes públicos.

Uma das grandes razões para o estado de degradação do patrimônio arquitetônico nas cidades se referem às questões de moradia e da especulação imobiliária. A falta de uso provocou situações que seriam dirimidas com aplicação dos dispositivos legais já existentes<sup>24</sup>. Grandes massas de áreas urbanas contêm uma série de bens tombados em situação de arruinamento, causando insegurança para os que ocupam os imóveis e para os que transitam por eles. Ponto importante a salientar nesta discussão é o papel da sociedade. Ninguém cuida e protege aquilo que não conhece. Exemplos recentes, como o Cais Estelita, no Recife <sup>25</sup>, mostram, de forma geral, como os anseios da população não são escutados, as reformas e restaurações são feitas para atender as demandas do turismo e do olhar do técnico.

Quando se dá algum tipo de ocupação, ela é feita por pessoas em situação de rua que residem em imóveis insalubres, pela impossibilidade de outro local para residir. Cresce o número de ocupações em imóveis abandonados ano a ano, pelos problemas urbanos citados no capítulo anterior e como veremos mais adiante em nosso objeto de estudo. Um percentual destas ocupações ocorre em imóveis tombados pelos órgãos de proteção. Programas de moradia

---

<sup>24</sup> A aplicação dos artigos 7º e 8º do estatuto das cidades de 2007, que prevê aumento na alíquota do IPTU para terrenos não edificados e imóveis sem uso através da aplicação do IPTU progressivo no tempo. E posterior desapropriação caso a situação permaneça após 5 anos (Decreto Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001).

<sup>25</sup> Cais da área portuária da cidade de Recife-PE comprado por uma empresa de construção civil, palco de sucessivas brigas judiciais e manifestações da população da cidade entre anos 2012 e 2019. Disponível em < <https://www.archdaily.com.br/br/tag/cais-jose-estelita> > Acesso em: 10 jul.2022.

como PMCAMV <sup>26</sup>(Minha Casa Minha Vida), atualmente casa VERDE E AMARELA, em parceria com os programas como o PAC-Cidades Históricas, poderiam garantir o uso adequado a estes imóveis, criando aquilo que de fato se espera de uma política de proteção do patrimônio. Uma ação política que seja integrada, ampla e garanta acesso aos patrimônios.

O que se espera é que as novas políticas sejam pensadas, sobretudo para uma salvaguarda concreta dos bens e os proprietários, a despeito de suas vontades, consigam manter o bem em estado adequado. Um patrimônio edificado em arruinamento é uma ferida aberta na cidade e na via em que se encontra, pois revela a falta de cuidado. Um exemplo que tem propiciado o uso interessante dos bens foi realizado pelos estudantes de Ouro Preto, que passaram a ocupar os imóveis, antes abandonados, transformando-os em repúblicas estudantis.

Os mesmos fazem a manutenção dos imóveis pelo período que residem por lá, mas vale salientar ainda que não é o método mais adequado, levando-se em consideração a quantidade de imóveis e que esta opção consiste em um cuidado mínimo para não ocorrerem perdas. A arquitetura, portanto, acompanha o engenho humano e mostra o nosso desenvolvimento enquanto sociedade, na arte empregada nas construções e nos materiais escolhidos. Permitir o abandono de tais obras é perder também uma parte de nossa cultura, de nossa história e de nosso legado.

## **1.2 CONCEPÇÕES SOBRE A NOÇÃO DE MEMÓRIA**

Neste item, discute-se, de forma sucinta, a relação entre a memória e a construção do ideário de patrimônio. Foram usados autores inseridos no campo da história, do patrimônio e da filosofia, a fim de compreender as inter-relações entre esses dois conceitos e de que forma um se alimenta e aglutina o outro. Serão utilizados, resumidamente, os conceitos de história, de tempo e de memória para embasar a discussão.

### **1.2.1 A MEMÓRIA ASSOCIADA AO PATRIMÔNIO: CONCEITOS INTRÍNSECOS?**

Ao refletir sobre o significado do patrimônio como herança daquilo que atravessa o passado, vive-se no presente e, assim como a geração anterior, devemos proteger para que esse legado alcance também o futuro. Segundo Chuva (2011, p.152), “na atualidade, a área do

---

<sup>26</sup> Programa de habitação para famílias de baixa renda criado pelo governo Lula em 2009, em 10 anos entregou cerca de 5 milhões de unidades habitacionais. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/habitacao/minha-casa-minha-vida>>. Acesso em: 05 jul. 2022.

patrimônio engloba um conjunto significativo de questões de ordem política, de relações de poder, de campos de força e nos diferentes âmbitos sociais”.

No entanto, nem todo patrimônio é intencional e muitos dos bens legados são tornados importantes a partir de um determinado momento histórico, quando a sociedade começa a entender a sua interligação entre o passado, o presente e a sua relação com a construção do futuro. Ao que tudo indica, os povos do passado não pensavam no porvir quando conservavam suas lixeiras domésticas, transformadas hoje em objetos arqueológicos, nem tampouco quando realizavam seus ritos funerários e construía as suas casas. Estes fatos eram atitudes do cotidiano, assim como ações que o corpo social realiza atualmente. No contexto histórico, tais dados, ainda que não tenham sido deixados de forma proposital, são recebidos no presente como algo que colabora para a compreensão do que somos como grupo, como povo e como sociedade em modo geral.

O deslocamento temporal realizado por estes bens nos possibilita compreender que a percepção do patrimônio está intimamente ligada às noções de tempo e, sobretudo, à passagem deste. Através da consciência de nossa própria finitude, criamos mecanismos com a intenção de manter a nós, ou a nosso ideário, vivo. Para Nogueira (2014, p. 51), “o termo patrimônio supõe, portanto, uma relação com o tempo em seu transcurso. Em outras palavras, refletir sobre o patrimônio significa, igualmente, pensar nas formas sociais de culturalização do tempo, próprias a toda e qualquer sociedade humana”. No tempo cronológico, olhamos para o passado buscando compreender o presente, seja expondo aquilo que foi danoso – para não repetir – assim como o que houve de proveitoso, para espelhar e desenvolver. No campo do patrimônio é assim, o bem do passado nos coloca a preservar o nosso presente para o futuro. Desde a revolução industrial, as sociedades vivem uma série de transformações nas ordens social e tecnológica. No século passado, durante o tempo de vida de uma pessoa, havia poucas mudanças, todavia, hoje elas ocorrem de forma avassaladora em menos de uma geração. Nada é seguro e duradouro, tudo é novo e demanda atualizações constantes. Neste contexto, cabe refletir aqui sobre onde se insere o patrimônio na noção de tempo, esse tempo que não acompanha mais a cronologia, que caminha mais rápido que o próprio relógio.

Diversos autores (SCHWARCZ, 2013; HARTOG, 1996) já se debruçaram sobre os temas do tempo, da história e do patrimônio, enquanto a sociedade vivia e se baseava em um tempo cronológico, com a crença e o desejo de que alcançaríamos um futuro promissor. Uma crença ainda evolucionista que acreditava que, enquanto sociedade, estamos evoluindo através das transformações tecnológicas. Quando se pensa no patrimônio do passado, costuma-se olhar para trás buscando os exemplos daqueles que foram notáveis em seu tempo, do mesmo

modo que se trabalha no presente, buscando este aperfeiçoamento que nos leve para um futuro menos pessimista.

Antes, cabe elencar aqui as diferenças entre o tempo cronológico e o chamado tempo imaginado. O tempo cronológico é o passar dos dias, está nas datações e nos documentos, já que este tempo nos orienta e nos guia. O patrimônio, enquanto legado, ajuda a contar esta história cronológica. No que concerne à arte, por exemplo, compreendemos uma pintura rupestre, uma pintura egípcia, a descoberta da perspectiva no renascimento, e isto pode ser visto de forma cronológica dentro do patrimônio - arte - pintura. Já o tempo imaginado não segue uma ordem cronológica e tampouco se baseia em documentos, pois ele tem relação com a experiência vivida, como bem menciona Schwarcz (2013, p. 134):

Enquanto a história oficial é positiva e linear, já a história, tal qual o sonho, mistura temporalidades e evidencia conflitos e ambivalências. Se há o tempo oficial, existe igualmente o tempo do calendário, do relógio, [...], o tempo do final de semana, o tempo da montanha, o tempo das dunas.

Para entender os tempos cronológico e imaginado, partimos para outro elemento importante da relação entre patrimônio e herança: a memória. “A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, enquanto ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (POLLACK, 1992, p. 203).

Portanto, enquanto o tempo cronológico conta a passagem dos anos, o tempo imaginado, por sua vez, é o modo como nos relacionamos com o tempo. A memória, nesse sentido, é o dado construído destes dois tempos. A memória pode ser individual ou coletiva e pode ser construída por meio de dados históricos ou por meio da própria experiência. Embora estes dados históricos tenham sido documentados através da memória de outrem, hoje a memória tem um lugar diferente da história. E quando se pensa em patrimônio, os três conceitos se encontram e, em alguma medida, se fortalecem. A memória é de grande importância para o patrimônio. Sobre esse aspecto, em particular, Rossi (2010, p.24) aponta que:

O mundo em que vivemos está cheio de lugares nos quais estão presentes imagens que tem a função de nos trazer alguma memória outros ainda, como acontece nos monumentos nos remetem a nossa história, a sua continuidade presumível ou real como o presente.

De modo que as memórias são construídas através do patrimônio, do mesmo modo em que se constrói o patrimônio, através destas memórias. É preciso, no entanto, compreender este patrimônio que nos faz rememorar. A história era escrita pelos vencedores, assim, naturalmente foram escolhidos quais pontos e fatos contar. Neste sentido, nem tudo que está em

lugar de patrimônio hoje traduz com justiça os acontecimentos anteriores. Tampouco representam de forma igualitária os grupos formadores do país.

Espaços públicos e monumentos homenageiam figuras controversas da história. Hoje, é importante observar que estas pessoas tinham importância dentro do seu contexto e de seu tempo. Suas memórias não devem ser celebradas, mas é indispensável que estas histórias sejam contadas e problematizadas, pois, ainda que questionáveis, são parte da história e do caminhar enquanto sociedade. Como já citado, a sociedade deseja continuidade, o hoje não é apenas o hoje, é a somatória das experiências e das realizações de diferentes sociedades que nos antecederam. Por conta disso, lembrar tem sido considerada uma forma de nos entendermos enquanto coletividade.

A partir dos exemplos apresentados, é possível compreender que somos seres sociais e dados pela nossa própria natureza a manter tradições, um dado afetivo que nos faz sentir pertencendo a um determinado grupo. “Ao transmitir uma memória e a fazer viver, uma identidade não consiste, portanto, em apenas legar algo e sim uma maneira de estar no mundo” (CANDAUI 2011, p.56). Por intermédio destas construções do cotidiano é que são produzidas ‘coisas’ passíveis de serem patrimonializadas no futuro, como bem observa Pollack (1992, p. 4):

A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa.

No dia-a-dia, as relações se moldam e o patrimônio se constrói. Em seu texto sobre a memória dos idosos, Bosi (1994, p.25) menciona que: “os projetos do indivíduo transcendem o intervalo físico de sua existência: ele nunca morre tendo explicitado todas as suas possibilidades. Antes, morre na véspera: e alguém deve realizar suas possibilidades que ficaram latentes, para que se complemente o desenho de sua vida”. Neste mesmo sentido, um antigo ditado diz que desfrutamos hoje a sombra das árvores que outros plantaram antes de nós. Vivemos, portanto, complementando a experiência de nossos antepassados e, assim, voltamos à noção de futuro. O passado lembrado no presente nos permite construir o futuro.

O presente, no entanto, tem sido um momento cada vez mais breve, um átimo de segundo que se perde facilmente através das rápidas transformações, e esta é uma característica do *presentismo histórico*<sup>27</sup>. Para Hartog, tínhamos toda fé no futuro e hoje estamos imersos no presente. “Assim fomos do futurismo para o presentismo e ficamos habitando um presente

---

<sup>27</sup> Categoria de pensamento difundida por HARTOG (1996) que discute a existência do conceito tempo, no presentismo histórico nem o passado e nem o futuro existem. A sociedade está presa no presente e em consequência disso no eternismo.

hipertrofiado que tem a pretensão de ser seu próprio horizonte: sem passado e sem futuro, ou a gerar seu próprio passado e o seu próprio futuro” Hartog (1996, p.05). Neste aspecto, o presentismo é um fator de desmonte da memória e, em sua consequência, a ruína dos próprios patrimônios.

Se anteriormente buscava-se no passado as referências para construir o futuro, o presentismo nos coloca presos no hoje, sem a possibilidade de receber as informações que o passado nos dá e sem perspectiva de futuro. Isso faz com que se trate com menos importância os bens que recebemos e, sobretudo, aqueles que construímos no agora. Embora a tecnologia nos permita preservar os patrimônios, datando-o e documentando-o através da ciência da informação, estamos cada vez mais descolados do patrimônio como elemento constituidor da noção de grupo social. Neste sentido, é preciso que nos voltemos não apenas para a patrimonialização dos bens, mas para compreender igualmente os sentidos atribuídos a eles.

Ao compreender o patrimônio como um dado importante da nossa cultura e de nós mesmos, enquanto sociedade, é preciso refletir sobre a relação entre o patrimônio e os seus aspectos simbólicos. O que torna um dado evento, ou determinado edifício, em um elemento importante a ponto de serem transformados em patrimônio com seus valores histórico e artístico? Contudo, é necessário mencionar que não são apenas estes aspectos, pois o patrimônio está intimamente ligado aos símbolos que cultuamos ou guardamos como importantes, ou seja, como pontos norteadores do percurso de cada povo.

Muitos elementos patrimonializados ou bens de rememoração (estátua, nome de rua, etc.) nem sempre possuem uma relação direta com a vida cotidiana das pessoas que hoje residem nestes locais. Muitos monumentos não são identificáveis, e grande número de pessoas lembradas como nomes de ruas tampouco. De modo que, neste sentido, o patrimônio não encontra uma relação tão aproximada do indivíduo com o bem.

Um símbolo pode ser considerado um marcador temporal ou afetivo que tem poder de se conectar com outros do mesmo grupo, como uma bandeira que identifica um país, do mesmo modo em que uma determinada comida identifica uma cidade ou região. No entanto, os símbolos não são necessariamente dados materiais, símbolos podem e quase sempre estão também recobertos de singularidades e subjetividades.

Parte desta sensação nasce da experiência que, mesmo sendo coletiva, tem o dado individual. “Ninguém é uma ilha”, mas de acordo com a forma como viveu e foi educado, pode em um determinado espaço de patrimônio e de memória coletiva desenvolver imagens diferentes de outros sujeitos nesse mesmo espaço.



Neste aspecto, cabe aqui chamar a atenção para as cidades, ao compreender a cidade como o espaço onde as relações sociais se constroem. A cidade histórica, por exemplo, com grandes monumentos, símbolos, fatos importantes e dignos dos livros de história, pode não fazer nenhum sentido para um determinado grupo inserido neste ambiente de historicidade e patrimonialização, e isso se deve principalmente ao fator subjetivo.

As imagens e sentimentos construídos estarão ligados à experiência do indivíduo ou de um grupo marginalizado, que vive no subúrbio distante desta cidade? Qual a relação deles com o centro histórico? E ainda, se o mesmo grupo marginalizado está enquadrado do centro histórico, mas em situação de degradação, sem acesso os sistemas públicos que atendam às suas demandas e necessidades, mesmo que estejam vivendo em uma edificação patrimonializada, a relação que terão com este bem será completamente diversa de um turista ou de outro morador da cidade que passa a frequentar o referido centro histórico como lazer. Enquanto símbolo, o patrimônio não é constituído no momento de sua produção ou concepção, pois depende dos diversos elementos que compõem a imagem que o cidadão tem sobre ele.

Na atualidade, pode-se notar uma busca cotidiana por manter os bens de ordem patrimonial protegidos, pois são dotados de memória e de historicidade. Mas é necessário que tanto a patrimonialização quanto os cultos a estes monumentos sejam problematizados e que sejam observadas as demandas de diferentes grupos integrantes, antes marginalizados nas sociedades. Há que se pensar também nos aspectos necessários à patrimonialização, já que, com a inserção de novos atores, se adicionou um número grande de bens e de demandas, para não ocorrer, como bem afirma Gonçalves (2015), uma esquizofrenia do patrimônio em que se deseja proteger tudo.

## **2. AS BOAS VISTAS DE UM PATRIMÔNIO HISTÓRICO SOTEROPOLITANO**

Este capítulo abordará a história do Solar Boa Vista, desde os primeiros documentos que mencionam sua existência no século XVIII, passando pelos diferentes usos conferidos ao imóvel ao longo dos anos, até o período que antecedeu o incêndio ocorrido em 2013. Será uma retrospectiva sobre as transformações da área circundante, desde uma fazenda até a formação de um bairro, e sua relação intrínseca com os principais fatores de desenvolvimento da cidade de Salvador. O capítulo se divide em três partes.

A Freguesia Rural de Brotas: Lembranças de um Antigo Casarão (1800-1874), que aborda a primeira fase da construção, inserida no contexto rural; De Asilo a Juliano: Abrigan-

do um Hospital e a Expansão Urbana de Salvador (1874-1982), que descreve o uso prolongado do local como sede de um hospital psiquiátrico; O Engenho Velho de Brotas: Reocupação do Sítio com a Criação do Solar e do Parque Boa Vista (1984-2013), que destaca o período mais recente como sede da municipalidade e da SMED.

## **2.1 A FREGUESIA RURAL DE BROTAS: LEMBRANÇAS DE UM ANTIGO CASARÃO (1800-1868).**

Fundada em 1549, a cidade de Salvador é uma das cidades mais antigas do Brasil. Segundo SANTOS (2008), a sua fundação decorreu da necessidade portuguesa de proteger o território que, devido à sua extensão, facilitava a invasão por outros países, visto que nos quase 50 anos de colônia não havia, ainda, conseguido povoar o litoral. Um emissário trouxe de Portugal o projeto para fundar a cidade, juntamente com um contingente de militares e degredados, para iniciar a primeira fase da povoação. Foi então escolhida uma região no centro do litoral, em uma baía<sup>28</sup> protegida, que serviria como sede do governo e zona de proteção, sendo escolhido assim um local no alto da colina e a beira da baía. “A colina serviu a Tomé de Souza<sup>29</sup> para edificar, em doze meses, a sua cidadela de casas de sopapo, cobertas de palha, que ele cercou de muros também de taipa. Fora das muralhas, foram dadas grandes concessões de terras às ordens religiosas” (SANTOS, 2008, p. 35).

Seu desenvolvimento se deu inicialmente ao longo da costa da Cidade Baixa, onde funcionava o porto e no frontispício<sup>30</sup> murado onde se construíram as primeiras moradias, nos bairros hoje denominados de Comércio, na Cidade Baixa, no Pelourinho/Centro Histórico, na Cidade Alta. O mesmo modelo adotado nas cidades portuguesas, como Lisboa, que usavam o meio natural como base para se estabelecerem.

A cidade crescia pelas suas funções administrativas e pelo comércio, enquanto se expandia a produção de açúcar no recôncavo do estado da Bahia, região sob grande influência da capital. Durante todo o século XVII e XVIII, portanto, Salvador foi o porto mais importante do Atlântico Sul. Salvador era uma cidade que pouco produzia, tendo seu abastecimento

---

<sup>28</sup> A Baía de Todos os Santos é a maior Baía do Brasil e a segunda maior do mundo. Atrás apenas da Baía de Benguela. Tem características únicas de navegação, possui 56 ilhas e banha, além da capital do estado, o recôncavo da Bahia. Disponível em < <https://observabaia.ufba.br/a-baia-de-todos-os-santos/> > Acesso em 5 dez. 2022.

<sup>29</sup> Tomé de Souza (1503-1579) foi um fidalgo português, primeiro governador-geral do Brasil, nomeado por D. João III através da carta régia que definia como seus poderes: a promoção do povoamento da terra (através da concessão de sesmarias), poderes administrativos e jurídicos, políticos e militares. A administração de Tomé de Souza estimulou ainda a agricultura através da cana-de-açúcar e a introdução do gado através do litoral, no nordeste do país. Disponível em < <http://mapa.an.gov.br/index.php/publicacoes/70-assuntos/producao/publicacoes-2/biografias/411-tome-de-souza> > Acesso em 10 dez. 2022.

<sup>30</sup> Parte alta da cidade de Salvador, região vista quando se chega a cidade através da Baía de Todos os Santos. (BAETA, 2014)

feito através do mar e realizado pelos saveiros que traziam os produtos alimentícios das cidades do recôncavo baiano por vias fluviais. Estas produções de menor porte se davam nos limites das cidades, em fazendas e engenhos, dentre eles a Fazenda Boa Vista, localizada na Freguesia de Brotas.

A freguesia de Nossa Senhora de Brotas foi criada pelo arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide, em 1718, sendo a seguinte sua demarcação extrema com outras freguesias, no século XIX: com Santo Antônio Além do Carmo pela Estrada Nova, começando pela roça do comendador Barros Reis, vindo até a Fonte Nova, no Dique, onde fazia diferentes limites com Santana e São Pedro. Daí, pela estrada Dois de Julho, seguia até a ponta da Mariquita, de onde se espalhava costeando a lagoa da Pituba, até Armação e o Rio das Pedras, quando se dividia com a freguesia de Itapuã, suburbana da cidade. Seguia a freguesia de Brotas até o Engenho da Bolandeira, onde novamente fazia divisa com Itapuã e com a freguesia de Santo Antônio Além do Carmo. Limitava-se com a Vitória na Mariquita. (NASCIMENTO, 2007, p.58)

A freguesia de Brotas compreendia uma área majoritariamente rural, com fazendas<sup>31</sup>, engenhos e algumas roças<sup>32</sup>, sua população era pequena e se encontrava no 2.º distrito de Santo Antônio, onde anteriormente funcionou um engenho. A povoação estava ligada principalmente à sede da Igreja Nossa Senhora de Brotas e à região da Boa Vista, onde se encontrava a fazenda Boa Vista, de que trata este estudo, por estar mais próxima das primeiras povoações da cidade, como também pela proximidade das fontes de água<sup>33</sup>. A região oposta, mais próxima ao mar ainda era despovoada.

Não é possível estabelecer quando o casarão foi construído, no entanto, sua existência já era conhecida desde o século XVIII, quando pertencia a Manoel José Machado<sup>34</sup>. O primeiro documento localizado sobre o local data de 1789, quando foi realizada a medição das terras deixadas como herança<sup>35</sup> para Joaquina Josefa de Santana Machado, esposa de Manoel José. As terras da fazenda se encontram no sopé de uma colina, onde foi construído o casarão com

<sup>31</sup> Destacam-se além da Boa Vista, a Fazenda Pituba que deu origem ao bairro de mesmo nome; Quinta das Beatas que deu origem ao bairro de Cosme de Farias; e Fazenda Acupe, hoje Acupe de Brotas (NASCIMENTO, 2007).

<sup>32</sup> Conforme o dicionário Michaelis: Pequena propriedade rural, chácara, sítio.

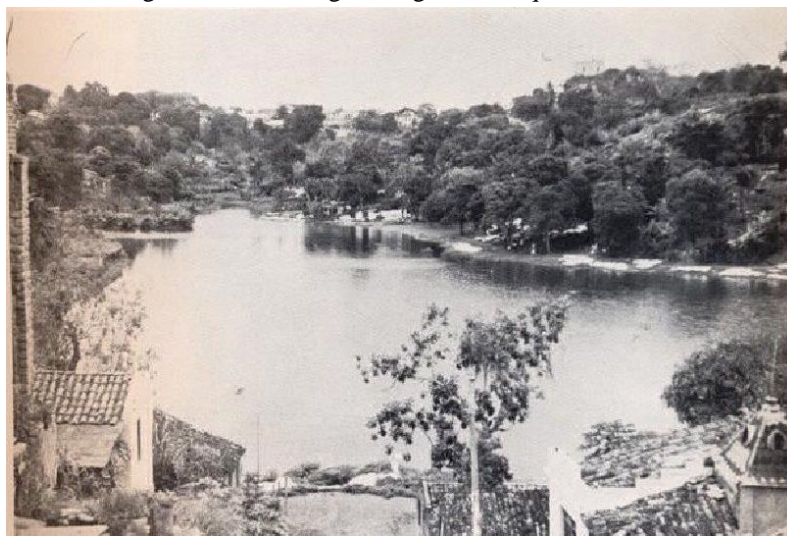
<sup>33</sup> Avizinha-se da região da bacia do Rio Lucaia, que se inicia na Avenida Joana Angélica, recebe águas do Dique do Tororó, seguindo por todo o canteiro central da Avenida Vasco da Gama, terminando no Largo da Mariquita, no Rio Vermelho. (SANTOS, *et al.* 2009)

<sup>34</sup> A biografia de Manoel José Machado é controversa, segundo a história contada em 1930, na 56ª edição da revista do Instituto Geográfico da Bahia, Manoel era um criminoso e contrabandista. Segundo o narrado, possuía grande número de embarcações que via chegar à Baía de Todos os Santos através da torre do casarão. Conta-se ainda que, embora possuísse grande estima da população local, não era bem-querido pelo reinado e acabou preso e mandado de volta a Portugal, em data não especificada. Por outro lado, os anais do Arquivo Público de 1947, apontam Manoel Machado como um grande negociante, armador de navios que viajavam pela costa da África, a quem a Bahia devia grandes favores, tendo negócios em diversas províncias. Diretor de teatro e benemérito de várias instituições, que faleceu em 1821, deixando em testamento boa parte de seus recursos a estas instituições, enquanto a fazenda ficou para Joaquina Josefa de Santana Machado, sua esposa.

<sup>35</sup> Informação retirada dos Anais do Arquivo Público de 1947.

acesso ao Dique do Tororó<sup>36</sup>, logo abaixo, e com amplas vistas para o mar da Baía de todos dos Santos.

Figura 1- Vista antiga da região do Dique do Tororó.



Fonte- Arquivo Histórico Municipal de Salvador (AHMS)

Também é relatado que o casarão possuía um túnel subterrâneo que ligava a propriedade ao dique do Tororó, proporcionando uma possível rota de fuga em emergência. Essa característica sugere que o edifício foi concebido com uma estrutura fortificada desde o início<sup>37</sup>. A época, as terras da fazenda apresentavam as seguintes dimensões: de frente, possuía oitenta e nove braças que formavam a entrada da propriedade. O restante do terreno tinha como medida cinquenta e sete braças quadradas<sup>38</sup>. Possuía brejos, matos, árvores frutíferas, uma pedreira, além de fontes de água. Em 1831, com o falecimento de Joaquina Josefa de Santana Machado, a propriedade foi vendida a Joaquim Ramos de Araújo. Durante esta primeira fase, a fazenda era uma típica propriedade rural, com o casarão como residência. Sobre este o período de posse de Joaquim Ramos, constam historicamente algumas informações de que seu uso tenha se mantido como residência. Em 1858, o médico Antônio José Alves<sup>39</sup>, pai do poeta Castro Alves<sup>40</sup>, compra a fazenda visando proporcionar qualidade de vida para a sua esposa

<sup>36</sup> Um lago natural que recebia águas de pequenos rios, contribuía com a formação do Rio Lucaia. É provável que o lago original fosse maior que o que se conhece atualmente e tenha sido aterrado em vários trechos ao longo dos anos. Saindo pelo lago natural, seguindo pelo rio Lucaia, se alcançava o mar na região do Bairro do Rio Vermelho. (SANTOS, *et al.*, 2009).

<sup>37</sup> Informação retirada dos Anais do Arquivo Público da Bahia de 1947.

<sup>38</sup> Cerca de 195 m de frente e 250.000 m<sup>2</sup> de área total.

<sup>39</sup> Antônio José Alves (1815- 1866), foi um importante médico baiano, cirurgião, formado pela Faculdade de medicina da Bahia, pai do poeta Castro Alves. (MATTOS, 1947)

<sup>40</sup> Antônio Frederico de Castro Alves (1847-1871). Foi o poeta baiano Castro Alves, um dos principais representantes do romantismo brasileiro, também conhecido como o "poeta dos escravos", devido aos seus poemas que clamavam pela abolição da escravatura. Entre suas obras mais famosas estão Navio Negreiro, Os Escravos e

que, na época, tinha a saúde frágil e que faleceu no ano seguinte. Com a disponibilidade de espaço no casarão, o médico instalou em um dos salões a sua clínica médica, onde atendia seus clientes. Deste modo, parte da infância do poeta abolicionista foi vivida na fazenda Boa Vista. Mais tarde, na vida adulta, quando o imóvel já se encontrava à venda, o nostálgico poeta escreve uma ode ao casarão daquela localidade. Conforme o inventário do Dr. Antônio Alves, a família possuía pelo menos 16 pessoas escravizadas. Nas poucas imagens que se tem desta fase, conforme figura 2, é possível notar que a fachada principal tem sua composição feita por porta e janelas, uma torre que abrigava um relógio, um campanário e o telhado aparente e coruchéus<sup>41</sup>.

Figura 2- Fachada do Asilo São João de Deus no final do século XIX.



Fonte- J. Mello e Filhos

<http://www.cidade-salvador.com/patrimonios/boavista/boa-vista-antiga.htm>

O Solar Boa Vista podia ser alcançado por uma estrada de terra que conduzia a um portão de entrada. O casarão contava com cento e quatro palmos de largura e cento e trinta e cinco de frente ao fundo<sup>42</sup>, conforme inventário da época:

Um sobrado com um mirante de paredes de pedra e cal e as divisórias de alvenaria de tijolos, edificado na Fazenda Boa Vista, na freguesia Nossa Senhora de Brotas, com cento e quatro palmos de frente, um portão nos lados fechados de muros próprios de alvenaria, com um portão de grande de ferro na frente da entrada do edifício. No pavimento térreo tem duas portas, três janelas envidraçadas, uma sala, dez quartos, um salão e uma capela para celebrar missa. No pavimento superior há os cômodos seguintes - sala de frente, duas alcovas, sala interior, oito quartos, oito

---

Vozes d'África. Castro Alves chegou à fazenda Boa Vista ainda na infância e, mais tarde, quando o imóvel estava à venda, escreveu um poema sobre ela. (MATTOS, 1947)

<sup>41</sup>Arremate em forma de pirâmide ou cone, utilizado em torres ou pavilhões.

Disponível em > <https://www.engenhariacivil.com/dicionario/corucheu>> Acesso em 25 out. 2023.

<sup>42</sup> A edificação possui cerca de 1600 m<sup>2</sup> de área total.

quartos, sala de jantar com armários fixos, despensa e tulha com precisão de consertos, tem senzala ao lado da entrada muito arruinada pelo fundo e parte já caída. Na caixa uma fonte de bica coberta de telhas em bom estado. (INVENTÁRIO, 1947, p.42)

O mobiliário também era de qualidade requintada, com peças de jacarandá vinhático. Possuía jarros de porcelana, quadros a óleo e duas serpentinas de bronze ornamentavam os salões do casarão.

Após o falecimento de sua esposa e a sua mudança para a rua do Sodré, no centro da cidade, Dr. Antônio reformou a residência com a intenção de vendê-la por um preço mais alto para a implantação de uma casa de saúde. O casarão sofreu alterações estéticas, com a mudança de cômodos e adaptação para o possível novo empreendimento. Com a venda da fazenda, o médico esperava deixar uma herança que protegesse o futuro de seus filhos.

O pavimento térreo, todo circulado de janelas envidraçadas e todo cimentado, tinha duas salas de frente, sete quartos grandes e um grande salão que tomava todo o fundo. Em continuação do dito fundo grande da cozinha não acabada. Destacava-se ainda “espaçosa capela muito asseada e dourada com suas imagens, sendo a entrada de fina cantaria, além de espaço lugar para a sacristia, cujo chão é cimentado, e o da capela ladrilhado de mármore. Todos os cômodos deste pavimento eram forrados e pintados. No segundo andar, tinha grade e porta de entrada com moderna escadaria, que se estende no segundo lanço pelos dois lados, donde dá subida, sendo toda envernizada e com balaústres torneados. Possuía os seguintes cômodos: saleta de entrada, ao lado duas salas correspondentes a todas as janelas, cinco de frente rasgadas com grade de ferro, bacias de cantaria de Lisboa. No fundo três salas, três grandes quartos e dois menores. Todo o pavimento era circulado de janelas envidraçadas forrada e pintado com escada particular para o pavimento inferior. (INVENTÁRIO, 1947, p.102)

As paredes externas eram de pedra fortificada, os interiores de tijolo de estuque, o piso do chão era cimentado e circulado por pedras de mármore. Como elemento de destaque, o mirante contava com três pavimentos com salões circundados de janelas. A reforma também suprimiu construções em estado físico precário, como a senzala e as fontes. Após sua renovação, toda a edificação estava em estado adequado, mas ainda assim o médico achou dificuldade em concluir a venda.

A fazenda só foi vendida em 1869, quatro anos após sua morte. A venda se deu através da aplicação da lei provincial 1089, para se criar a fundação de um hospital ou qualquer outra instituição humanitária, pelo presidente da província.

## 2.2 DE ASYLO A JULIANO: ABRIGANDO UM HOSPITAL E A EXPANSÃO URBANA DE SALVADOR (1974-1982).

Em 1869, o casarão entra em uma nova fase com a província de posse da propriedade e a sua entrega para que fosse administrada pela Santa Casa de Misericórdia da Bahia<sup>43</sup>, para funcionar como um asilo de alienados<sup>44</sup>. Esta mudança, incluía o casarão e a própria fazenda que foi comprada em conjunto.

Figura 3- Fachada do Hospital São João de Deus no início do século XX.



Fonte- Arquivo Público da Bahia.

O asilo recebeu o nome de João de Deus e foi inaugurado em 1874. Ocupava grande parte daquilo que já havia sido a fazenda Boa Vista e foram realizadas novas obras de adaptação. Ao longo dos anos, foram realizadas ao menos três ampliações com o acréscimo de novos prédios para atender esta nova necessidade. Havia alas separadas por gêneros, prédios ambulatoriais e residências para os funcionários. Pela magnitude da fazenda, a área ocupada pelo asilo era pequena, se concentrando basicamente próxima ao casarão. Alguns documentos

<sup>43</sup>O trabalho da Santa Casa de Misericórdia começa em Lisboa em 1549, quando é fundada Frei Miguel Conteiros, com o apoio da rainha D. Leonor de Lencastre através da remodelação da Confraria de Caridade Nossa Senhora da Piedade, que oferecia apoio para sepultar os mortos e acompanhar condenados a execução. Seu objetivo era oferecer apoio aos mais necessitados, através da educação, alimentação e saúde. Após a expansão marítima, Portugal passa a implantar em cada território uma Santa Casa, conforme Costa (2010) A Santa Casa era um braço social da coroa portuguesa nas terras ocupadas. No Brasil, a primeira Santa Casa foi a de Santos, a de Salvador foi a terceira instalada, fundando o primeiro hospital da cidade.

<sup>44</sup> Conforme Dicionário Michaelis: Que ou aquele que sofre de perturbação mental; louco, maluco.

antigos sobre o funcionamento do asilo informam a existência de diversos terrenos arrendados para o uso da terra e arrendamento de uma pedreira existente no local.<sup>45</sup>

Este é o uso mais longo dado a edificação, sua implantação neste local se dá sobretudo pela tranquilidade da região. Era comum a construção de hospitais psiquiátricos em regiões mais afastadas do centro, sobretudo por dois motivos principais: o primeiro pelo estigma da doença mental, a qual se queria afastada da sociedade; e em segundo, pela necessidade de se estar em um ponto aprazível que garantisse o bem-estar e a tranquilidade dos doentes, para que conseguissem se recuperar e com um cotidiano regular para reduzir os surtos e o agravamento da doença<sup>46</sup>. Em fins do século XIX e início do XX, os tratamentos psiquiátricos eram ainda insipientes, estes locais eram, de forma geral, apenas lugares onde as pessoas eram deixadas isoladas e fora da convivência de sua família e da própria sociedade. Asilos psiquiátricos eram muitas vezes depósitos de pessoas com alguma dificuldade, fosse ela não só psiquiátrica, física, mas também social.

Neste sentido, o hospital achava na fazenda sua localização ideal, com a sua vasta vegetação e suas belas vistas. Em 1912<sup>47</sup>, por problemas financeiros, a Santa Casa de Misericórdia devolve o asilo ao Governo do Estado, que passa a ser seu responsável. Não há informações sobre o funcionamento do asilo neste período, não foi localizada na imprensa da época nada que faça crer que houve fechamento do hospital. De modo que o dado seguinte é que, posteriormente, já em 1938, o asilo passa a ser hospital e recebe o nome de Hospital Juliano Moreira<sup>48</sup>, em homenagem ao médico baiano.

Neste mesmo período, conforme afirma Nascimento (2019), a região de Brotas começa a ter um crescimento mais acelerado, pois, se antes se tratava de uma região pouco urbani-

---

<sup>45</sup> Os livros de arrendamento de terra do Asilo registram arrendamentos de terrenos com uma média de e 3 tarefas (13.068 m<sup>2</sup>) de terra entre os anos 1886 e 1912.

<sup>46</sup> O primeiro hospital psiquiátrico do Brasil foi o Manicômio Pedro II, inaugurado em 1852 no Rio de Janeiro, capital do país à época. Foi um projeto ambicioso em que se buscou garantir a qualidade do prédio para colaborar no bem-estar dos doentes. Ficava localizado em uma chácara próximo ao mar e era mantido pela Santa Casa de Misericórdia. Estes hospitais ocupavam sempre grandes áreas com um prédio grande ou pavilhões espalhados pela área. Disponível em < <http://www.ccms.saude.gov.br/hospicio/hospicio.php> > Acesso em 13 ago. 2023.

<sup>47</sup> Arquivos do inventário da devolução do Asilo ao Governo Estadual apontam dívidas do Governo que inviabilizavam o funcionamento do hospital.

<sup>48</sup> Foi um médico negro, baiano, um dos principais expoentes e fundador da disciplina psiquiatria no Brasil. Entrou na universidade aos 14 anos e formou-se aos 18 com uma tese de grande relevância sobre a sífilis que recebeu repercussão internacional por propor novas formas de tratamento para a doença. Foi aluno de Nina Rodrigues e rebateu suas teorias de que a mestiçagem era a causa principal da degeneração mental, antes, propunha que para combater tais degenerações era importante cuidar das condições sanitárias de saúde, educação, tratar o alcoolismo, a sífilis. Realizou estágios na Europa e implantou no Brasil os primeiros laboratórios clínicos. Foi precursor da psicanálise no país. Outro ponto a salientar é o enfoque humano de seu tratamento, com hospitais sem grades, camisas de força. Seu tratamento incentivava a ocupação dos doentes em atividades como serralheria, artes, marcenaria, mecânica, entre outros. Disponível em < <https://brasil.elpais.com/ciencia/2021-0106/juliano-moreira-o-psiquiatra-negro-que-revolucionou-o-tratamento-das-doencas-mentais-no-brasil.html> > Acesso em 10.mai.2023.



zada, nesta fase começam a se desenvolver os primeiros bairros. Nos anos 1920 e 1930, com o desenvolvimento urbano da cidade, as roças e pequenas propriedades dão lugar a ruas e as novas residências, conforme se observa na figura 4.

Figura 4- Vista da rua Boa Vista de Brotas na década de 1930.



Fonte- Almeida e Irmão

<http://www.cidade-salvador.com/patrimonios/boavista/boa-vista-antiga.htm>

Isso tem relação direta com os projetos de urbanização da cidade de Salvador e sua posterior expansão para o litoral<sup>49</sup>. A Rua da Boa Vista, que antes só possuía um acesso à fazenda, foi completamente ocupada e arborizada com predominância de uma classe média.

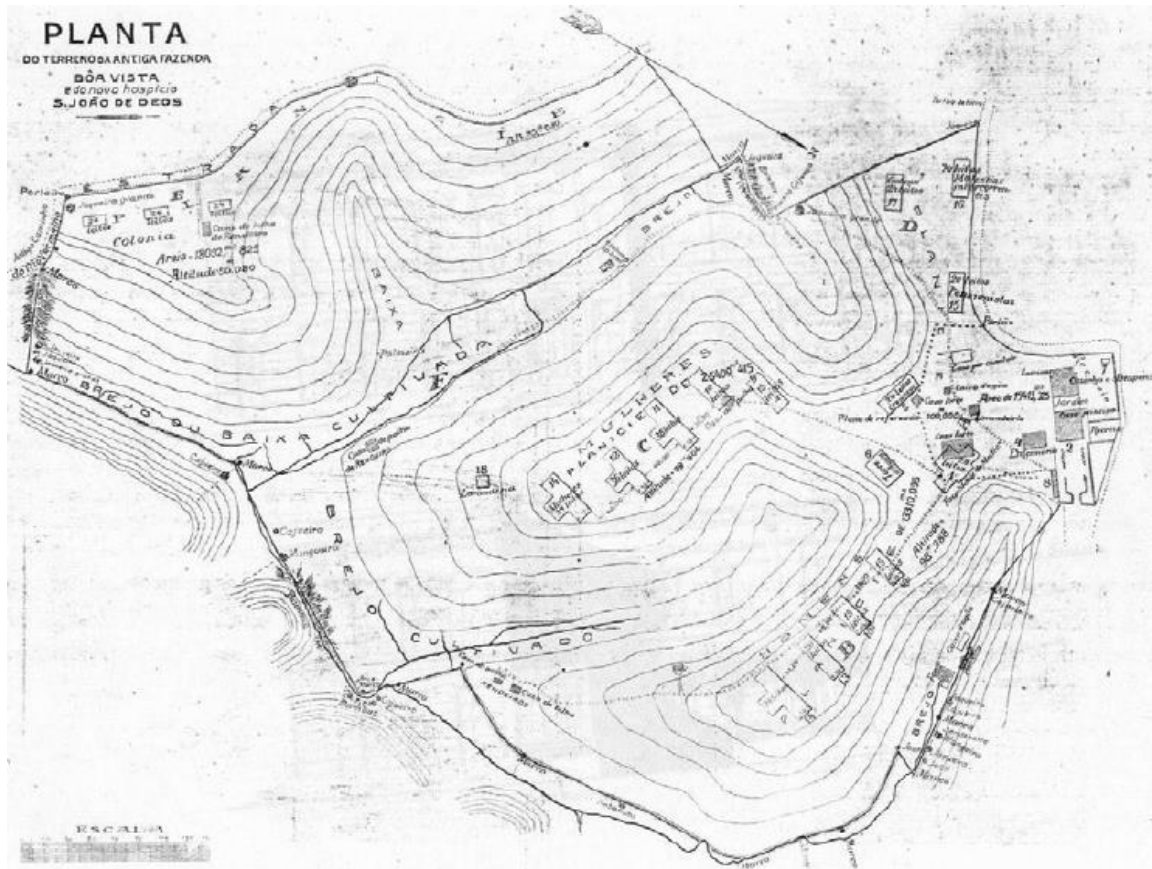
A região mais abaixo do terreno, por sua vez, foi ocupada gradativamente por imóveis e barracos de uma população mais pobre, assim:

[...] há que se considerar que a rua Coronel Frederico Costa e a rua da Boa Vista, na cumeada, atraíram estes imóveis de luxo pelo pitoresco da localização, por aproveitarem as infraestruturas urbanas direcionadas ao asilo São João de Deus e pelas melhores condições do sítio construtivo. Aos pobres, aos proletários, aos trabalhadores, as encostas; aos ricos, aos comerciantes, aos burocratas, aos burgueses, as cumeadas. O conhecido padrão da descentralização urbana soteropolitana encontra em fenômenos deste período as suas raízes (NASCIMENTO JÚNIOR, 2019, p.419).

Importante salientar que, mesmo com este inicial desenvolvimento da região, o hospital detinha ainda toda a área da fazenda, conforme se nota na figura 5, onde é possível identificar a magnitude da área do hospital. Observa-se, além do casarão e anexos, os pavilhões separados por gênero, a vasta área cultivada e as demais áreas livres.

<sup>49</sup> Construção da Avenida 7 de Setembro, ligando o centro ao bairro da Barra, e maior ocupação da região da Pituba a partir de 1920.

Figura 5- Planta da fazenda Boa Vista.



Fonte- Arquivo Público da Bahia

Dentro deste contexto, em 1941 o Solar Boa Vista é tombado pelo IPHAN, como parte das primeiras ações do órgão na Bahia. Neste momento são desenvolvidas as primeiras informações gráficas da edificação, tais como fotos e plantas. Na figura 5, também é possível identificar como funcionava a setorização e o uso dado à edificação e verificar igualmente algumas informações e mudanças mencionadas no inventário anteriormente citado.

A planta baixa evidencia que o casarão funcionava de fato como a sede do hospital, enquanto os demais prédios, pavilhões, anexos e alojamentos, observados na figura anterior, estavam dispostos no terreno. A planta está setORIZADA consoante os pavimentos. No térreo se concentravam as áreas de atendimento médico, como a enfermaria, e no primeiro pavimento ficava a área administrativa. Com a alteração do nome do hospital, o pavilhão principal, em homenagem ao asilo, foi mantido com o nome de João de Deus.

Figura 6- Plantas do solar Boa Vista como sede do hospital Juliano Moreira.



Fonte- Acervo do IPHAN

No que se refere à disposição da planta, identifica-se uma configuração retangular composta por três blocos principais e divididos de forma também regular em retângulos menores. Um pátio interno que garante a entrada de luz natural e a ventilação ao centro do casarão, onde também se concentram os sanitários. As aberturas de janela se encontravam em grande número em todas as fachadas. A capela possui dois acessos, um interno e outro externo ao imóvel, além das três escadas. Uma principal que se localiza no acesso ao prédio com três lances. Uma segunda ficava localizada no centro da planta, que podemos identificar como a escada íntima citada no inventário, bem como outra menor de acesso exclusivo à torre, esta possui três pavimentos e se localiza exatamente acima da capela.

As paredes são espessas, conforme o inventário, com exceção do ambiente ao sudeste (térreo e pavimento 1) que concentrava divisões com paredes com uma espessura menor, em blocos de tijolo. A diferença nos materiais utilizados nas paredes indica que, na fase residencial, os grandes salões estavam provavelmente abertos e, mais tarde, foram fechados para atender às necessidades do hospital. O casarão foi tombado por seu valor histórico e artístico, nestas informações podemos observar as características do apuro estético da edificação.

Figura 7- Fachada do Solar Boa Vista durante os anos 1940.



Fonte- Acervo do IPHAN

O casarão é robusto, pelas suas grossas paredes de pedra é quase defensivo, no entanto, seus elementos decorativos conseguem quebrar esta rigidez. A capela possuía um teto de gamela. As janelas eram do tipo guilhotina de madeira e simetricamente enfileiradas nas fachadas, conferindo um ritmo adequado, sem excessos e com sua característica de casa rural, de fazenda. O mesmo acontece com o telhado de quatro águas aparentes que se encontram em quatro coruchéus instalados nas suas extremidades. As cimalkhas circundam toda a edificação, fazendo às vezes de elemento decorativo ao tempo que fazem ligação do telhado com o fechamento. Diferente das demais, a porta da capela é mais robusta e tem notável trabalho de cantaria, conforme pode ser observado na figura 8.

Figura 8- Elemento decorativo da porta da capela.



Fonte- <http://www.cidade-salvador.com/patrimonios/boavista/solar-boa-vista.htm>

A fachada principal tem sua porta principal centralizada no térreo e outra, ao seu lado, no estilo das portas janelas instaladas no pavimento superior. As portas deste pavimento são complementadas por pequenas sacadas e fechadas por um guarda-corpo trabalhado em ferro. Porta e janelas são guarnecidas por molduras e pequenos elementos decorativos. Diferem-se na torre as aberturas de janela, pois saem as guilhotinas retangulares e surgem as janelas de abrir em arco de volta perfeita, com seis janelas em cada pavimento. Por fim, vale mencionar a existência de um relógio e um pequeno campanário no topo da torre que a tornam única e ponto referencial de toda a região. Internamente, por sua vez, não se têm muitas informações dos detalhes construtivos. Conforme os arquivos do IPHAN, o assoalho era de madeira. Como se pode observar na imagem disponibilizada da torre, seu piso de madeira é confirmado no inventário e a escada é fechada com um balaústre de madeira decorado.

Figura 9- Vista das janelas e balaústre da torre.



Fonte- Acervo do IPHAN

Em outra imagem de anos posteriores, é possível notar na fachada noroeste, por onde acessava a capela, a existência de uma cobertura tipo varanda, parte do muro que cercava a casa e, na seguinte, um jardim na fachada da edificação. No que diz respeito a obras e reparos, são informados um restauro geral pelo IPHAN em 1949, pintura em 1959 e, em 1967, a realização de alguns reparos no telhado.<sup>50</sup>

---

<sup>50</sup> Informações retiradas dos inventários do IPHAN

Figura 10-Fachada sudoeste do Solar Boa Vista.



Figura 11- Fachada nordeste do Solar.



Fonte- Acervo do IPHAN

As décadas seguintes foram de grandes transformações na cidade de Salvador, e em consequência disso também para o entorno do Hospital Juliano Moreira. Um dos motivadores para este acontecimento foi a urbanização mais rápida da cidade e o aumento da população. Em 70 anos, de 1900 a 1970, a população saltou de pouco mais de 200.000 habitantes para mais 1 milhão<sup>51</sup>. Neste contexto urbano, surgiram novos projetos para melhorar as condições da cidade, e uma destas iniciativas foi a criação do EPUCS (Escritório do Plano de Urbanismo de Salvador), em 1942. O EPUCS pensava o desenvolvimento da cidade na sua totalidade, desde o saneamento básico, o trânsito e incluía todas as regiões da cidade.<sup>52</sup>

Figura 12- Ladeira do Pepino com vista do Dique do Tororó na metade do século XX.



Fonte- <http://www.museuvivonacidade.com.br/2017/09/dique-do-tororo.html>

<sup>51</sup> Dados retirados do censo demográfico dos anos de 1900 e 1970.

<sup>52</sup> O EPUCS tinha grandes projetos para a cidade de Salvador. Um deles, relacionado a região deste estudo, era à construção da Universidade Federal da Bahia no Engenho Velho de Brotas.

Um destes planos previa, por exemplo, que a urbanização devia vir através das avenidas do vale que acompanhavam o relevo natural da cidade, onde estariam os serviços de saneamento, transporte, funcionando como artérias que ligariam os pontos da urbe. Acompanhando esta ideia, duas grandes avenidas foram abertas no entorno do hospital, as Avenidas Vasco da Gama e a Mário Leal Ferreira (Bonocô). A avenida Vasco da Gama separou a região conhecida como Engenho Velho, áreas remanescentes do antigo engenho e, deste modo, a região próximo a Federação se tornou o Engenho Velho da Federação, região onde fica localizado o Solar, em Brotas, e o Engenho Velho de Brotas<sup>53</sup>.

O segundo marcador importante na urbanização da região foi a partir da década de 1960, com a construção de conjuntos habitacionais no Engenho Velho de Brotas. A construção, pela Urbis<sup>54</sup>, dos conjuntos residenciais nas décadas de 1960 e 1970 visavam atender à demanda de habitação na cidade. Estes projetos foram construídos pelo governo do estado em terrenos remanescentes da Fazenda Boa Vista e integrantes do Juliano Moreira.

Conforme menciona Mendonça (1989), na região da Boa Vista e Engenho Velho de Brotas foram construídas, no período entre 1960 e 1970, um total de 1716 unidades de apartamentos, em 4 diferentes conjuntos que terminaram por cercar o hospital, como pode ser visto da figura 13.

Figura 13- Vista dos pavilhões do hospital Juliano Moreira.



Fonte: <https://i.pinimg.com/originals/fd/87/41/fd87412c1d62f2e4b4c6e157482acc61.jpg>

<sup>53</sup> A Lei n.º 1038, de 15 de junho de 1960, delimita os bairros da cidade de Salvador, onde constam os bairros citados e informa que a Fazenda Boa Vista integra o bairro do Engenho Velho de Brotas. Conforme o bairro do Engenho Velho de Brotas é a área ocupada pela parte do Subdistrito de Brotas aos fundos do Hospital Juliano Moreira, abrangendo os terrenos da Fazenda Engenho Velho com entrada pela Rua Almirante Alves Câmara (antiga do Engenho Velho de Brotas) e descendo até a Avenida Vasco da Gama (antiga Estrada 2 de Julho) incluindo Vila América.

<sup>54</sup> Serviço de Urbanização da Bahia, criado em 1965 para operacionalizar a política habitacional do Governo do Estado. Disponível em < <http://www.arquivohistorico.salvador.ba.gov.br/epucs.html> >. Acesso em 08 set. 2022.

Desde o começo da década de 1980, havia igualmente a ocupação de um terreno às margens da Avenida General Graça Lessa, uma ocupação conhecida como Yolanda Pires<sup>55</sup>, que possuía mais de 100 barracos e muitas famílias ali instaladas.

Urbanizado pelo acesso principal, a rua da Boa Vista, desde a década de 1920, abria-se para as novas vias circundando o hospital e fazendo o acesso aos novos conjuntos. Sobre a parte alta do antigo engenho, a área imediatamente ligada ao solar é conhecida como caminhos que levavam até os conjuntos habitacionais. No entanto, o terreno adjacente onde se localiza o bairro do Engenho da Federação e a parte mais abaixo do hoje Engenho Velho de Brotas, sentido dique do Tororó, tem uma configuração de ruas estreitas, ladeiras, demonstrando uma ocupação desordenada da população. Quando se observa o perfil dessa ocupação, constata-se bairros de classe baixa e de predominância da população negra<sup>56</sup>.

Importante salientar aqui como este perfil social e racial do bairro colaborou com o desenvolvimento de tradições e da própria cultura local, baseada nas tradições de origem africana. No bairro se desenvolveram grandes nomes da cultura local, como Mestre Bimba, principal nome da capoeira de Angola, que nasceu no bairro. O carnaval no Engenho Velho de Brotas tem grandes nomes, pois lá foram fundados dois grandes afoxés<sup>57</sup> o Badauê<sup>58</sup> e Okambi. No que diz respeito ao Samba, além do carnaval o bairro tem um dos maiores sambas juninos<sup>59</sup> da cidade.

---

<sup>56</sup> Segundo o censo demográfico de 2010, a população do bairro era de 25.703 habitantes, dos quais 84% dessa população era negra. Segundo Nascimento Junior (2019) a região de Brotas tinha grande número de terreiros. Situação similar à do vizinho Engenho Velho da Federação. Isso se evidencia na própria conformação do bairro, que tem nas suas ruas nomes de personagens históricos da comunidade negra, tais como Maria Felipa e Manoel Faustino.

<sup>57</sup> Um afoxé um grupo com aporte religioso que brinca e desfila no carnaval baiano, é patrimônio imaterial registrado pelo IPAC desde 2010. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3174/desfile-dos-afoxes-e-patrimonio-cultural-da-bahia>> Acesso em 01 mar.2023.

<sup>58</sup> O afoxé Badauê foi fundado em 1978 e desfilou até 1994, foi um dos grandes afoxés da cidade. Foi fundado na curva do Asilo (Ladeira de Nanã) no Bairro do Engenho Velho de Brotas, por artistas do teatro, da música e da capoeira, tem como elemento principal sua ancestralidade vivida nos terreiros de candomblé da região. Mestre Moa do Katendê, assassinado em 2018, foi um destes jovens fundadores. (SILVA, 2017)

<sup>59</sup> Samba Junino é uma tradição da cidade de Salvador, e acontece no período junino em bairros proletários e periféricos de maioria negra. Como as festas e tradições juninas acontecem no interior do estado, o samba era uma forma de festejar daqueles trabalhadores que não podiam viajar às cidades do interior onde as festas se realizam. Como a tradição da música nestes bairros era o samba, convencionou que a festa seria um samba junino. Disponível em [https://www.youtube.com/watch?v=ZFIV66vg\\_s](https://www.youtube.com/watch?v=ZFIV66vg_s)>. Acesso em 15 de abr. 2023.



Figura 14- Vista da rua do Trovador.



Fonte- <http://historiasdoengenhovelhodebrotas.blogspot.com/2016/06/>

Desta forma, o desenvolvimento urbano da região era incompatível com a manutenção de um hospital psiquiátrico, que já havia perdido sua ambiência e que se encontrava agora em uma região central densamente povoada. Outro aspecto a ser destacado eram as condições internas do hospital, sobre as quais já havia muitas reclamações. Na tentativa de mitigar as péssimas condições da instituição, foram construídos ao longo dos anos novos pavilhões para atender os pacientes. Isto foi suficiente durante um período, no entanto, com o passar dos anos, as condições dos prédios já não estavam mais condizentes com as necessidades. Segundo o memorial sobre a instituição: “Essas construções serviram para melhorar as condições de atendimento, a produtividade científica e a formação de psiquiatras. Hoje, com a sua progressiva deterioração, transformou-se numa espécie de ‘gueto’ de doentes mentais e um desafio para os responsáveis pela Saúde Pública” (BAHIA, 1982).

Conforme descrito no memorial, as condições eram insalubres, incompatíveis com a saúde e a taxa de mortalidade era muito elevada. As construções não tinham um partido arquitetônico linear, estavam espalhadas de forma irregular no terreno, com grandes áreas ociosas, onerando assim a manutenção do terreno. A população de pacientes estava se reduzindo pela própria impossibilidade de o hospital atendê-la. Outro fator de redução de pacientes foi a interiorização do atendimento à saúde de forma ambulatorial, e não mais só na internação. Com isso, uma comissão da secretaria de saúde trabalhou para pensar formas de melhorar as condições do hospital que, por fim, culminou com a decisão do fechamento do hospital e a abertura de novas agências de tratamento.

Em 1982, o hospital Juliano Moreira foi transferido para uma nova sede na região do Cabula, um bairro mais distante do centro da cidade, porém com acesso facilitado através da avenida Luís Viana Filho.<sup>60</sup> Em termos de área, não há diferença entre o hospital da fazenda Boa Vista e o novo Juliano Moreira, pois ambos os terrenos têm áreas semelhantes. No entanto, o segundo já possuía uma melhor infraestrutura e a ambiência necessária para os cuidados psiquiátricos preconizados naquela época.

### **2.3 O ENGENHO VELHO DE BROTAS: REOCUPAÇÃO DO SÍTIO COM A CRIAÇÃO DO SOLAR E DO PARQUE BOA VISTA (1982- 2013)**

A mudança do Hospital deixou, como espólio para a cidade, uma grande área desocupada no meio de um bairro, agora, central. Ainda em 1982, o Governo Estadual decide dar uso ao antigo hospital, dando ao prédio uma função que atendesse as necessidades dos moradores e de seu entorno. Tratava-se então da implantação de um parque público com diversos equipamentos. O parque neste local, segundo o secretário de planejamento do estado na época, Waldeck Ornelas<sup>61</sup>, atender a essa necessidade era crucial, considerando que a região abrigava numerosos conjuntos habitacionais e uma população de baixa renda. Como um bairro central densamente povoado, a falta de áreas disponíveis na região tornava cada vez mais desafiador realizar tais projetos.

De fato, não havia espaços de lazer nas proximidades do Engenho Velho. Outra alternativa só foi disponibilizada com a urbanização do Dique do Tororó na década de 1990. O custo da obra estava estimado em 200 milhões de cruzeiros e estaria a cargo da CONDER (Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia). O projeto era ambicioso e incluía restauração do casarão, e se destinaria ao desenvolvimento de atividades culturais para crianças, onde receberia salas de oficinas, biblioteca e auditório<sup>62</sup>.

---

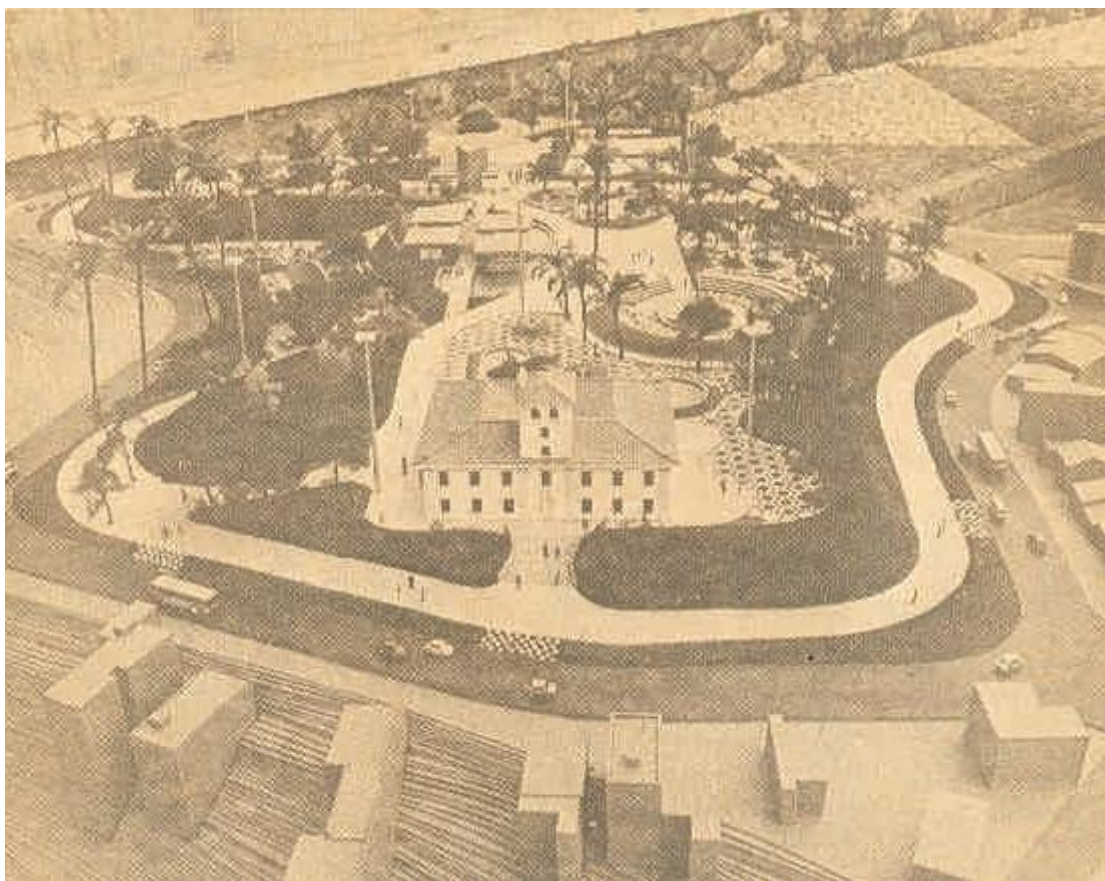
<sup>60</sup> Avenida Luís Viana Filho, também conhecida como Avenida Paralela, foi construída em 1970, no contexto da abertura das novas avenidas da cidade. Faz a ligação da região do Iguatemi ao Aeroporto, antes feita pela Estrada do Aeroporto. Facilitou o desenvolvimento desta região, consolidando-a como um vetor de crescimento. Em sua esteira surgiram grandes conjuntos habitacionais, como os dos bairros do Cabula, Sussuarana e Mussurunga, acesso à região do CAB das praias mais ao norte da cidade, como Itapuã. Facilita o acesso também à região metropolitana, como a cidade de Lauro de Freitas. Disponível em Disponível em: <http://rodovias.org/avenida-paralela/>. Acesso em: 10 set. 2023.

<sup>61</sup> Entrevista concedida ao Jornal A Tarde, 01 jul. 1982.

<sup>62</sup> Conforme o relatório do estado da BAHIA (1982), o projeto de ocupação do casarão seria o Centro Cultural Infantil, que tinha como partido o brincar e o brinquedo. Seriam salas de brincadeiras, espaço com equipamentos para a realização de oficinas e confecção de brinquedos, máscaras, cenários, vestimentas, instrumentos musicais, entre outros. Contemplaria também um centro de documentação e pesquisa sobre o tema, com espaço para a realização de palestras, simpósios e apresentações. E uma biblioteca com vasto acervo sobre o tema, o projeto teria como balizador o acervo da professora e pesquisadora Lídia Maria, especialista no tema.

O parque contaria com quadras poliesportivas, playground, um anfiteatro, além de extensa área verde já existente. A área verde era uma preocupação da CONDER e, além da manutenção de árvores centenárias existentes, outras cem árvores seriam plantadas, bem como a inclusão mais adiante no projeto de um cineteatro. O parque seria administrado pela Fundação Cultural da Bahia, que receberia também a responsabilidade pelo cineteatro com capacidade para 250 pessoas. Além de amplo calçadão para caminhadas, a fonte luminosa, o espelho d'água, previa-se a instalação de quiosques. Jornais da época apontam que seria um parque com área igual ao Campo Grande e sete vezes maior que os jardins da Piedade, conforme visto no *masterplan*<sup>63</sup> na figura 15.

Figura 15- Maquete do futuro Parque Solar Boa.



Fonte- Jornal A Tarde, 1982.

O arquiteto Silvio Robatto foi encarregado do projeto do teatro em forma de avião. O projeto é uma elegante representação dos princípios contemporâneos de construção em ambientes de monumentos históricos. Ele realiza uma clara e necessária distinção entre o que é novo, utilizando materiais e formas contemporâneas, enquanto mantém um gabarito menor

---

<sup>63</sup> Projeto de viabilidade para empreendimentos de grande porte.

que a estrutura histórica para não a sobrepor. O novo prédio foi cuidadosamente localizado em uma parte recuada do parque, integrando-se ao ambiente sem interferir nos outros equipamentos instalados, de menor porte. O acesso ao teatro pode ser feito tanto pelo interior do parque quanto por uma entrada separada, estrategicamente posicionada próxima ao estacionamento e destinada ao uso técnico.

A fonte luminosa foi instalada na parte posterior do casarão, enquanto os demais equipamentos se espalharam pelo terreno de forma harmônica, ocupando toda a área.

Figura 16- Fachada noroeste do Solar Boa Vista- Anos 2000.



Fonte- <http://historiasdoengenhovelhodebrotas.blogspot.com/2016/06/>

O ponto de discrepância fica apenas pela construção de um novo prédio para a saúde mental, em um setor psiquiátrico de nome de Aristides Novis, que fica em uma área mais recuada do parque, com acesso e estacionamento independentes, mas ainda ligadas ao parque.

Quanto ao casarão, o restauro fez alterações significativas na fachada, e a principal delas diz respeito às aberturas. Na fachada principal, a segunda porta foi substituída por uma janela. Na fachada noroeste, as janelas foram suprimidas e em seu lugar surgiram grandes arcos, de onde se abriram portas em vidro temperado. O projeto ainda se mostrava relativamente inovador naquele ano de 1982, porém, o uso futuro do casarão foi alterado, deixando de ser um centro cultural para abrigar a sede da prefeitura de Salvador.

Anos antes da saída do Hospital do Engenho Velho, ainda na década de 1970, foi pensado pelo então Governador Antônio Carlos Magalhães um local para o Centro Administrativo da Bahia (CAB), uma espécie de bairro governamental onde se concentrariam todas as sedes das

secretárias do governo estadual. Naquele momento, as sedes do governo do estado, a prefeitura e a câmara de vereadores estavam dispostas em dois edifícios antigos, na Praça Tomé de Souza, no centro da cidade. O governo do estado ocupava o Palácio Rio Branco, enquanto a prefeitura dividia com a câmara dos vereadores o prédio do Paço Municipal. Com a inauguração do CAB e saída da sede do governo do centro, verificou-se a necessidade de a prefeitura também ter uma sede própria. Com isso, decide-se levar a sede da municipalidade para o casarão recém-recuperado, cedido a ela pelo governo do estado, dono do imóvel. Neste momento, tanto o prefeito de Salvador, Manoel Figueiredo Castro, como o governador João Durval Carneiro eram políticos muito ligados ao carlismo<sup>64</sup> que, de certo modo, explica a curiosa mudança para um bairro fora dos limites dos demais prédios públicos e afastado da população. Portanto, nota-se que para o parque não houve mudanças no projeto, mas para o casarão foi pensado um novo projeto, como se pode notar nas imagens mais recentes do prédio.

Interessante observar como a construção do CAB possibilitou a construção da Avenida Luís Viana Filho, que, mais uma vez, possibilitou a transferência do Juliano Moreira e a mudança da Prefeitura para o antigo casarão. O prefeito passou a despachar no casarão e o parque ganhou vida, passou a ser de uso geral da comunidade. O teatro, nesta primeira fase, recebeu grandes eventos com lotação máxima, as famílias aproveitavam os equipamentos e a população do entorno recebeu acesso ao lazer e à cultura. Todavia, a chegada da prefeitura não agradou aos moradores que preferiam o centro de cultura projetado originalmente.<sup>65</sup>

Já em 1986, o prefeito Mário Kertész assume o seu segundo mandato e decide que a prefeitura deveria retornar ao centro, pois segundo ele era importante que a sede do governo estivesse próxima das pessoas. No antigo casarão, a prefeitura estava isolada tanto dos demais poderes quanto do povo. Todavia, já não era mais possível retornar ao Paço Municipal, enquanto foi totalmente adaptado para as demandas da câmara de vereadores. Grande entusiasta do arquiteto Lelé<sup>66</sup>, Mário solicita que ele projete a sede da nova prefeitura da cidade. A nova

---

<sup>64</sup> Carlismo, grupo político encabeçado pelo político baiano Antônio Carlos Magalhães (Arena/ PFL) que se iniciou ainda durante o período de ditadura militar e governou a Bahia por muitos anos. Estava baseado no coronelismo e tinha grande culto à personalidade do principal expoente. Perdeu força a partir dos anos 2000 com a ascensão do PT (Partido dos Trabalhadores) ao governo estadual.

Disponível em < <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/2001-acm.shtml>>. Acesso em 10 set. 2023.

<sup>65</sup> Informação retirada do jornal Tribuna da Bahia, 21 ago. 1988.

<sup>66</sup> João Filgueiras Lima, Lelé, foi um arquiteto carioca de grande relevância do modernismo brasileiro, tendo assinado grandes obras públicas no país, entre elas os projetos da rede de hospitais Sarah. Lelé era um construtor e utilizava muito das estruturas pré-fabricadas, no começo dos anos 1980 montou em Salvador, a pedido do prefeito Mário Kertész a Fábrica de Equipamentos Comunitários (Faec), que desenvolvia e produzia para a cidade equipamentos públicos tais como bancos e contenções de jardim, escadarias drenantes, escolas e creches. Como estruturas marcantes da arquitetura de Lelé na cidade, estão o Palácio Tomé de Souza, sede da municipalidade, e as passarelas para pedestres instaladas nas avenidas de vale.

Disponível em < [https://www.caubr.gov.br/projetolele/?page\\_id=80](https://www.caubr.gov.br/projetolele/?page_id=80)> Acesso em 06 abr. 2023.

prefeitura foi então construída com uma estrutura pré-moldada em um prazo de 90 dias na Praça Tomé de Souza, ao lado do elevador Lacerda, onde antes funcionava um estacionamento.

No ano seguinte, o solar recebe a Secretária de Educação da cidade de Salvador e, a partir deste fato, começa o declínio do parque. Desde 1987, somam-se notícias na imprensa, como pode ser visto nos anexos, acerca do descaso com o parque. Everaldo Gonzaga, em entrevista de dezembro de 2022, conta que: “Eu era menino, morava em Cosme de Farias e todo domingo jogava bola lá com meus amigos. Mas assim, tinha fase, né? (Como dito), tinha épocas ótimas, de festas e samba, mas em outras tinha muito mato e sujeira”. Conforme reportagem do Jornal da Bahia de 1987, moradores reclamavam sobre o lixo, a falta de iluminação e a falta de manutenção na fonte luminosa, que carecia de limpeza e estava ocasionando problemas de saúde nos frequentadores. Ainda nos anos 1980, duas inaugurações foram importantes para o Engenho Velho, a primeira foi a inauguração da DEAM (Delegacia de Atendimento à Mulher), no fim de linha do bairro, e a primeira da cidade. A segunda foi a inauguração da Fundação Pierre Verger, na antiga residência do artista na Ladeira da Vila América, onde morou por muitos anos. Sabe-se que, a esta época, o bairro já era servido de escolas e posto de saúde, embora houvesse reclamações quanto à qualidade do atendimento. Neste momento, aumentam as ocupações mais abaixo do bairro, nas localidades hoje conhecidas como Bariri e Dique Pequeno. Estas localidades têm ruas mais estreitas e são acessadas pelas ladeiras que descem do Engenho Velho e pelas avenidas recém-construídas. Um exemplo é o caso da antiga invasão Yolanda Pires, anteriormente citada.

Figura 17- Fachada nordeste do Solar Boa Vista, nos anos 2000.



Fonte: <http://historiasdoengenhovelhodebrotas.blogspot.com/2016/06>

A década de 1990, por sua vez, foi marcada pelo aprofundamento do descaso, o que ocasionava o desconforto pela falta de qualidade do serviço público, assim como a falta de segurança no local. Nesta época, já apareciam notícias sobre roubo a transeuntes, além de furtos dos equipamentos do parque. Os moradores mais antigos relatam que os problemas no parque são antigos e que nunca houve, de fato, um sistema de manutenção adequado. Em 1995, o parque e o solar sofreram uma intervenção da prefeitura e a fonte luminosa foi desfeita, sendo transformada em um jardim. Para atender à necessidade da secretaria, dois anexos foram construídos. Um dos anexos é um prédio retangular térreo, com telhado de estrutura em madeira e telhas cerâmicas, acompanhando o casarão localizado onde antes se encontravam os quiosques. O segundo é um prédio pequeno de dois pavimentos com acesso pela rua do Trovador.

Nos anos seguintes, a secretaria continuou a funcionar no casarão com períodos de maior ou menor cuidado. Notícias entre 2006 e 2011, expõe definitivamente as condições de precariedade, de limpeza e de manutenção do parque. No entanto, há outras informações relatando como o espaço continuava a ser utilizado para diferentes fins e eventos, desde o samba junino no bairro ao mutirão de vacinação. O descaso podia afetar na quantidade dos frequentadores, mas sem chegar a extingui-los definitivamente. Ao longo dos anos 2000, o Cine Teatro Boa Vista transformou-se em espaço de resistência no parque. Como um dos principais pontos de Cultura da Cidade, recebia públicos nos mais diversos tipos de espetáculos, oferecendo cursos de formação em diferentes áreas da cultura. As quadras esportivas eram utilizadas com grande entusiasmo pelos adolescentes e os bancos e mesas disputados pelos idosos nos fins de tarde de dominó na companhia dos amigos.

#### **2.4 OUTROS PATRIMÔNIOS EDIFICADOS COMO EXEMPLOS DE REFERÊNCIAS.**

Este item apresenta um estudo de patrimônios similares, com a inclusão de outras edificações semelhantes ao objeto estudado, o Solar Boa Vista. Foram selecionadas três edificações com estilos arquitetônicos distintos, em diferentes regiões da cidade e de períodos diferentes. Como pontos de similaridade, foram selecionados dois aspectos: o tombamento e a tipologia. Todos são casarões tombados pelo mesmo órgão de proteção, o IPHAN. O item aborda, de forma resumida, dados históricos, estéticos e o estado atual de cada monumento.

## CASARÕES E SOLARES

Um solar ou casarão, que pode ser chamado também de palacete, é uma edificação destinada ao uso residencial. A nomenclatura é normalmente utilizada para identificar casas que pertenceram a figuras influentes da nossa história e/ou imóveis de grande porte antigos, ou com grande valor artístico. Durante o período colonial, estes imóveis eram comumente residências de figuras políticas importantes, ou portadores de títulos de nobreza.

Mais tarde, durante o século XIX e as primeiras décadas do XX, os imóveis tinham como proprietários comerciantes e empresários, e passaram a se localizar especialmente nas regiões de expansão urbana, a exemplo da Avenida Paulista, em SP, e Avenida Sete de Setembro, em Salvador. Ter um casarão era sinônimo de poderio econômico e, por este motivo, é comum serem encontrados, hoje, imóveis que carregam o nome de seus donos: solar Matarazzo, solar Ferrão, palacete dos Garcia. Um casarão, portanto, não possui um estilo arquitetônico específico, eles se modificam, acompanhando a tecnologia de sua época, além de sua imponência estética. Um solar quase sempre é emoldurado por um jardim ou pomar.

## SOLAR CUNHA GUEDES

Localizado na Avenida Sete de Setembro, no Corredor da Vitória, o Solar Cunha Guedes é um dos poucos remanescentes da arquitetura neoclássica na cidade. Faz parte da fase de expansão urbana de Salvador, localizado em uma região onde foram construídos grandes palacetes da elite social da época, conforme figura abaixo.

Figura 18- Vista da Avenida Sete de Setembro com o Solar Cunha Guedes.



Fonte- <http://www.salvador-turismo.com/vitoria/cunha-guedes.htm>



Foi construído em fins do século XIX, para ser sede do Clube Fantoches da Euterpe<sup>67</sup> e funcionou no local até ser vendido para a família Cunha Guedes, em 1948. Este Solar foi outrora também conhecido como Solar da Mangueira, devido à existência de uma mangueira centenária que adornava seu jardim.

A edificação tem uma planta retangular, com dois pavimentos e um porão. Está localizada com afastamento da rua e este recuo comporta um jardim. O térreo abriga salões que se integram reciprocamente por meio de portas internas e externas e se abrem para as varandas que circundam todo o pavimento. No pavimento superior, acham-se os quartos e aposentos privativos. A construção é uma junção de elementos que lhe conferem uma grande elegância. A fachada do andar superior possui janelas geminadas com arcos de volta plena, sendo todas elas emolduradas por um resalto também em arco, inspiradas diretamente nas soluções renascentistas dos palácios Strozzi e Rucellai<sup>68</sup>. (GODOFREDO FILHO, 1984)

Seu interior não é menos sofisticado, a escadaria principal é feita em mármore carrara, o piso do salão principal possui um rebuscado xadrez também de mármore. Na varanda, colunatas jônicas sustentam a estrutura, colunas coríntias adornam as portas internas em uma junção combinada com as paredes decoradas. Em 2003, quando ainda era residência da família Cunha Guedes, o solar foi tombado pelo IPHAN em conjunto com outros imóveis vizinhos e áreas urbanas do seu entorno. Cabe ressaltar que não houve, por parte dos proprietários, nenhuma resistência ao processo.

Com a saída dos moradores, em 2008, o imóvel foi transformado em um cerimonial,<sup>69</sup> mas foram mantidas as características originais e seus mobiliários. Uma nova estrutura coberta foi construída no jardim dos fundos para atender as necessidades do novo uso, sem causar prejuízos a edificação. Este é hoje um dos cerimoniais mais requisitados da cidade, recebendo casamentos, pequenos shows, espetáculos.

## SOLAR DO CONDE DOS ARCOS

Localizado no bairro do Garcia, o Solar Conde dos Arcos data de 1781 e é um dos poucos remanescentes deste período na sua região. Seu nome deriva de um dos seus moradores mais ilustres, D. Marcos de Noronha, o VIII Conde dos Arcos, último vice-rei do Brasil.

---

<sup>67</sup> É um clube carnavalesco da cidade de Salvador, fundado em 1884. Foi, durante o final do século XIX e meados do XX, um dos principais grupos carnavalescos da cidade, desfilando seus carros alegóricos anualmente inspirados em fatos importantes e lendas conhecidas. Hoje, com menor expressividade, o clube funciona no Bairro do Dois de Julho, e na sua sede acontecem shows e eventos durante todo o ano. Disponível em < <http://memoriasdemomo.com.br/sociedades/fantoches-da-euterpe/> > Acesso em 02 jul. 2023.

<sup>68</sup> Localizados na cidade de Florença, são importantes exemplares da arquitetura renascentista civil italiana.

<sup>69</sup> Informação disponível em < <http://www.salvador-turismo.com/vitoria/cunha-guedes.htm> > Acesso em 10 nov. 2022.

Trata-se de uma edificação construída em pedra, com uma planta quadrada que suporta um telhado aparente de quatro águas. A edificação possui dois pavimentos: o térreo com pé direito mais baixo e o primeiro andar, acessado por uma elegante escada dupla, conforme visto na figura 19.

Figura 19- Fachada do Solar Conde dos Arcos.



Fonte- Acervo do IPHAN

Embora seja um casarão, esta é uma edificação sóbria, seguindo o estilo pombalino<sup>70</sup> em evidência na época em que foi construída. A fachada principal é modesta, no pavimento superior, seis janelas guarnecem uma porta central que se acessa pela escada, também centralizada. Uma cornija adorna toda a fachada, acompanhada por pequenos elementos decorativos que ladeiam a porta e as janelas. Conforme o inventário do IPHAN, embora sobre o exterior, o imóvel tem elementos decorativos distintos no interior, como os azulejos portugueses nas cores azul e amarelo, que adornam as paredes da edificação.

Conforme Weisntein (2002) após a saída do vice-rei do imóvel, consta que ele foi habitado pela família Prager e, mais tarde, em 1927, foi vendido ao casal Peter e Irene Baker, que ali fundaram uma escola chamada inicialmente de Ginásio Americano e, posteriormente, o Colégio 2 de Julho. Quando do tombamento, em 1938, era este o uso dado à edificação, que cresceu no seu entorno, onde foram construídos novos prédios nos terrenos da vizinhança, adquiridos e anexados ao solar para uso do colégio.

---

<sup>70</sup> Pombalino é o nome que se dá ao período de 1750 a 1777, em que Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal, foi secretário de estado do reino em Portugal. Pombal foi o supervisor das obras da reconstrução de Lisboa, após o terremoto de 1755. Pela urgência de se recuperar a malha urbana e o orçamento reduzido, a arquitetura deste período é marcada pela simplicidade. De forma geral, é um estilo com inspiração neoclássica com poucos elementos decorativos, sendo mais racional.

Disponível em < <https://www.hisour.com/pt/pombaline-style-29533/> > Acesso em 05 nov. 2022.

Em 2001, o prédio que funcionava como secretária foi desocupado e definitivamente fechado. Em 2017, para sanar dívidas trabalhistas da fundação Dois de Julho, a proprietária do imóvel anunciou que o imóvel iria a leilão, mas que não chegou a ser efetivado. Outros processos de leilão foram anunciados na imprensa recentemente, mas sem a inclusão do solar, que infelizmente permanece fechado.

## SOLAR AMADO BAHIA

Localizado na Avenida dos Tainheiros, no bairro da Ribeira, o Solar Amado Bahia foi construído pelo comerciante Amado Bahia, no início do século XX, e tombado pelo IPHAN em 1981<sup>71</sup>. Projetada pelo arquiteto Português Francisco Mendonça, a residência foi construída em estilo eclético e tem sido considerada um dos principais exemplares deste estilo na cidade de Salvador. Erigido em tijolo e à beira-mar, o Solar tem uma planta retangular, composta por dois pavimentos e um sótão, com os ambientes dispostos e acompanhando um corredor central. São ao todo 27 ambientes divididos em quartos, áreas de serviço e de convivência. O que torna este imóvel digno de nota e de tombamento é a sua estética diversificada com elementos decorativos abundantes. Chamam atenção as varandas que circundam os dois pavimentos, além do grande número de portas e janelas que permitem a vista do mar de quase todos os ambientes (SANTOS; SANTOS, 2017).

Figura 20- Fachada do Solar Amado Bahia.



Fonte- <http://www.setur.ba.gov.br/galeria/1130/3893/Museu-do-Sorvete.html#menu-galeria>

---

<sup>71</sup>Informações divulgadas em matéria vinculada na TV Bahia.

Disponível em <<https://g1.globo.com/bahia/noticia/casarao-historico-na-ribeira-solar-amado-bahia-e-leiloadopor-r-15-milhao-em-salvador.ghtml>> Acesso em 07.ago.2023

O gradil de ferro fundido emoldura as varandas, os portões de acesso e a escada exterior da casa. A escada exterior é um ponto de destaque no imóvel, que permite acessar o primeiro pavimento sem atravessar o andar principal.

O Solar Amado Bahia esteve ocupado pela família até a década de 1940, quando em 1949 a família do já falecido Amado Bahia doa o imóvel para a Associação dos Empregados do Comércio da Bahia, para que fosse transformada em um sanatório<sup>72</sup>. Com este objetivo, a Associação comprou, nos anos seguintes, também as casas vizinhas. Os planos de sanatório não foram à frente e, em 1966, o solar foi restaurado e transformado em Centro Educacional pela associação. Em 1981, o imóvel é tombado e neste mesmo ano a escola é fechada. Posteriormente, o solar recebe manutenção do IPHAN nos anos de 1983 e 1995.

Ainda conforme Santos; Santos (2017) a última manutenção no imóvel ocorrera em 1995, assim o imóvel passou por um processo de degradação. Foram realizadas manifestações, abaixo assinados e pedidos dos moradores da cidade sem que nada fosse feito. Esse longo processo só foi detido em 2017, por questões trabalhistas. O prédio foi a leilão e arrematado por um comerciante da região por 1,5 milhão de reais<sup>73</sup>. A partir deste fato, a edificação passou por um processo de restauro custeado pelo novo proprietário, que durou dois anos até a sua inauguração em 2020, como Museu do Sorvete. Embora existam críticas quanto ao processo de restauração, o imóvel segue em uso como museu em funcionamento, como ponto turístico e com acesso pago.

### **3. PROBLEMATIZAÇÕES SOBRE O ESTADO ATUAL DO SOLAR BOA VISTA.**

Este capítulo aborda os principais aspectos do estado atual de degradação do Solar e Parque Boa Vista, principais objetos de estudo dessa pesquisa. Percorre-se aqui o momento imediatamente pós-incêndio, buscando tratar de suas causas e principais impactos até os dias atuais, dez anos após o incêndio. O capítulo está dividido em 4 itens, que se iniciam com o diagnóstico do estado atual, seus usos e suas condições físicas. Em seguida, destacamos as responsabilidades dos entes da federação na manutenção e conservação do Parque e do Solar e, por último, refletimos sobre os desejos e anseios para o futuro do conjunto. Este capítulo está apoiado em notícias da imprensa na época dos fatos, em normativas, leis e decretos, que estão associados ao conjunto, e nas entrevistas com moradores e outros interessados no patrimônio.

---

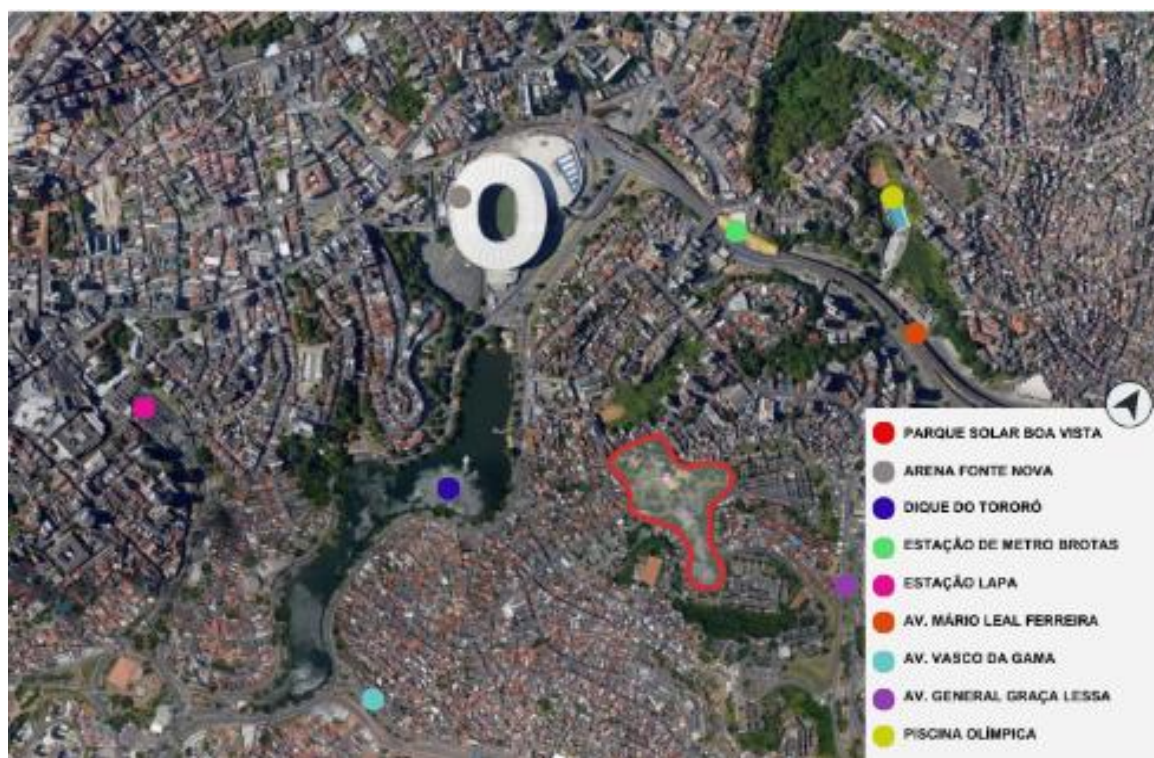
<sup>72</sup> Como a anterior.

<sup>73</sup> Como o anterior.

### 3.1. DIAGNÓSTICO E ANÁLISES PRELIMINARES SOBRE O ESTADO ATUAL DE ABANDONO DO SOLAR E DO PARQUE BOA VISTA

Localizado hoje no bairro da Boa Vista de Brotas<sup>74</sup>, este imóvel sofreu grandes transformações no seu entorno na segunda década dos anos 2000, conforme figura 21. Sobretudo durante a Copa do Mundo de 2014, quando Salvador seria sede do evento e trouxe para os moradores uma grande expectativa de melhorias para a região. Neste contexto da Copa, houve ainda a demolição da antiga Fonte Nova, em 2010<sup>75</sup>, para a construção de um novo estádio. Além disso, houve a inauguração da estação do metrô em Brotas, algumas melhorias no sistema viário da cidade e do entorno para a realização dos eventos.

Figura 21- Localização do Parque Solar Boa Vista.



Fonte- Google Earth- Adaptada

<sup>74</sup> Em 2020, foi sancionado o decreto n.º 32.791 de 01 de setembro de 2020, que delimita os novos bairros da cidade. Nela, há a separação da Boa Vista do Engenho Velho de Brotas, tornando-os bairros diferentes. Assim, o bairro onde se localiza hoje o Parque Solar Boa Vista é o bairro da Boa Vista, no entanto, tradicionalmente a região continua a ser tratada pelos moradores como Engenho Velho de Brotas.

<sup>75</sup> A demolição do Estádio Otávio Mangabeira ocorreu em 2010 para a construção de uma arena nos padrões da FIFA (Federação Internacional de Futebol) para os jogos na cidade de Salvador. Foi decidida a demolição e não reforma pelas condições do estádio que estava fechado desde 2007, quando um acidente com desabamento de placas da arquibancada vitimou 7 torcedores do Esporte Clube Bahia. Além do estádio, foram demolidas as duas outras estruturas esportivas adjacentes, a piscina Olímpica da Bahia, e o Ginásio Esportivo Antônio Balbino, o Balbininho. Uma nova piscina olímpica foi entregue em 2016 na Avenida Mário Leal Ferreira, próximo ao local anterior. Quanto aos demais equipamentos, encontra-se uma nova Vila Olímpica no bairro de Cajazeiras.

Com este novo desenvolvimento da região, ocorreu uma significativa mudança, sobretudo após a aprovação do PDDU<sup>76</sup> de 2012. Com a possibilidade de um evento de vultosa movimentação, a região se valorizou com aumento considerável do valor dos aluguéis, sobretudo com a demolição de alguns imóveis e a construção de novas torres de apartamentos na Rua da Boa Vista e nas ruas adjacentes ao metrô de Brotas.

Neste contexto de mudanças na região, na noite do dia 03 de janeiro de 2013, quando ainda funcionava como sede da SMED (Secretaria Municipal de Educação), o casarão foi acometido por um incêndio que destruiu cerca de 30% de sua estrutura. A cidade amanheceu no dia seguinte com a notícia da fatalidade e as imagens chocaram a todos pela magnitude do desastre. Era o início do primeiro mandato do novo prefeito da cidade, ACM Neto<sup>77</sup>, eleito no pleito de 2012, após os oito anos em que a cidade foi governada por João Henrique Carneiro<sup>78</sup>. De modo que no dia do incêndio, aconteceu em um governo que ainda se iniciava. Estes dados são importantes para tentar entender a responsabilidade de cada um nos problemas a seguir. Como já citado no capítulo anterior, o casarão tem sua estrutura formada por sólidas paredes de pedra, grande número de janelas, além de assoalho e escadarias de madeira. Esta configuração das paredes espessas foi o que ajudou a conter o fogo em uma única área do prédio. A porção destruída inclui a primeira sessão interna, a estrutura da escadaria da torre, a escadaria principal, a capela, parte da estrutura do telhado, portas e janelas, além de mobiliário e material de escritório, como demonstra a figura 22.

Figura 22- Incêndio Solar Boa Vista.



Fonte- Jornal Correio

---

<sup>76</sup> Plano de Desenvolvimento Urbano.

<sup>77</sup> Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto, foi prefeito de Salvador entre os anos de 2013 e 2021

<sup>78</sup> João Henrique Carneiro foi prefeito de Salvador entre os anos de 2005 e 2012, teve um governo marcado por críticas advindas do mau estado de conservação sob o qual esteve a cidade neste período.

As demais áreas da edificação ficaram protegidas, sofrendo apenas com a inundação gerada pelo trabalho dos bombeiros e o desabamento do piso superior. Embora tenha sido um incêndio de grandes proporções, este não gerou de forma imediata o arruinamento do imóvel, visto que toda sua estrutura externa se manteve íntegra. Além de grande parte da cobertura, há elementos internos importantes, tais como uma das escadarias e parte significativa do assoalho de madeira.

O incêndio causou perplexidade, por se tratar de um patrimônio cultural tombado, mas também por ser sede de uma importante secretária de governo. Importante salientar aqui que incêndios em prédios públicos são relativamente comuns da cidade de Salvador, pois só nos últimos vinte anos é possível citar: a Secretaria de Educação do Estado (2003), a Secretária de Cultura da Bahia (2014), a Assembleia Legislativa da Bahia (2018), a Secretaria de Fazenda da Bahia (2019), e a Secretaria de Estado de Administração (2020). Havia ainda questões relacionadas a possíveis casos de corrupção<sup>79</sup> dentro da secretaria, o que levou a insinuações de incêndio de ordem criminosa por parte de adversários políticos de João Carlos Bacelar, que havia sido secretário de educação durante o governo João Henrique, mantido no cargo por ACM Neto. Não tardou para que os órgãos públicos, entre eles a própria secretaria, a prefeitura municipal, o Governo estadual, o IPHAN e o IPAC, não só lamentassem o ocorrido como se comprometessem a restaurar o imóvel o mais breve possível.

Conforme divulgado pela imprensa<sup>80</sup> na época dos fatos, o laudo realizado indicou que o incêndio teve como causa o curto-circuito em um dos aparelhos de ar condicionado do prédio. Apontou ainda que a edificação não atendia a medidas de segurança e proteção contra incêndio, com sistema de detecção de fumaça, alarme de incêndio, sistema de extinção de chamas e de água pressurizada. De modo que, com estas informações, é possível afirmar que houve de fato negligência na manutenção e na proteção de um bem patrimonial tombado. Lembrando as orientações de Brandi (2019), é necessário que se faça sempre, nos edifícios históricos, o restauro preventivo, ou seja, as manutenções ao longo dos anos. No entanto, após o rescaldo, as primeiras providências e colocação de tapumes, o jogo de empurra começou. A prefeitura, responsável pelo

---

<sup>79</sup> O tribunal de contas dos municípios denunciou contratos suspeitos da SMED de 2011 e 2012 com a fundação ONG Pierre Bourdieu na ordem de 40 milhões de reais. Como foram perdidos no incêndio, documentos relativos a estes contratos, vereadores da oposição, como Carlos Carballal, Aladilce e Fabíola Mansur consideram suspeito o incidente no início do governo. Considerando o histórico da cidade e o caso do incêndio da secretaria de educação do estado da Bahia durante o governo Paulo Souto em 2003.

Disponível em <<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/incendio-em-secretaria-sob-suspeita-faz-inicio-de-governo-de-acm-neto-em-salvador-ser-quente/>> Acesso em 10 mai. 2023

<sup>80</sup> Reportagem realizada pelo portal G1, publicada em 04 de março de 2013, reproduz informações sobre o laudo técnico realizado pelo corpo de bombeiros da Bahia, aponta as causas do incêndio.

Disponível em <<https://g1.globo.com/bahia/noticia/2013/03/incendio-que-destruiu-secretaria-foi-causado-por-curto-circuito-diz-laudo.html>> Acesso em 10 mai. 2023.

uso, e o governo estadual, dono do imóvel, informaram em diferentes momentos projetos para a recuperação do imóvel. Terminou, por fim, com a prefeitura pagando uma multa <sup>81</sup> e devolvendo o prédio a seu proprietário original.

Figura 23- Fachada do Solar Boa Vista 2017.



Fonte- Arquivo da autora, 2017.

Os últimos dez anos, pós-incêndio, têm sido de paralisia e pouca ação por parte do governo do estado. A cada aniversário do incêndio ou do poeta Castro Alves, reportagens são feitas sobre o estado de conservação do prédio e o governo do estado informa sobre o andamento de algum projeto para o local, sem que nada de concreto seja feito. É importante lembrar que o tempo, nesta situação, torna-se um fator de destruição para o Solar, enquanto se deteriora a cada ano e dia que passa. Neste incêndio, os danos à edificação foram grandes, no entanto, vale ressaltar que parte significativa do que foi perdido era passível de recuperação.

Figura 24- Vista interna do casarão- escadaria.



Figura 25- Vista interna do casarão- corredor.



Fonte- Jornal Correio, 2022



Figura 26- Vista interna- capela.



Fonte- Jornal Correio, 2022.

Hoje, com a inobservância e negligência dos responsáveis, o bem se encontra em estado de franco arruinamento. Seu estado é desolador. Os tapumes que protegiam a edificação se perderam em 2018 e, desde então, encontram-se abertos à entrada de pessoas, fazendo com que grande parte de sua estrutura seja hoje abrigo para usuários de drogas e de pessoas vulneráveis e em situação de rua. Como não foi realizada nenhuma intervenção na cobertura, as intempéries causaram grande estrago no imóvel, como pode se observar nas imagens a seguir.

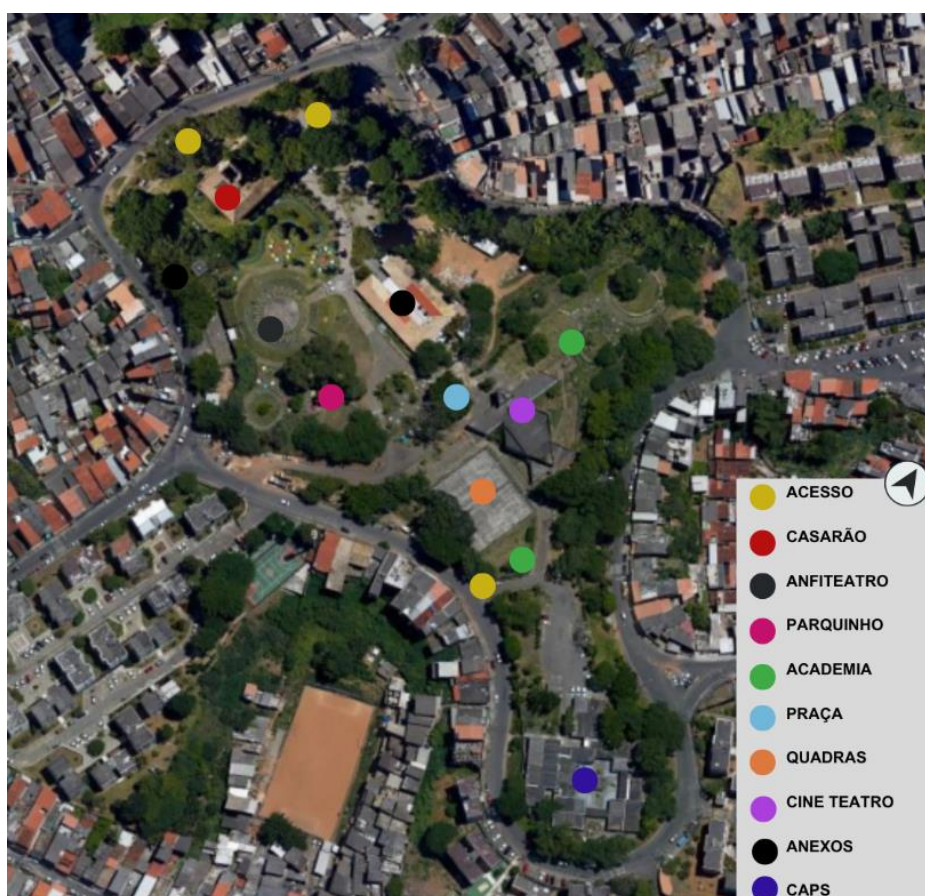
É possível afirmar que seu estado, hoje, é anterior ao de uma ruína e que pode se tornar irreversível em poucos anos, visto que nada ainda foi feito para a sua proteção. Vale notar que a edificação ainda sobrevive, apenas por se tratar de uma estrutura robusta que consegue suportar os esforços a que tem sido submetida. Embora já se tenha perdido as suas características decorativas mais marcantes, ela sobrevive como estrutura. Elementos importantes foram perdidos durante o incêndio, no entanto, a maior perda advém dos dez anos de sucessivo descaso dos órgãos públicos responsáveis pela proteção e manutenção do imóvel.

O parque em que se encontra o Solar vive em um estado de degradação semelhante e que se retroalimentam. Além do casarão, o parque abriga uma série de equipamentos de cultura e lazer. O abandono destes é também um abandono de um espaço de cultura para os moradores do entorno. Dos equipamentos inicialmente implantados no parque, a fonte luminosa não existe mais e foi transformada em jardim durante a década de 1990, os demais se mantêm.

São eles: O Cine Teatro Solar Boa Vista, o parque infantil, o anfiteatro, a praça (localizada em frente ao teatro), as quadras poliesportivas e academias ao ar livre instaladas nos anos 2000. O parque abriga ainda dois prédios anexos e o Centro de Saúde Mental Aristides Novis, onde funciona um CAPS tipo II <sup>82</sup>, além de vasta área verde e de jardins, com espaços de convivência e de calçadas em seu entorno para caminhadas.

O parque ocupa uma área de 45.000 m<sup>2</sup>. É possível dividir as estruturas do parque em duas, as edificadas: o Solar, o Cine Teatro, o CAPS e Anexos e os demais equipamentos, conforme pode ser visto na figura 27.

Figura 27- Mapa de equipamentos do parque.



Fonte- Google Earth- Adaptada.

Em relação aos edifícios, é possível afirmar que, exceto o antigo casarão, o estado dos prédios se apresenta adequado e isso se dá devido aos usos que todos mantêm. O cineteatro,

<sup>82</sup> CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) é um serviço de atendimento Psicossocial multidisciplinar que atende pessoas em sofrimento ou com transtorno mental, atende adultos, crianças e dependentes químicos. São divididos em níveis I, II, III, AD (Álcool e Drogas) e CAPS i (Crianças e Adolescentes). O CAPS II atende pessoas em intenso sofrimento psíquico e mentais graves e persistentes. Tem uma equipe com uma média de 12 pessoas e estão localizadas nas cidades com população superior a 70 mil habitantes.

Disponível em < <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saes/desme/raps/caps> > Acesso em 10 jun. 2023.

que é um dos centros de cultura administrado pelo governo do estado da Bahia, recebe atividades durante todo o ano e é um dos núcleos da Escola de Dança da Funceb<sup>83</sup>, oferecendo ali aulas de dança para crianças e adolescentes da região. O estado de conservação do espaço é razoável, há vigilância patrimonial e demanda pelo espaço, durante a noite este é ponto principal de atração e de uso do parque.

Em uma visita realizada ao espaço em 2023, pude observar que a manutenção do espaço cultural é feita regularmente. A sala principal está bem conservada, assim como os demais espaços e a fachada, que se encontram pintados. É importante destacar que o teatro, além de sua função como centro cultural, também atende às necessidades dos usuários do parque, permitindo o acesso aos sanitários e bebedouros para aqueles que praticam atividades físicas no local.

Figura 28-Fachada Cine Teatro Solar Boa Vista.



Fonte- Arquivo da autora, 2023.

O CAPS, que é uma estrutura ocupada pela prefeitura da cidade de Salvador, ocupa uma área de 5.000 m<sup>2</sup>. No que é possível identificar<sup>84</sup>, pela área externa e pela recepção, o prédio precisa de manutenção, mas ainda não está degradado

---

<sup>83</sup> Fundada em 1984, foi a primeira escola de dança pública do país, sendo ainda uma das mais tradicionais. Faz parte do Centro de Formação em Artes, que contempla as formações em música, dança e teatro. É uma instituição ligada à Fundação Cultural da Bahia, atua na iniciação e formação profissional em dança. Sua sede fica no Pelourinho e tem dois núcleos formativos, um na Boa Vista de Brotas e outro no bairro do Nordeste de Amaralina. Disponível em <<http://www.fundacaocultural.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=10520>> Acesso em 12 mai.2023.

<sup>84</sup> Por se tratar de um Centro de Saúde, acesso e fotos do interior não foi permitido.

Figura 29- Fachada Centro de Saúde Mental Aristides Novis.



Fonte- Arquivo da autora, 2023.

A área externa e o estacionamento têm problemas de manutenção. O CAPS, além de possuir acesso por dentro do parque, conta com um acesso e um estacionamento exclusivos dos usuários e funcionários. Como pode ser visto na figura 29, a instituição fica em um ponto recuado do parque, o que, em tese, facilitaria sua manutenção e confere maior tranquilidade e menos fluxo de pessoas no seu entorno. O que é benéfico para um serviço de atendimento à saúde.

Os dois prédios anexos, anteriormente utilizados pela secretaria, foram reformados em 2020 para novos usos e encontram-se em estado razoável de conservação. Para a inauguração e utilização desses espaços, os acessos foram recuperados e as áreas de estacionamento receberam manutenção. No entanto, além do estado do casarão, o principal problema do parque é a falta de manutenção das áreas comuns, o acúmulo de lixo, a vegetação não cuidada e a falta de manutenção dos equipamentos.

Figura 30- Vegetação no anfiteatro e Solar ao fundo.



Fonte- Arquivo da autora, 2023.

Nesse aspecto, o mais grave é o estado dos equipamentos mais utilizados pelos moradores, sobretudo pelas crianças, tais como os parquinhos, as quadras, as academias e a praça, que estão sem condições de uso. Nas quadras faltam as tabelas, alambrados e há problemas no piso. Ainda assim, são utilizados com frequência pelas crianças e jovens locais.

Figura 31- Quadra esportiva.



Fonte- Arquivo da autora, 2023.

Na última visita ao local, constatou-se que a área do parquinho estava completamente tomada por lixo e mato, o que torna seu uso inseguro para as crianças. Além disso, os equipamentos encontram-se danificados e/ou enferrujados. A academia ao ar livre está inacessível devido à vegetação que a envolve. A falta de manutenção e o abandono desses espaços são evidentes, especialmente nas áreas de convívio, como na praça em frente ao teatro. Anteriormente, era comum ver idosos jogando dominó e conversando no local, mas agora o acesso está restrito devido à vegetação não controlada.

Figura 32- Parque Infantil



Fonte- Arquivo da autora, 2023

Figura 33- Academia



Fonte- Arquivo da autora, 2023

Figura 34- Praça em 2017.



Fonte- Arquivo da autora, 2023.

Figura 35- Praça em 2023.



Fonte- Arquivo da autora, 2017.

A implantação de novos usos nos prédios anexos que se encontravam fechados, um deles desde o incêndio, melhorou de certa forma a segurança do local durante o dia, visto que também gera um fluxo maior de pessoas dentro do parque. A escolha por centros de saúde para o local parece ser uma influência do *Genius loci*,<sup>85</sup> já que as atividades ligadas à saúde foram constantes tanto no solar quanto no seu entorno. Segundo as teorias de Riegl (2014), o uso é a melhor forma de garantir a manutenção de um bem. No entanto, o fluxo maior de pessoas não configura mais o cuidado com o parque, que continua sem manutenção e sem segurança na localidade.

A segurança é outro elemento definidor do estado da região, que interfere sobremaneira na vida dos frequentadores do parque e do teatro e dos moradores da região. Assaltos e violência estão no cotidiano do entorno do parque, já houve em passado recente ao menos um assassinato<sup>86</sup>. Há notícias na mídia do uso e do tráfico de drogas dentro do parque, que não dispõe de nenhum serviço de segurança durante a noite. Por fim, a falta de controle, de segurança e da presença do estado cria outra distorção relevante no parque, sendo o uso diferente daquele a que foi destinado. Aumentaram nos últimos anos, especialmente após 2018, a construção de estruturas em áreas destinadas ao estacionamento do parque que, na última visita, em junho de 2023, foram identificadas pelo menos três barracas de lanche (uma em bloco cerâmico) além da implantação de estruturas de lava-jato dentro do próprio parque.

Estes usos inadequados geram lixo, entulho e fomentam a presença de animais que colaboram para a degradação de todo o sítio. Em outras duas regiões destinadas a jardins, houve corte no terreno e passaram a ter como uso o estacionamento de caçambas e de automóveis dos moradores do entorno. É notório, portanto, que há por parte do Governo do Estado a tentativa de se

<sup>85</sup> Espírito do lugar.

<sup>86</sup> Informação noticiada no jornal Correio, 25 set. 2021.

criar novos usos para o parque, com a implantação de novos serviços, no entanto, o casarão se degrada a olhos vistos sem que sequer seja feito um fechamento de suas aberturas na tentativa de proteger minimamente o patrimônio.

### **3.2. BASES LEGAIS E NORMATIVAS SOBRE O CONJUNTO: COLETA, COTEJAMENTO E ANÁLISE DOS DIFERENTES DISCURSOS SOCIAIS.**

As políticas públicas do patrimônio cultural no Brasil contam com diversos dispositivos de preservação que, segundo o art. 216 da Constituição de 1988, o patrimônio cultural brasileiro será protegido por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento, desapropriação, além de ser possível a instituição e a identificação de outros meios de acautelamento e preservação. Dentre eles, o primeiro e mais importante mecanismo é o tombamento, que está intrinsecamente ligado aos bens patrimoniais materiais. São quatro os livros de tomo que assim se inscrevem, 1) no livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas. 2) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica; 3) no Livro do Tombo das Belas Artes, as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira; 4) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluam na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras. (BRASIL,1937). No ato do tombamento, o item é inventariado e suas principais características, as que lhe conferem valor, são documentadas. O Solar Boa Vista foi inscrito no livro histórico como um dos representantes das características que, como já citado anteriormente, eram importantes de se documentar no início do século XX.

O tombamento é dos dispositivos mais rígidos da legislação patrimonial, orienta que mudanças que descaracterizem os objetos não sejam realizadas, que obras não sejam realizadas sem um projeto de adequação, mantendo a integridade do patrimônio, assim, nos termos do art. 17º do Decreto-Lei nº 25, de 03 de novembro de 1937:

As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum, ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado (BRASIL, 1937).

Não há informações sobre como funcionava a manutenção do casarão na época em que era hospital, mas conforme as fotos encontradas nas diferentes fases, é possível notar muitas alterações na configuração da estrutura do imóvel ao longo dos anos.

O tombamento evidencia que um determinado patrimônio, no caso material, tem um valor para toda a sociedade e sua manutenção e preservação se sobrepõem aos interesses do proprietário e, neste sentido, é dever do proprietário cuidar do bem para toda a sociedade. Segundo CHUVA (2009, p. 147): “O Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, que organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, foi a primeira norma jurídica brasileira a dispor acerca da limitação administrativa ao direito de propriedade. ”.

É permitido, no caso de imóveis, a venda, desde que comunicada ao órgão responsável a sua mudança de uso, desde que atendendo às especificidades de cada edificação. Quanto à manutenção, esta é de responsabilidade do proprietário, que deve proteger o objeto e, na ausência de recursos para realizar a reforma necessária, esta poderá ser realizada pelo IPHAN, sem a necessidade de anuência do dono do imóvel. O tombamento é uma forma de acautelar determinado patrimônio e oferecer ao proprietário os meios para cuidar da manutenção e perpetuação do objeto tombado. Conforme a normativa, a proteção e a manutenção são obrigações do proprietário do imóvel, pois o IPHAN pode e deve fiscalizar o objeto tombado.

Conforme o art. 20º do decreto: “as coisas tombadas ficam sujeitas à vigilância permanente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que poderá inspecioná-los sempre que for julgado conveniente, não podendo os respectivos proprietários ou responsáveis criar obstáculos à inspeção [...]” (BRASIL,1937). É possível afirmar que, a partir do Decreto-lei de 1937, a constituição de 1988 e demais dispositivos e decretos que foram criados posteriormente levaram em consideração a proteção ao patrimônio cultural. Isto se evidencia nas normativas relacionadas ao meio ambiente<sup>87</sup> e as leis de uso do solo municipal, já que a premissa principal é que o desenvolvimento econômico e social esteja integrado a proteção destes bens.

Como dito anteriormente, as cidades são os espaços onde as relações sociais acontecem, seu crescimento e desenvolvimento demonstram as capacidades sociais e intelectuais das sociedades que as construíram. Conforme o pensamento de Choay (2010), as cidades através de suas construções contam uma história através da técnica e do desenvolvimento destes grupos sociais. Cada cidade é um palimpsesto<sup>88</sup> de histórias e parte desta história está nas edificações construídas.

---

<sup>87</sup> Lei 6.938/81, que dispôs sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) e criou o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), sendo a partir daí que a defesa do meio ambiente começou a ser considerada uma finalidade em si.

<sup>88</sup> Conforme Dicionário Michaelis Palimpsesto é um manuscrito em pergaminho que, após ser raspado e polido, era novamente aproveitado para a escrita de outros textos (prática usual na Idade Média), trazendo seu significado para a cidade, é como se as cidades fossem uma tela em se pinta um quadro ao construir um prédio ou abrir uma rua, que será derrubado ou perdido em algum momento para que novas coisas sejam criadas.



Cada edificação faz parte da paisagem da cidade, segundo a Constituição Federal de 1988, em seu art. 12º, sendo obrigação dos órgãos estaduais e federais com o municipal a proteção do patrimônio histórico-cultural. Neste sentido, o crescimento e o desenvolvimento das cidades devem prever e se preocupar com a proteção dos bens de interesse cultural, sejam eles tombados ou não. Assim, conforme o art. 182 da Constituição Federal:

A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes (BRASIL, 1988).

Uma das principais iniciativas, neste sentido, é o Estatuto das Cidades de 2001, um dispositivo nacional para regulação e ordenação do ambiente urbano. Nele estão incluídos o desenvolvimento das cidades, o uso do solo, o trânsito, entre outros. O estatuto considera o patrimônio histórico cultural em suas normas. Conforme o estatuto no seu art. 23º, é obrigação da cidade a proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico. Neste ponto, a salvaguarda do casarão se mostra de forma intrínseca à conservação do parque em que está inserido.

A manutenção e a recuperação de um espaço urbano público, como um parque, neste contexto, colabora com a manutenção e a recuperação do bem tombado, que neste caso é o casarão. A conservação do parque melhora a qualidade do ambiente urbano, do meio ambiente e garante a ambiência necessária para o patrimônio cultural.

Destaca-se aqui uma responsabilização nas três esferas governamentais para a salvaguarda do patrimônio cultural, no qual os dispositivos legais se acumulam. No que concerne à cidade de Salvador, a sua lei de ordenamento e uso do solo de 2012, prevê que sejam dispensados os artigos dela própria em favor do órgão federal (IPHAN), quando uma intervenção urbana, por exemplo, interferir em um patrimônio tombado ou em seu entorno. Que, para que parcerias público-privadas para intervenção urbana na cidade sejam implementadas, elas devem priorizar regiões especificadas, dentre elas as áreas socialmente degradadas, incluindo as de interesse histórico cultural. Infelizmente, quando se observa de forma minuciosa, estes dispositivos só são aplicados no contexto dos bairros históricos, o que não é caso da Boa Vista de Brotas e por ter pouco efeito em outras regiões da cidade. Cabe salientar, por fim, que no Brasil existem normativas técnicas relacionadas à segurança contra incêndio nos mais diversos usos dados a uma edificação. Incêndio é um dos principais motivos de arruinamento de imóveis históricos, pois quando acontece destroem grande parte da estrutura. Em 2018, ocor-

reu o incêndio do Museu Nacional no Rio de Janeiro; em 2021, um incêndio destruiu parte da Cinemateca Brasileira. Em ambos, o motivo do incêndio estava relacionado a problemas na parte elétrica dos edifícios. O laudo aponta a falta de equipamentos de segurança e de proteção contra incêndio. O corpo de bombeiros do estado da Bahia tem hoje, além das normas nacionais, após a fatalidade, uma normativa<sup>89</sup> específica para edificações de interesse patrimonial que orienta sobre o projeto, com saídas de emergência e demais medidas de proteção, incluindo as orientações sobre a parte elétrica destas edificações, motivo do incêndio.

### **3.3. O PAPEL DAS DIFERENTES INSTÂNCIAS DO PODER PÚBLICO EM RELAÇÃO AO CONJUNTO DA BOA VISTA.**

No que se refere ao conjunto do Solar Boa Vista, temos as três instâncias de poder responsáveis pelo bem, nas esferas municipal, estadual e federal, cada uma com um nível de responsabilidade. Na primeira, a federal, temos o IPHAN, como órgão de proteção, na estadual o próprio governo do Estado da Bahia como proprietário do imóvel, e na municipal a prefeitura municipal de Salvador, na época como responsável e cessionária do imóvel.

Vamos iniciar esta discussão com a menor esfera, a do poder municipal, que era usuário do imóvel à época do incêndio. A responsabilidade de manutenção de um imóvel é de seu proprietário ou, neste caso, cessionário. Assim, tendo recebido o imóvel íntegro, era responsabilidade da prefeitura fazer as manutenções e conservação do patrimônio para que ele se mantivesse íntegro, conforme a normativa no IPHAN que, em consonância com Boito (2018) diz que a proteção do patrimônio é obrigação de todos. Salienta-se que a edificação, quando entregue à prefeitura, havia passado por uma recente reforma e adaptação para um novo uso, com os expedientes do Governo Estadual. Conforme o laudo realizado pela Polícia Técnica do estado da Bahia após o incêndio, houve negligência na manutenção da edificação. Como já citado, o uso é um dos principais mecanismos de proteção para o patrimônio arquitetônico, para tanto é necessário que a sua adaptação para um uso diferente daquele que foi construído deve atender aos critérios de segurança, assim como o restauro para este uso que, segundo Brandi (2019), deve ser constituído por um processo adequadamente rigoroso.

E este novo uso deve considerar os valores do patrimônio, sobretudo o valor de rememoração, que não deve ser desconsiderado ou perdido (RIEGL, 2019).

---

<sup>89</sup> Instrução Técnica n.º 40/2017- Segurança contra incêndio em edificações que compõem o patrimônio histórico ou cultural.

Como visto nos capítulos anteriores, é possível que as edificações recebam os mais diversos usos, de museus a cerimoniais, no entanto, estes devem ser adaptados às condições da edificação, com seu tamanho, estrutura, localização, dentre outros. Neste sentido, conforme apontam os laudos, não foram realizadas as adaptações de segurança necessárias para garantir um bom uso da edificação. A escolha por sediar uma secretária de governo com vários equipamentos e materiais inflamáveis é também uma escolha da prefeitura municipal, que pode ser considerada uma escolha de risco.

Os avanços tecnológicos acontecidos nas últimas décadas aumentaram de forma significativa a quantidade de equipamentos eletrônicos dentro das edificações, diferente do período de Riegl (2019), em que estes ainda eram inexistentes, tais como computadores, câmeras de segurança, ar condicionado. Quando se trata das novas construções, há todo um sistema para atender estas demandas, mas quando se trata de edificações antigas, novas soluções precisam ser encontradas para ela alcançar as necessidades do uso e do tempo atuais.

Estas adaptações, hoje, precisam ser organizadas e frequentes para proteger o imóvel de forma adequada para o seu novo uso, sem que lhe sejam gerados prejuízos. Este serviço se dá, sobretudo, no que diz respeito aos sistemas elétricos, que são fontes de calor dentro destas edificações. No caso de escritórios, é preciso pensar também no acumulado de matérias inflamáveis, incluindo papel e demais materiais consumíveis. Com efeito, se tornam imperativos sistemas de segurança robustos para proteger não apenas a edificação como estrutura, mas os dados em documentos e computadores instalados no local, para que estes não sejam perdidos, a exemplo de dados importantes, como aqueles perdidos no incêndio do Solar.

A responsabilidade da prefeitura sobre o Solar Boa Vista se encerrou em 2017, quando o devolveu ao governo do estado. No entanto, se o casarão tem outro dono, o parque ainda se encontra dentro da cidade. O parque é público e, embora sua gestão seja do governo estadual, ainda é responsabilidade da prefeitura a manutenção do equipamento público, naquilo que é básico, como limpeza, coleta de resíduos, sobretudo porque dentro do parque se localiza um centro de saúde com administração da prefeitura.

Estas pequenas atitudes são responsáveis por garantir o uso mínimo do parque pelos moradores, pois independente do estado do casarão, ainda é possível utilizar os equipamentos do parque desde que ele esteja limpo e seguro. Não fazer é permitir o aumento da degradação, à medida que se cria uma aura de abandono que começa no casarão e se espalha por todo o parque. Ainda é responsabilidade da prefeitura a iluminação pública, manutenção do asfalto, e

poda de árvores<sup>90</sup>. Um aspecto importante é o ordenamento do solo, é sabido como a prefeitura desta cidade é diligente em regular a ocupação ilegal do solo para venda de serviços, no entanto, no entorno do parque estão instaladas barracas de lanche e lava rápidos sem nenhum incômodo.

A proteção do patrimônio poderia ser feita através da guarda municipal<sup>91</sup> que, segundo a lei orgânica municipal, tem esta atribuição. Assim, a prefeitura municipal de Salvador foi negligente no uso da edificação e continua a ser no que diz respeito às suas atribuições na manutenção do espaço urbano do município. Conforme informação dos responsáveis pelo Cine Teatro, é necessário solicitar por demanda e ofício a limpeza do parque quando há eventos no local, e muitas vezes, mesmo com meses de antecedência, a demanda não é atendida pela Limpurb (Empresa de Limpeza Urbana de Salvador).

Com relação ao segundo ente, o Governo do Estado da Bahia, temos uma sucessão de acontecimentos que vem desde a fundação do hospital. O que levou a devolutiva por parte da Santa Casa de Misericórdia do hospital ao governo anos antes. O governo estadual, como proprietário, deveria fiscalizar o uso e a manutenção da edificação que esteve cedida por mais de 30 anos. O primeiro aspecto a se tratar aqui é novamente a responsabilidade que o proprietário tem para com a edificação, deste modo, o governo estadual é solidário com a negligência que ocorreu contra o Solar Boa Vista. O seguro do imóvel contemplava um valor de 600 mil reais para possíveis danos em caso de incêndio, e é sabido que o valor de um patrimônio cultural, conforme Riegl (2019), ensina, é inestimável e passa por várias percepções que não só a monetária. Todavia, este valor é irrisório perto daquilo que seria necessário para recuperar o imóvel dos estragos sofridos.

O segundo e mais importante aspecto é a vagarosidade desmedida para se recuperar o imóvel, não falta ao estado dinheiro para a recuperação do casarão, no entanto, falta interesse para se iniciar a empreitada. O estado da Bahia tem o dever como proprietário de restaurar o casarão e, se não fizer, incorre em crime contra a memória de seu povo e estado, consoante a constituição e ao próprio IPHAN. A negligência do Governo Estadual mata de forma sistemática uma parte importante da história da cidade, pois, conforme Boito (2018) o patrimônio edificado é um documento histórico, e o estado é também obrigado a cumprir as leis e deve

---

<sup>90</sup> Serviços realizados pela SEMOP (Secretaria de Ordem Pública)

<sup>91</sup>De acordo com o Art. 252º da LEI Nº 4992/1995, Fica criada a guarda municipal destinada à: I- proteção dos bens do Município; II- disciplina do trânsito; III- proteção ao meio ambiente, à propriedade e equipamentos urbanos; IV- colaboração com o cidadão, objetivando desenvolver o convívio social, civilizado e fraterno.

sentir o peso delas mais que os outros, como exemplo. Assim a omissão do estado além de ser objeto de repulsa depõe contra si e torna-se exemplo negativo para os demais.

O dono do imóvel, segundo o IPHAN, pode ser multado no caso de negligência com o patrimônio cultural e ainda sofrer sanções, segundo o crime cometido. O governo do estado vem de forma sistemática se eximindo da responsabilidade de tratar da coisa pública. Como evidência deste fato, podem-se ter como exemplos os projetos de restauração de imóveis no estado, que contam quase sempre com aportes federais e pouco envolvimento dos órgãos estaduais. A cidade de Salvador recebeu nos últimos anos grandes obras de restauração de patrimônios arquitetônicos, como parte de programas de incentivo federais, a exemplo do Monumenta. Vários projetos já foram apresentados, até anunciados sem que de fato algo seja iniciado concretamente.

Não há por parte do governo estadual ações para consolidar a estrutura do casarão e proteger o que ainda resta, instalando uma cobertura, fechando as aberturas, fazendo a retirada para tutela de elementos decorativos, ou seja, é como se desejasse o fim da edificação. O fechamento com tapumes já seria de grande relevância, pois impediria a entrada de pessoas no imóvel. As manutenções dos equipamentos de lazer de sua responsabilidade permitiriam um uso adequado do parque e garantiriam o uso do espaço.

No que concerne ao órgão federal, aqui IPHAN, a responsabilidade principal diz respeito à fiscalização e cobrança. Segundo a sua própria lei de criação, o Decreto-Lei n.º25 tem poder de órgão fiscalizador e deve manter sob seus olhos, pois:

As coisas tombadas ficam sujeitas à vigilância permanente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que poderá inspecioná-los sempre que for julgado conveniente, não podendo os respectivos proprietários ou responsáveis criar obstáculos à inspeção, [...] (BRASIL, 1937)

Conforme o Instituto, pequenas manutenções foram realizadas nos anos seguintes ao tombamento. Mas não há dados sobre fiscalizações mais recentes, em especial após 1982. Ocasão em que o IPHAN participou da intervenção de restauro e adaptação do casarão ao novo uso. Neste sentido, evidencia-se a omissão do órgão público federal que, nos últimos dez anos, também pouco fez para pressionar o governo estadual, dono do imóvel, para recuperá-lo. Nos últimos dez anos, foram feitas apenas visitas e vistorias que não surtiram efeito. Um processo foi aberto em 2014, por parte do órgão, e esteve em andamento até 2019<sup>92</sup> quando foi arquivado, porque na época foi apresentado pelo governo do estado um projeto de re-

---

<sup>92</sup> Inquérito civil de n. 1.14.000.000494/2014-95, na Procuradoria da República- BA. Por Ato Lesivo ao Patrimônio Artístico, Estético, Histórico ou Turístico.

cuperação. Assim, neste período, as poucas ações realizadas não tiveram a ação dos poderes públicos e sim da comunidade que tem se organizado cada vez mais.

Salienta-se aqui que o órgão federal, através da instituição do tombamento, é o guardião desta edificação, de sua construção e de sua permanência através do tempo. Trazendo o que discute Hartog (2021), esta edificação conta a história de seu tempo, a passagem do tempo sobre ela é importante, mas sua existência é fundamental para contar a história deste lugar, para que aquele momento em que foi construída e os usos que teve não desapareçam. Quando não se faz parte de um ambiente de historicidade, é muito mais fácil que a perda seja enorme, pois se trata de um objeto único, fora de uma ambiência histórica. Ainda sobre esse aspecto, espera-se do órgão tombador no mínimo uma fiscalização rigorosa para que a edificação se mantenha e cumpra seu papel de representante da história daquele lugar. A não fiscalização pode ser considerada uma negligência do poder público federal para com a edificação e, de modo mais amplo, para com os moradores de seu entorno, bem como para a cidade e sua história.

### **3.4. ANSEIOS, PROPOSTAS OFICIAIS E FUTUROS PROJETOS VOLTADOS PARA A PRESERVAÇÃO DO CONJUNTO**

Compreendendo a importância histórica e simbólica do Solar Boa Vista para a cidade de Salvador, em geral, e para o bairro do Engenho Velho de Brotas e seus moradores, em particular, discute-se aqui neste item os possíveis novos usos para a edificação, de acordo com os diferentes atores envolvidos, que abarca a comunidade local com seus visitantes, o proprietário do imóvel constituído pelo governo do Estado e os demais partícipes da sociedade civil.

No que diz respeito ao Governo do Estado da Bahia, a primeira iniciativa consistente se deu quando do anúncio, em 2019, de que seria realizada a recuperação do parque e do casarão e lá seria instalado um centro de diagnóstico por imagem. Tal informação foi dada pelo secretário de saúde da época, Fábio Vilas-Boas, em entrevista a uma rádio local<sup>93</sup> e confirmada pelo então governador Rui Costa para a mesma emissora em outra oportunidade, no período em que o casarão estava cedido à secretaria de saúde do estado.

A partir dessa informação, houve uma movimentação dos moradores animados com a recuperação do espaço. O projeto do Governo Estadual previa a recuperação do parque com a

---

93 Entrevista concedida a rádio Metrópole-2019.

Informação disponível em <<https://www.metro1.com.br/noticias/cidade/71740,solar-boa-vista-vai-abrigar-centro-de-diagnostico-de-imagem-diz-rui-costa>> Acesso em 23. Ago. 2023

alteração de áreas, a implantação de estacionamento e o uso de outros dois prédios existentes no parque. O projeto já havia sido aprovado pelo IPHAN e faltava apenas iniciar as obras.

Em março de 2020, contudo, o mundo foi surpreendido pela pandemia de COVID-19, e esta passou a ser a prioridade das ações dos serviços públicos, ou seja, para onde foram alocados os principais recursos. Não houve nenhuma notícia oficial de movimentação para a recuperação do Casarão e do Parque Boa Vista. Neste ínterim, outros serviços de saúde pensados para o local foram implantados. Em setembro de 2020, houve a inauguração do primeiro serviço, em um prédio pequeno com acesso pela rua Comandante Alves Câmara, o CEDAP 2<sup>94</sup>- Fígado (Centro Estadual Especializado em Diagnóstico, Assistência e Pesquisa).

Neste prédio, funcionou anteriormente o Anexo A da Secretaria de Educação do Município e, entre 2016 e 2017, abrigou o distrito sanitário de Brotas, da Secretaria Municipal de Saúde.

Figura 36- Fachada do CEDAP.



Fonte- Arquivo da autora, 2022.

Em dezembro deste mesmo ano, foi inaugurado o segundo serviço de saúde na área do parque, desta vez com o Centro de Infusões e Medicamentos Especializados da Bahia (CI-MEB),<sup>95</sup> em um prédio com acesso pelo interior do parque. Para esta implantação foi realiza-

---

<sup>94</sup> O CEDAP é um centro especializado de diagnóstico e assistência à saúde, que atende através do Sistema Único de Saúde (SUS). Na cidade de Salvador, existem duas unidades, uma no bairro do Garcia, para atendimento de pessoas que vivem com HIV/ AIDS, além de ambulatório de atendimento às pessoas transgênero. A segunda no Bairro do Engenho Velho de Brotas, que atende a pessoas com doenças no fígado. São centros de acompanhamento clínico, distribuição de medicamentos e atendem cerca de 7 mil pessoas mensais, provenientes de todo o estado. Disponível em <https://www.saude.ba.gov.br/cedap/> Acesso em 01 ago.2023.

<sup>95</sup> É um serviço do Sistema Único de Saúde, que realiza a infusão de medicamentos a pacientes com as mais diversas doenças. Atende, em 2023, cerca de 250 pacientes mensais, e além dos serviços de infusão, funciona também como farmácia para a entrega de medicamentos especializados.

da uma intervenção maior, por estar no interior do parque. Desta forma, o prédio anexo foi reformado, porém, foi inoportunamente segregado do parque com o seu fechamento com grade e construção de estacionamento exclusivo para uso do centro. É notável a mudança de perspectiva no interior do parque, como se pode observar nas imagens 37 e 38, a seguir.

Figura 37- Anexo em 2017.



Fonte- Arquivo da autora, 2017.

Figura 38- Anexo em 2023.



Fonte- Arquivo da autora, 2022.

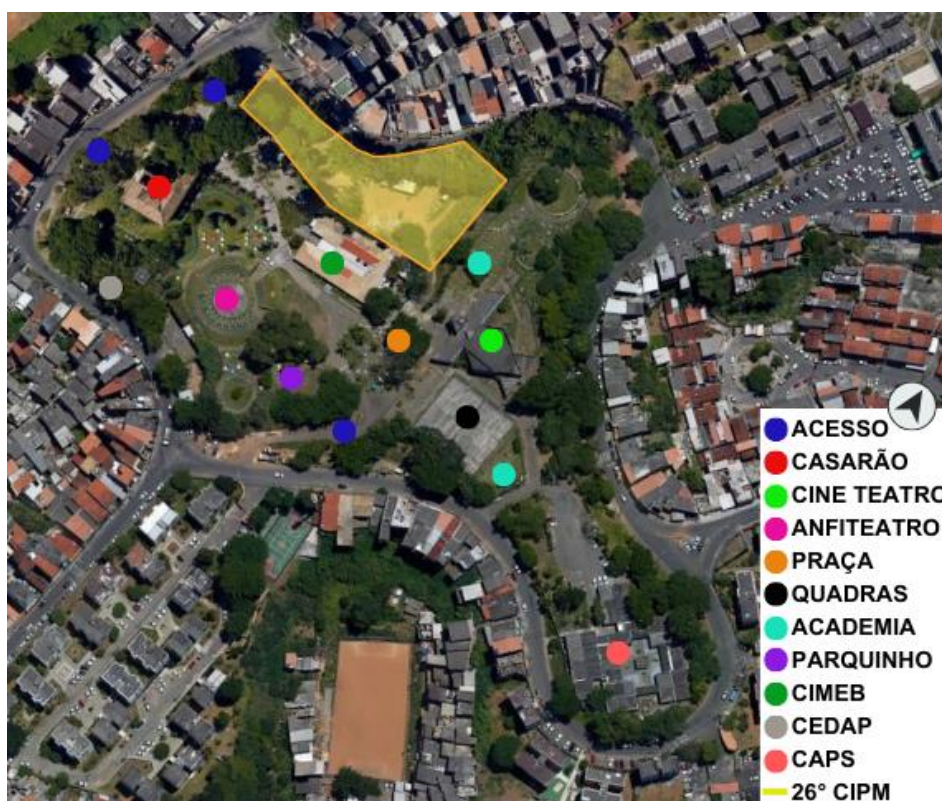
Com a existência anterior do Centro de Saúde Mental Aristides Novis, em 2020, o parque passou a abrigar três centros de saúde, faltando apenas o Centro de Imagem previsto para ser implantado no antigo casarão, assim como as intervenções no próprio parque. Ao final de 2020 e início de 2021, porém, nada foi feito e as únicas menções ao casarão eram no-



ticiadas pela imprensa, que cobrava insistentemente uma solução. Enquanto o casarão se manteve em estado de abandono, o Governo Estadual iniciou a construção de uma companhia da polícia militar<sup>96</sup> em terreno do parque e foi concluída em menos de um ano, o que denota que, quando há vontade política, os projetos andam e são rapidamente concluídos.

A base ocupa uma grande área que funcionava antes como acesso e estacionamento do parque, murando o terreno, deixando uma pequena faixa de calçada e segregando a companhia do parque, já que eles não se comunicam. Na verdade, o que se fez foi lotear um parque público. Se inicialmente era aceitável o uso de prédios já existentes para novos usos e um possível parque voltado para a saúde, esta nova construção altera o desenho original do parque e retira a ambiência do bem tombado. Neste caso, o conceito de ambiência é fundamental para a manutenção das características do patrimônio edificado. A ambiência do Solar Boa Vista é verde, trata-se de uma casa de fazenda e, por isso, é de suma importância que se mantenha algum aspecto destas características, mantendo o entorno livre, aberto e ladeado de árvores e vegetação.

Figura 39- Mapa Parque Solar Vista – Usos em 2023



Fonte- Google Earth- Adaptada, 2023.

<sup>96</sup> 26ª Companhia Independente de Polícia Militar da Bahia. Atende os seguintes bairros Brotas, Vila Laura, Luiz Anselmo, Matatu, Santo Agostinho, Engenho Velho de Brotas, Acupe, Cosme de Farias, Candéal e Boa Vista de Brotas.

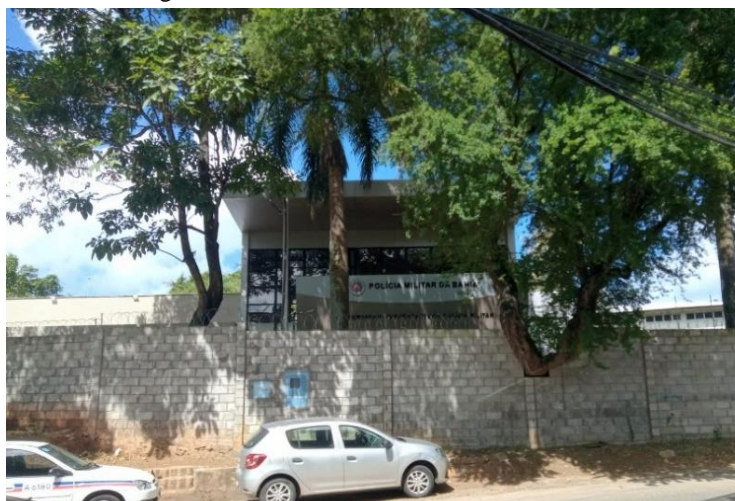
Neste sentido, salientam-se as disposições de Giovannoni (2017), orientando a respeitar a fisionomia da cidade, o que vem sendo desrespeitado no contexto do parque. Este evento demonstra nitidamente o desinteresse do Governo Estadual em resolver a questão do Casarão, pois, mesmo com um projeto pronto, as obras não avançam. Se o Governo Estadual pensava em um complexo de saúde para o terreno, a população vem se colocando de forma bem diferente. Para efeito de identificação desta diferença, esta pesquisa entrevistou alguns moradores do entorno sobre seus anseios e visões para o futuro do casarão. Para tanto, um grupo de oito pessoas de visões variadas foram escolhidas para representar estes anseios.

Figura 40- Acesso e Estacionamento em 2017.



Fonte- Arquivo da autora, 2017.

Figura 41- Acesso e Estacionamento em 2023.



Fonte- Arquivo da autora, 2023.

De forma geral, a população deseja que algo seja feito, que o prédio não permaneça como está e, sobretudo, que o parque seja recuperado para garantir um uso efetivo. Maria Au-

xiliadora, moradora do bairro há mais 40 anos, aponta que seria muito importante que o casarão fosse transformado em uma escola ou creche, pois existem poucas escolas infantis no bairro. Já Felipe, técnico em radiologia nascido e criado no bairro, aponta que o Governo Estadual deveria conversar com as pessoas sobre possíveis usos futuros do edifício. Como profissional de saúde, Felipe entende a necessidade dos serviços de saúde no local, mas adverte que um posto de saúde ou de emergência não seria tão benéfico para os moradores do bairro, já que esse tipo de serviço poderia ser construído em qualquer ponto do bairro. Em sua opinião, o casarão seria interessante para abrigar algo que atendesse alguma necessidade do entorno. E isso pode ser somado às condições do próprio CAPS, que tem acesso inadequado para pessoas que vêm de outros bairros e não conhecem a região.

Outros moradores apontam a necessidade de um centro cultural, aproveitando o vetor natural cultural do bairro. Alguns ainda lembram que ali já existe um teatro e que eles poderiam fazer um conjunto. Afinal de contas, a antiga Casa de Castro Alves merecia algo voltado para a cultura. Esta é a mesma opinião de Joaci Góes, atual diretor do IGHB (Instituto Geográfico e Histórico da Bahia) que, através desse Instituto, apresentou ao Governo do Estado o projeto de um Museu da Libertação, aproveitando o nome do poeta dos escravos, agregando um museu diferente para a cidade, enquanto poderia ser um Museu único no país, ao expor um tema de relevância. É interessante o pioneirismo do IGHB ao apresentar um projeto inovador que representa um contraponto para repensar a concepção de um museu com essas características em um patrimônio tombado com a intenção de representar a nação com suas características coloniais. Por outro lado, outros representantes locais, embora desejem o uso cultural para o imóvel, apontam usos diferentes. Museu do Samba foi uma opção citada, outra proposta interessante seria a um museu da poesia trazido por Vinicius Lima, coordenador do Teatro Solar Boa Vista. Para Vinicius, o bairro não precisa de outro centro cultural, pois o teatro está em condições adequadas, atende à população local e tem sempre datas disponíveis. Ele não vê com bons olhos a construção de algo que não iria ser utilizado pelos moradores e, neste sentido, diferente do Museu da Libertação, a ideia de um Museu da Poesia poderia ser um sopro de leveza para um local com uma história tão complexa de hospital psiquiátrico.

Um uso que valorizaria o histórico do casarão seria uma homenagem a Castro Alves e ainda atenderia a comunidade do entorno e escolas locais. Para o parque é unânime a palavra limpeza, não há um desejo de que algo seja alterado, apenas que funcione o que já existe. Em especial, as quadras e o parquinho. Felipe ainda lembra da necessidade de sanitários para o uso daqueles que fazem exercícios no local.

Os sonhos e anseios, portanto, são bem variados e muito amplos, mas o que fica mais evidente é que todos almejam que algo seja feito para acabar de vez com o arruinamento do Solar e a degradação do Parque Boa Vista.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A proteção dos patrimônios culturais é um tema atual e vem se tornando cada vez mais urgente e discutido, à medida que novos atores são integrados na construção destes patrimônios. Entretanto, estas discussões nem sempre vêm acompanhadas de uma proteção efetiva para a conservação destes bens. Por este motivo, e no âmbito desta dissertação de mestrado, foi investigado o estado de abandono do Parque e o arruinamento do Solar Boa Vista, na tentativa de entender os motivos para a consolidação da degradação de ambos.

Para tanto, o trabalho foi dividido em três capítulos: no capítulo I, foi realizada uma discussão teórica que delimita a base de sustentação do estudo, no que concerne aos campos do patrimônio, sua proteção e sua relação com a construção da memória coletiva. Neste capítulo inicial, foi possível compreender os fatores que levaram o Solar Boa Vista a ser considerado um patrimônio cultural. Conforme os autores apresentados, sobretudo Choay e Chuva, isso se deve à construção da noção inicial de patrimônio, que compreende estes monumentos como dignos representantes de suas nações. Se na Europa a noção de patrimônio sempre esteve ligada à construção de seus países, no Brasil o caminho foi similar na tentativa da construção de uma imagem de país branco e colonizado, sobretudo no contexto histórico de uma república incipiente, jovem e ainda muito ligada à cultura portuguesa. Sendo assim, o tombamento do Solar Boa Vista colabora de certo modo para a construção desta imagem.

Com o decorrer dos anos, embora as políticas de patrimonialização tenham agregado novos atores e se expandido, no que diz respeito especificamente ao patrimônio edificado, há sempre um número muito grande de monumentos deste tipo carecendo de cuidados. E mesmo com o tombamento e os programas governamentais de investimento nestas obras, crescentes desde o fim da Segunda Guerra Mundial, não acompanharam as inúmeras demandas. Estes imóveis ainda são considerados, em muitos lugares, como problemas urbanos relacionados a salubridade e seguranças das regiões em que se encontram.

No que diz respeito à memória, compreendemos como ela pode ser um elemento norteador na construção das políticas do patrimônio cultural, pois a memória pode colaborar como ponto definidor daquilo que se escolhe e deseja proteger. A memória pode influenciar como um monumento patrimonializado pode ser capaz de fomentar, evocar sentimentos e ainda

agregar na cultura e na história daquela comunidade, seja de maneira positiva ou negativa. Ela pode alterar a imagem que se tem de um determinado patrimônio, enquanto se escolhe o que contar. No caso do Solar, podemos observar aqueles que são pouco mencionados em sua história, os que são evidenciados e como esta escolha colaborou com a construção da imagem de um país ainda sob influência Europeia, que se buscava no início do século XX. Portanto, o seu tombamento é um marcador disso.

No capítulo II, buscou-se traçar um percurso histórico resumido do casarão através dos anos. Neste capítulo, foi possível compreender o valor histórico que a edificação possui para a região e para a própria história urbana da cidade. Através da história do Solar Boa Vista acompanhamos o desenvolvimento da cidade, de seus bairros, com a expansão do centro para a orla Atlântica e, mais tarde, com o processo de modernização da cidade de Salvador.

Um imóvel foi erigido como sede de uma fazenda em uma região rural, naquela época, ainda nos limites da cidade. Nesta fase, logo após a sua construção, tornou-se marcador da arte colonial, o que garantiu de certo modo o tombamento da edificação. Este capítulo apresentou as principais características do imóvel com plantas e desenhos dos elementos construtivos da edificação e da fazenda em que era circunscrito. Já na fase do casarão como hospital, pode-se perceber o processo de desenvolvimento urbano em seu entorno. No início deste período, que durou pouco mais de 100 anos, se iniciam as primeiras transformações urbanas da cidade que a colocam na condição que se reflete até agora.

A escolha da expansão para orla atlântica, a chegada do bonde e a consolidação da região de Brotas, como um bairro de classe média pode ser notada neste capítulo. Na sequência, de transformações constantes, observa-se o aparecimento das avenidas de vale e os grandes equipamentos públicos, sobretudo com o loteamento da área da antiga fazenda para a construção de conjuntos habitacionais. Uma política da época que visava garantir moradia diante do rápido crescimento da população na capital, sobretudo com o fenômeno das invasões urbanas e o crescimento do Engenho Velho de Brotas. Esta fase também foi marcada pelo uso do local como equipamento de saúde mental, com todas as suas implicações, e formas polêmicas de tratamento que o casarão abrigou em seu interior.

Este uso foi um ponto importante para a história do casarão, em um momento em que ele, mesmo em um bairro consolidado, se manteve isolado e atrás de muros. Aqui se evidencia muitos dos problemas identificados em relação ao casarão de hoje, já que ficou 100 anos separado de seu entorno. Um período em que os pacientes dessa instituição de saúde mental ficavam isolados e escondidos da sociedade. Aqui se estabelece, portanto, um novo valor histórico do edifício pelo seu uso, muito diferente daquele imaginado inicialmente.

A fase da Prefeitura/SMED foi de transformações mais aceleradas para o casarão, que voltou a ser visto pelo seu entorno e recebeu um parque como vizinho. A construção do parque atendeu uma demanda da população do entorno, antes alijada desse tipo de equipamento de lazer e de sociabilidade. A chegada do parque pode ser considerada positiva, no entanto, a escolha do novo uso manteve o casarão afastado da população, pois se tratava de um uso basicamente administrativo e com acesso reduzido para a comunidade do entorno. Sem dúvida, a retirada dos muros do antigo equipamento de saúde possibilitou a construção do parque, mas gerou também outros problemas relacionados à sua manutenção, que vem sendo enfrentados até hoje e que demonstra ser um problema crônico, antigo e recorrente.

Por fim, o capítulo III discute o momento atual da edificação e do parque à luz da legislação vigente e do embasamento teórico, apresentando alguns diferentes atores com seus anseios para o futuro do conjunto. Este trabalho trouxe, como hipótese inicial, a premissa de que a localização do imóvel e o perfil socioeconômico da população local, que faz uso do parque, seriam os principais motivos para a permanência do estado de abandono do casarão. O que ocorre com o casarão é o mesmo que acontece em outros bairros pobres e/ou periféricos, que sofrem com o descaso dos poderes públicos, de forma geral, e que se reflete igualmente na baixa qualidade do transporte público, da saúde e de infraestrutura. Isto tudo somado ainda à inoperância dos órgãos responsáveis pelo cumprimento das leis e das normas vigentes, em suas funções de proteção deste importante patrimônio arquitetônico soteropolitano.

A questão do parque é sintomática, pois, embora ocupe uma área razoável do bairro, trata-se de um parque relativamente pequeno se comparado aos demais parques da cidade que se encontram em melhor estado de conservação. A falta de manutenção no parque é semelhante à falta de coleta de lixo e de limpeza urbana vistas diariamente nos bairros mais pobres de Salvador. O Dique do Tororó, distante cerca 200 metros do parque Solar Boa Vista, está sempre limpo e recebe toda a manutenção necessária, mesmo possuindo uma área maior, um grande corpo d'água e animais.

Isto se deve à área de centralidade na qual está inserido, sendo um ponto de visitação turística da cidade e de lazer. Esta observação se confirma quando observamos onde são investidos os recursos das políticas federais para a recuperação de monumentos, a exemplo do PAC das Cidades Históricas e o Programa Monumenta, quase todos em áreas históricas onde é possível se aferir lucro através do turismo. O mesmo acontece com outros imóveis verificados nesta pesquisa, pois, embora recuperados por seus proprietários, todos estão em regiões de alto poder aquisitivo e não em regiões como a do Engenho Velho de Brotas.

Não se trata aqui de considerar Salvador como um exemplo na conservação de seus bens patrimoniais, mas é perceptível que patrimônios com possibilidades de gerar certo tipo de lucro são mais atendidos. Notou-se nesse estudo, embora de maneira velada, que uma disputa política tem influência neste estado de coisas. Prefeitura e Governo do Estado são há 17 anos geridas por diferentes grupos políticos que são, de maneira semelhante, responsáveis pela falta de manutenção que levou ao incêndio do antigo Solar. Tudo isto sem levar em conta as alusões criminosas relacionadas ao incêndio, ocasionadas pela suspeita de corrupção relacionada ao orçamento da secretaria municipal. A corrupção se confirmou recentemente, levando a condenação do ex-prefeito João Henrique Carneiro e do ex-secretário de educação João Carlos Bacelar.

Por meio das entrevistas com os moradores locais, foi possível observar o estigma gerado pelos anos de funcionamento do hospital psiquiátrico como uma marca negativa para o local. Essa imagem de lugar de doença e de sofrimento se mantém, mesmo após 40 anos. Há um certo desinteresse em tudo o que se diz respeito ao casarão como hospital, a alusão é sempre feita a casa de Castro Alves e, por isso, talvez, o desejo de que o solar seja transformado em algo voltado a cultura e não a saúde.

A menção ao hospital psiquiátrico traz silêncio antes das respostas, isso pela imagem, pelo isolamento dos antigos muros do hospital, pelo estigma da saúde mental, pelas histórias que são contadas sobre as fugas e transtornos ocorridos no lugar. Até mesmo nas reportagens sobre o estado atual do imóvel, a alusão principal é sempre sobre a casa do poeta, em segundo lugar sobre a secretaria, a qual foi o seu último uso. Sendo assim, trata-se de uma construção da memória baseada na estrutura de patrimônio inicialmente construída no Brasil, um patrimônio histórico elegante, organizado e limpo, mas que não se relaciona muito com a possibilidade de ser um espaço de doença ligado à “loucura”. Um exemplo de como o patrimônio é capaz de fomentar ou apagar determinadas memórias, por exemplo, seria o fato de não serem lembrados os doentes e trabalhadores daquele hospital e tampouco os trabalhadores escravizados da fazenda anterior.

Os desejos de quase todos os atores sobre a recuperação do solar se alinham com isso, com o desejo de restaurar o imóvel para um uso voltado para a arte e a cultura, como a “casa do poeta”. O único divergente em relação ao seu novo uso é o próprio dono do imóvel que, mesmo quando da construção do parque, optou por manter no terreno um centro de saúde mental e, agora, deseja voltar com o tema da saúde com um parque para saúde. Salienta-se ainda a organização da população, por meio de manifestações e de abaixo assinado, eventos

culturais e mutirões de limpeza que mantêm o assunto sempre em evidência a cada aniversário do incêndio e nos aniversários do poeta (sempre o poeta).

Seja qual for o destino do imóvel, esta autora espera que esta pesquisa em alguma medida possa colaborar com as discussões sobre o assunto que a sua recuperação seja o mais breve possível concretizada, pois, como demonstrado, o casarão tem uma relevância que é ampla, variada e fomenta discussões sobre os mais diversos temas. Não obstante toda a luta realizada por diferentes atores até o momento, o próprio conceito de “pedra e cal” não tem sido capaz de manter as condições adequadas para a preservação do Casarão e de seu Parque.

Há poucos dias, antes da entrega deste trabalho, por meio de uma ação civil pública, o Governo do Estado da Bahia se tornou réu pelo abandono deste Casarão em sua demora para recuperá-lo. Espera-se, a partir dessa notícia, que a situação tome outros rumos e se resolva de forma breve e favorável para a recuperação do casarão e para o usufruto da comunidade do Engenho Velho de Brotas. Oxalá que esta medida jurídica seja um marcador para que, através das legislações vigentes, as políticas públicas de preservação sejam finalmente aplicadas para a recuperação do Solar e para a manutenção do Parque Boa Vista.



## REFERÊNCIAS

- BAETA, Rodrigo Espinha; CARDOSO, Luiz Antônio Fernandes. Projetos urbanos e formação da cidade oitocentista: o frontispício de Salvador e seu impacto na paisagem urbana da cidade no século XIX. **Paranoá**, Brasília, n. 13, p. 45-53. 2014.
- BARROS, Teixeira. Extintas capelas da cidade de Salvador. **Revista do Instituto Geográfico da Bahia**, Salvador, n. 56, p. 333-352, jan. 1930.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7. ed. São Paulo: Vozes, 2008.
- BOITO, Camillo. **Os restauradores**. Tradução: Paulo Mugayar Kuhl – Cotia- SP: Ateliê Editorial, 2018.
- BONDUKI, Nabil. **Intervenções Urbanas na Recuperação de Centros Históricos**. Brasília: Iphan, 2010. 378 p.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRANDI, Cesare. **Teoria da restauração** - Cesare Brandi; tradução Beatriz Mugayar Kuhl; apresentação Giovanni Carbonara; revisão Renata Maria Parreira Cordeiro. - Cotia, SP; Ateliê Editorial, 2019.
- BRASIL. Governo Federal. **Constituição do Brasil**. Rio de Janeiro: 1988.
- \_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 25**, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro, RJ, 30 nov. 1937.
- \_\_\_\_\_. **Decreto nº 3.551**, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Brasília, DF, 04 ago. 2000.
- \_\_\_\_\_. **Lei nº 6.938**, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, DF, 30 ago. 1981.
- CABRAL, Renata Campello; JACQUES, Paola Berenstein. O antropófago Oswald de Andrade e a preservação do patrimônio: um "devorador" de mitos **Anais do Museu Paulista: ESTUDOS DE CULTURA MATERIAL**, São Paulo, v. 26, p. 1-39, ago. 2018.
- Boletim Informativo IGHB - Publicação Quadrimestral, Salvador: Vol. 66 / Edição Especial Jan. a Abr. de 2022. **IGHB propõe ao governo da Bahia a criação do museu da libertação**.
- CAMPOS, João da Silva. Tradições Bahianas: O machado da boa vista. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, n. 56, p. 357-364, 1930.
- CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011. 224 p.
- CARDOSO, Rafael. A reinvenção da Semana e o mito da descoberta do Brasil. **Estudos Avançados**, [S.L.], v. 36, n. 104, p. 17-34, abr. 2022.

CASTRIOTA, Leonardo B. **Patrimônio cultural: conceitos, políticas e instrumentos**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. A alegoria do patrimônio. Tradução de Luciano Vieira Machado. 3º ed. - São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2017, 288 p.

\_\_\_\_\_. **O urbanismo**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010. 360 p. Tradução de Dafne Nascimento Rodrigues.

CHUVA, Marcia Regina Romeiro. **Os Arquitetos da Memória: A sociogêneses das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (1930-1940)**. Rio de Janeiro. UFRJ, 2009.

\_\_\_\_\_. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 34, p. 147- 165, 2011.

CIAM. Carta de Atenas, Atenas: 1933.

COIMBRA DE SÁ, Natalia 29., 2006, Brasília. **A Baianidade como Produto Turístico: uma análise da ação dos Órgãos Oficiais de Turismo na Bahia**. Brasília: Unb, 2006. 15 p.

CORREA, Sandra M. O Programa de Cidades Históricas: por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural urbano. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v.24. n.1. p. 15-57. jan.- abr. 2016.

COSTA, Paulo Segundo da. **Ações Sociais da Santa Casa de Misericórdia da Bahia**. 2. ed. Salvador: Contexto & Arte Editorial Ltda., 2010.

DÓCIO, Vanessa de Almeida. **Sob o signo da pedra e cal: trajetória da política de preservação do patrimônio histórico e arquitetônico no estado da Bahia (1927 – 1967)**. 2014. 171 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

DUARTE JUNIOR, Romeu. Programa Monumenta: uma experiência em preservação urbana no Brasil. **Cpc**, São Paulo, n. 10, p. 48-88, out. 2010.

DUTRA, Maria Vitória de Moraes. **Centro Nacional de Referência Cultural: o desconhecido acervo consagrado**. 2017. 147 f. Monografia (Especialização) - Curso de Preservação do Patrimônio Cultural., Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2017.

EDUARDO, Carlos (ed.). **Trajetoária política de ACM sempre esteve ligada aos "donos do poder"**. 1999. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/2001-acm.shtml>. Acesso em: 10 set. 2023.

ESTUDOS HISTORICOS, 5., 1992, Rio de Janeiro. **Memória e Identidade Social**. Me. Rio de Janeiro: Dora Rocha, 1992. 20 p.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 4ª Edição. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC-IPHAN, 2017. 296 p.

- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GIOVANNONI, Gustavo. **Textos Escolhidos**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2017. 204 p.
- GLANCEY, Jonathan. **Guia Ilustrado de Arquitetura**. Trad. Laura Alves e Aurélio Rebello. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- GODOFREDO FILHO. A Influência do Ecletismo na Arquitetura Baiana. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 19, p.15-27, 1984.
- GONÇALVES, José Reginaldo. O Mal-Estar no Patrimônio: identidade, tempo e destruição. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, p. 211-228, jan. -jun. 2015.
- GRESPLAN, Jorge. **Revolução Francesa e Iluminismo**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003. 112 p.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Revista dos Tribunais Ltda., 1990.
- HARTOG, François **Regime de Historicidade** Time, History and Writing of History: The order of Time — KVHAA Konferenser 37: 95-113, 1996. Trad. Heroslfflch/USP. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dh/heros/excerpta/hartog/hartog.html>> Acesso em 30 de jul. 2021.
- ICOMOS. Carta de Veneza. Veneza: 1964.  
\_\_\_\_\_. Carta de Washington. Washington: 1986.  
\_\_\_\_\_. Declaração do México. México: 1985.
- IPHAN. **Política do Patrimônio Cultural Material**. Brasília: IPHAN, 2018
- INSPETORIA DE MONUMENTOS NACIONAIS. In: **Dicionário do Patrimônio Cultural. Brasil: IPHAN**, 2010. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/29/inspetoria-de-monumentos-nacionais-1934-1937>> Acesso em: 7 jun. 2021.
- JACOBINA, Ronaldo Ribeiro. **A prática psiquiátrica na Bahia (1874-1947) Estudo histórico do Asilo São João de Deus/ Hospital Juliano Moreira**: estudo histórico do asilo São João de Deus/ hospital Juliano Moreira. 2001. 2 v. Tese (Doutorado) - Curso de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2001.
- KÖPP, Juliana Borges 1., 2005, Salvador. **Políticas culturais de salvador na gestão Mário Kertész (1986 a 1989)**. Salvador, 2005. 34 p.
- KÜHL, Beatriz Mugayar. A restauração de monumentos históricos na França após a Revolução Francesa e durante o século XIX: um período crucial para o amadurecimento teórico. **Revista Cpc**, São Paulo, n. 3, p. 110-144, nov. 2006/abr. 2007.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2010.

LEAL, Sarah Floresta. **Pac-Cidades Históricas: implicações e repercussões de uma política pública federal de preservação**. 2017. 1 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

LYRA, Cyro Corrêa. A importância do uso na preservação da obra de arquitetura. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais e**, [s. l], v. 0, n. 0, p. 53-58, ago. 2006.

MARICATO, E **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MATTOS, Waldemar. A Bahia de Castro Alves: Solar Boa Vista. **Anais do Arquivo Público da Bahia**, [s. l], p. 235-246, maio 1947.

MENDONÇA, Frederico Augusto da Costa. A estratégia de localização dos conjuntos habitacionais da Urbis em Salvador, entre 1964 e 1984. **Rua**, Salvador, v. 2, n. 2, p. 61-83, 1989.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. A cidade como bem cultural – Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano. In: MORI, Victor HUGO (Org.). **Patrimônio: atualizando o debate**. São Paulo: Edições 9ª SR/IPHAN, 2006. p. 36-72.

\_\_\_\_\_. **O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas**. In: SUTTI, Weber (Coord.). I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: sistema nacional de patrimônio cultural – desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. Brasília, DF: Iphan, p.25-39, 2012.

NASCIMENTO JÚNIOR, Manoel Maria do. **O distrito soteropolitano de Brotas na primeira república (1889-1930): conflitos sociais na produção, apropriação e uso do seu espaço urbano**. 2019. 617 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **Dez freguesias da cidade de Salvador**. Salvador: Edufba, 2007.

NICORY, Márcio (org.). **Engenho da Memórias**. Salvador: Funceb, 2010. 64 p

NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação. **Antíteses**, Brasil, v. 7, n. 14, p. 45-67, jul/dez. 2014.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. O IPHAN e o seu papel na construção/ampliação do conceito de patrimônio histórico/cultural no Brasil. **Cadernos do Ceom**, Chapecó, v. 21, n. 29, p. 19-38, ago. 2008.

POLLACK, Michel. **Memória, esquecimento e silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jul. 1989.

\_\_\_\_\_. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-2012, 1992.

PROGRAMA CIDADES HISTÓRICAS In: **Dicionário do Patrimônio Cultural**. Brasil. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/33/programa-de-cidades-historicas-pch> p. Acesso em: 20 jun. 2023.

PROGRAMA MONUMENTA. **Sítios Históricos e Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais**. Brasília: IPHAN/Programa Monumenta, 2005.

QUINCY, Antoine Q. **Cartas a Miranda**. Organização, tradução e apresentação de Paulo Mugayar Kuhl e Beatriz Mugayar Kuhl. - Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2016. - (Coleção Artes e Ofícios).

REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN. In: \_\_\_\_\_. (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). ISBN 978-85-7334-279-6.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos. Sua essência e sua origem**. Tradução Werner Rothschild Davidsohn, Anat Falbel. São Paulo: Perspectiva, 2014.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento**. São Paulo: Unesp, 2010. 240 p.

RUSKIN, John. *A Lâmpada da Memória*/ John Ruskin; tradução e apresentação Maria Lucia Bressan Pinheiro; revisão Beatriz e Gladys Mugayar Kuhl. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 85 p. 2018.

SALADINO, Alejandra. IPHAN, arqueólogos e patrimônio arqueológico Brasileiro: Um breve panorama. **Revista de Arqueologia**, [s. l], v. 26, n. 2, p. 40-58, jan. 2014.

SALCEDO, Rosio Fernández Baca. In *Evolução do pensamento preservacionista através das cartas patrimoniais internacionais*: MAGAGNIN, Renata Cardoso; CONSTANTINO, Norma Regina Truppel; BENINI, Sandra Medina (org.). **Cidade, história e patrimônio**. São Paulo: Anap, 2019. Cap. 1. p. 15-39.

SALVADOR. **Lei nº 8.167/2012** de 29 de dezembro de 2011. Dispõe sobre a Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo do Município de Salvador e dá outras providências. BAHIA, BA, 30 dez. 2011.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9069/2016** de 30 de junho de 2016. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador - PDDU 2016 e dá outras providências. BAHIA, BA, 30 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9278/2017** de 21 de setembro de 2017. Dispõe sobre a delimitação e denominação dos bairros do Município de Salvador, Capital do Estado da Bahia, na forma que indica, e dá outras providências. Salvador, BA, 21 set. 2017.

SANTOS, Dilaila da Paixão dos. **Reabilitação do Parque e Solar Boa Vista**. 2018. 63 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário Jorge Amado, Salvador, 2018.

SANTOS, Elisabete *et al* (org.). **QUALISalvador: qualidade do ambiente urbano na cidade da Bahia**. 2. ed. Salvador: Edufba, 2022.

SANTOS, Elizabeth; PINHO, José Antônio Gomes de; MORAES, Luiz Roberto Santos; FISCHER, Tânia (Org.). **O Caminho das águas em Salvador: Bacias hidrográficas, bairros e fontes**. Salvador: CIAGS/UFBA; SEMA, 2009. (Coleção Gestão Social).

SANTOS, Emyle dos Santos; SANTOS, Victor Hugo Carvalho. A casa senhorial: anatomia dos interiores, 04., 2017, Pelotas. **O espaço como campo simbólico: registros do habitar no solar Amado Bahia em Salvador, Bahia**. Pelotas, 2017. p. 2-17.

SANTOS, Francimário Vito dos. Trajetória, descentralização e aproximação: as políticas de preservação do patrimônio cultural imaterial no âmbito do plano de ação para as cidades históricas pac/ch. In: II Seminário Internacional de Políticas Culturais, 2011, Rio de Janeiro. **Desafios: os campos da formação em gestão cultural e da produção de informações**, 2011.

SANTOS, Janaina Antunes dos. (2022). **O Programa Monumenta e os principais programas de preservação antecedentes**. arq.urb, (34), 45–53.

SANTOS, Milton. **O Centro da Cidade do Salvador**: estudo de geografia urbana. 2. ed. Brasil: Edusp/ Edufba, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Tempo, historicidade e história ou a falta dela. **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 47, n. 2. 2013.

SILVA, José Francisco de Assis Santos. **“Pra te lembrar do Badauê...”**: o mensageiro da alegria em uma viagem pelos Ionã iyê (caminhos da memória) do mar azul : espaço, tempo e ancestralidade. 2017. 200 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

SMITH, Robert C. Arquitetura civil do período colonial. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 17, p.27-126, 1969.

TEIXEIRA COELHO, **Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário**. São Paulo: Iluminuras/Fapesp, 1997

UNESCO. 15º Seção da Conferência Geral. Paris: 1968.

\_\_\_\_\_. 17º Seção da Conferência Geral. Paris: 1972.

\_\_\_\_\_. 15º Seção da Conferência Geral. Paris: 1989.

\_\_\_\_\_. 19º Seção da Conferência Geral. Nairobi: 1976.

\_\_\_\_\_. 32º Seção da Conferência Geral. Paris: 2003.

WEISTEIN, Mary. 2004. Arrumação na casa do Conde dos Arcos. **Jornal A Tarde**, set, 2004

YIN, Robert K. Compreendendo a pesquisa qualitativa. In: **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. São Paulo: Penso, 2016. Cap. 1. p. 3-13.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. São Paulo: Sage Publications, 2003.

ZANIRATO, Silvia Helena. **Usos sociais do patrimônio cultural e natural. Patrimônio e Memória**, São Paulo, v. 5, p. 137-152, out, 2009.

## DOCUMENTOS HISTÓRICOS CONSULTADOS

Ata de Inauguração do Asilo São João de Deus (Centro de Memória Jorge Calmon- Santa Casa de Misericórdia da Bahia.)

BAHIA. Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador; SALVADOR. Órgão Central de Planejamento. **Parque Solar Boa Vista projeto arquitetônico**. Salvador: [s.n.], 1982.

BAHIA. Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural. **Croquis e instalações**. Solar Boa Vista de Brotas: ocupação da Prefeitura Municipal do Salvador. Salvador: [s.n.], 1982. 49 f p.

BAHIA. Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador. **Projeto de restauração** do Solar Boa Vista. Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural, Projeto: Nivaldo Mendes Barreto, Maria das Graças, Desenho: Reinaldo Rosa. Salvador: [s.n.], 1982.

BAHIA. Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Salvador. **Parque Solar Boa Vista: projeto executivo**. Salvador: [s.n.], 1982.

Inventário de Antônio de Castro Alves- 1878. **Anais do Arquivo Público da Bahia**, n. 30, p. 35-202, maio 1947.

**Livro de arrendamento de terreno do Asilo São João de Deus 1886 – 1889** l n.811 (Centro de Memória Jorge Calmon- Santa Casa de Misericórdia da Bahia.)

**Livro de Registro dos Termos de Entrega, Posses e mais documentos relativos à fundação do Asilo S. João de Deus, contendo o regulamento geral provisório do mesmo Asilo e mais os termos de contrato e posse da administração do Hospital e Quintas dos Lázarus e do Asilo de Mendicidade** 1869 a 1928, l n. 157 (Centro de Memória Jorge Calmon- Santa Casa de Misericórdia da Bahia.)

**Livro 1º de termos de arrendamentos de terreno da Fazenda Boa Vista do Asilo de São João de Deus**, l. 814 (Centro de Memória Jorge Calmon- Santa Casa de Misericórdia da Bahia.)

## ENDEREÇOS ELETRÔNICOS

<http://portal.iphan.gov.br/>

<http://www.ighb.org.br>

<https://www.archdaily.com.br/br/tag/cais-jose-estelita>

<https://www.ibge.gov.br/>

<https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/habitacao/minha-casa-minha-vida>

<https://caubr.gov.br/>

<https://www.conder.ba.gov.br/>

<https://www.bahia.ba.gov.br/>

<http://www.salvador.ba.gov.br/>

<https://michaelis.uol.com.br/>

<https://www.ipatrimonio.org/>

<http://www.ipac.ba.gov.br/>

<http://www.fundacaocultural.ba.gov.br/>

<https://www.metro1.com.br/>  
<https://atarde.com.br/?d=1>



## ANEXO 1- Ata de Inauguração do Asilo São João de Deus

V de mil e  
trezentos e setenta  
e quatro.

Cópia da  
Ata da Inauguração


As vinte e quatro dias do mez de Junho do anno do  
Nascimento de N. S. Jesus Christo, ás onze e meia hora  
do dia, reunida a Comandante, em acto solenne, com ba-  
bandeiras, varas e bandeiras, presidida a Mesa pelo Con-  
selheiro Manoel Pinto de Souza Santos, Provedor, na  
presença das authoridades, de muitas corporações, Sacer-  
dotes e varias pessoas grandes, - na Fazenda Boa Vista ou-  
de esta acantado e Neglo de S. João de Deus, e ahí, sendo todos,  
passou o Sr. Capellão da Santa Casa, - Sr. Leoncio Seidero  
Pereira de Souza, a benzer o Estabelecimento; ao que se ce-  
lebrou uma missa rezada, que foi officada pelo dito Capellão.  
E, havendo subido todos a sala grande do Neglo, e o Sr. Pro-  
vedor, tendo declarado inaugurado o Estabelecimento,  
leu uma discursão accomodada. O Sr. Manoel Creio, depois  
a palavra leu em seguida, um nome da Mesa, em uma  
allocução justificando a determinação da Mesa e funde  
que mandara collocar um altar de honra e retrato de a-  
quelle Sr. Manoel Provedor, feito a expensas dos seus compri-  
missões de administração. Terminados outros discursões,  
o Sr. Manoel Provedor deu foz a juramento ao Sr.

ANEXO 2 – Termo de Arrendamento de Terreno na Fazenda Boa Vista

*Termo de arrendamento de terrenos da Fazenda Boa Vista.*

As testas do meu de janeiro de mil oitocentos e setenta e oito, na esta cidade da Bahia e escrivão do Ayto de S. João de Deus, compareceu o Sr. Joaquim José da Silva Filho, e disse que vinha assignar o termo de arrendamento de um terreno pertencente a Fazenda Boa Vista com treze roças e meia de fructo e sebra de Cingento ditos e junto ali a baizya, o qual terreno confina com os seus, obrigando-se pelo pagamento semestral de quinze mil reis a cada do presente de janeiro, bem como a entrega do referido terreno, logo que lhe seja exigido, sem direito de quem as benfeitorias que houver feito. E no mesmo acto presente o Sr. Adriano Filho, fiador previamente aceite, obrigou-se pelo fiel cumprimento do que acima fica declarado. Pelo que se passou o presente termo que ora subscreyto pelo Ill. mo. Sr. Thomaz Procurador.

Eu Joz. Pereira de S. Mello Moraes, escrivão do Ayto de S. João de Deus e fiz jurar ao Ill. mo. Sr. J. Administrador, arrendatario, fiador e testemunhas abaixo assignadas.

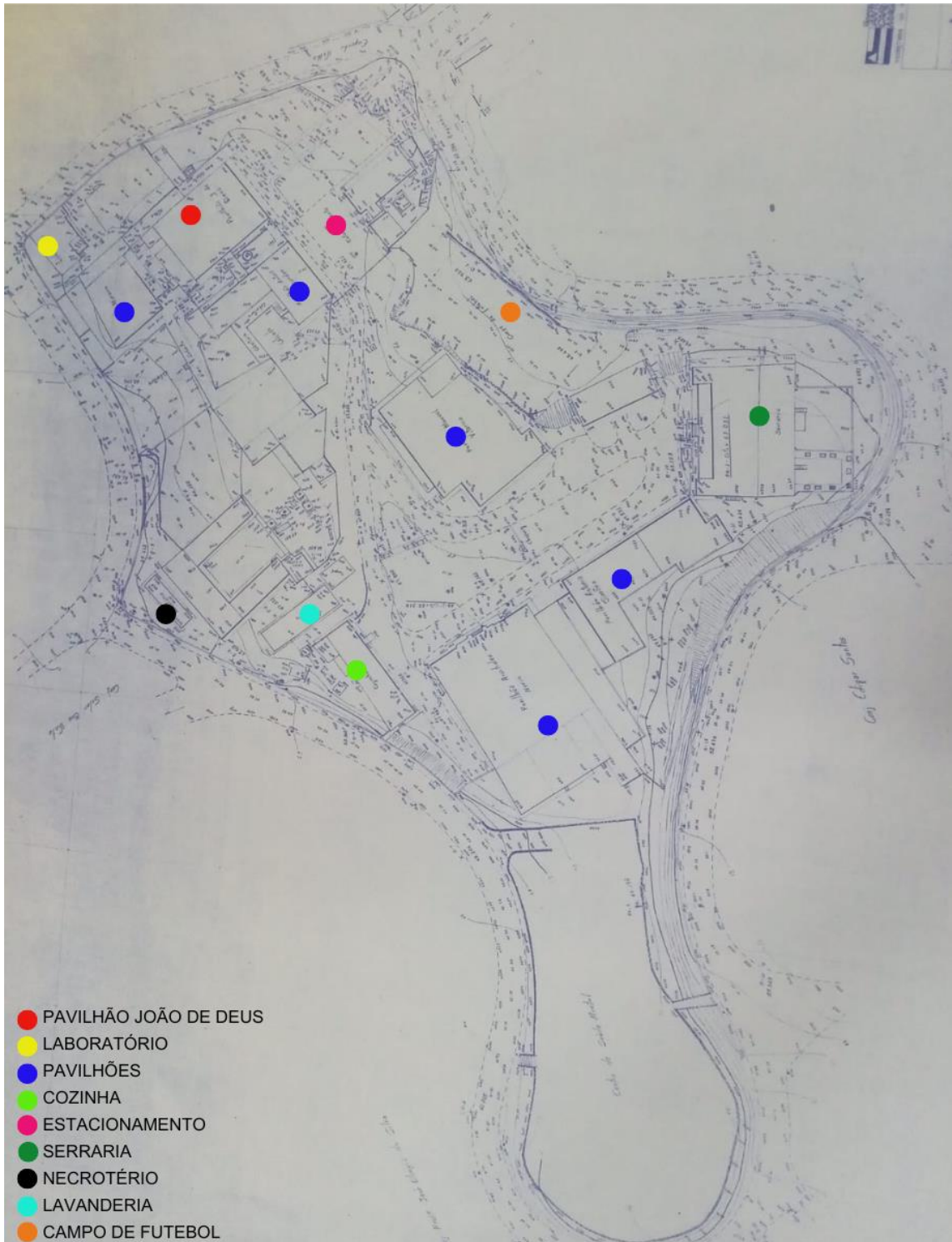


Adriano José da Silva Filho

Entregou o terreno em 12 de Janeiro de 1882 e o arrendatario



ANEXO 4 – Planta Hospital Juliano Moreira em 1982



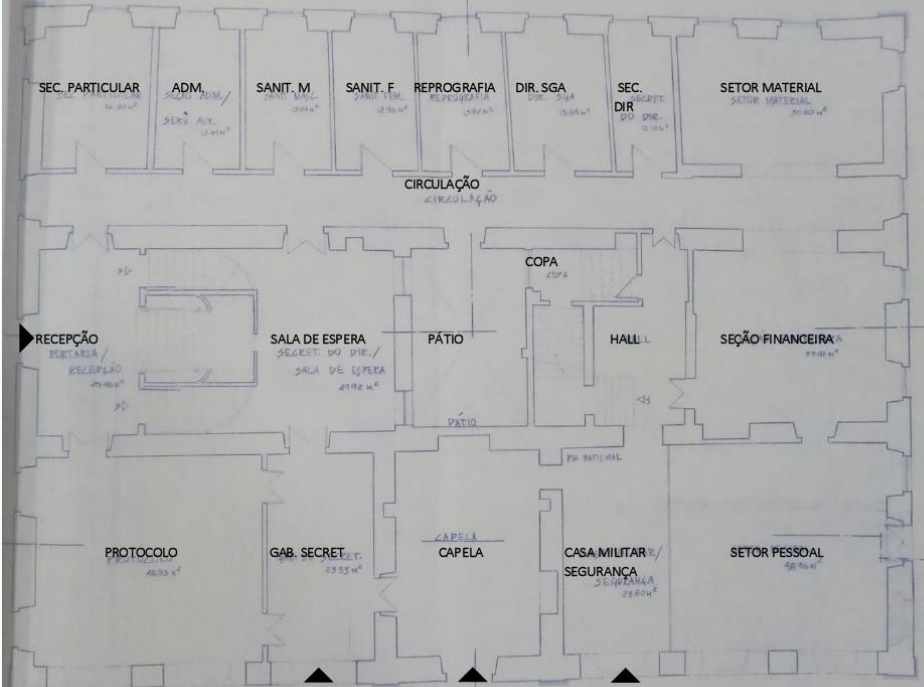
ANEXO 5 – MasterPlan Parque Solar Boa Vista- 1982



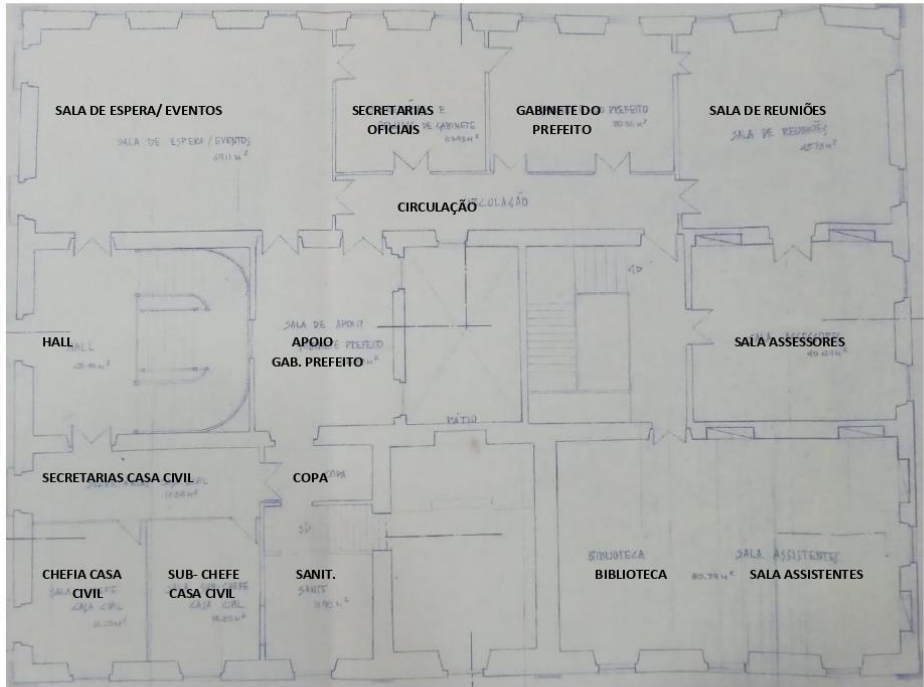
ANEXO 6 – Plantas estudo para implantação da prefeitura no Casarão, 1983



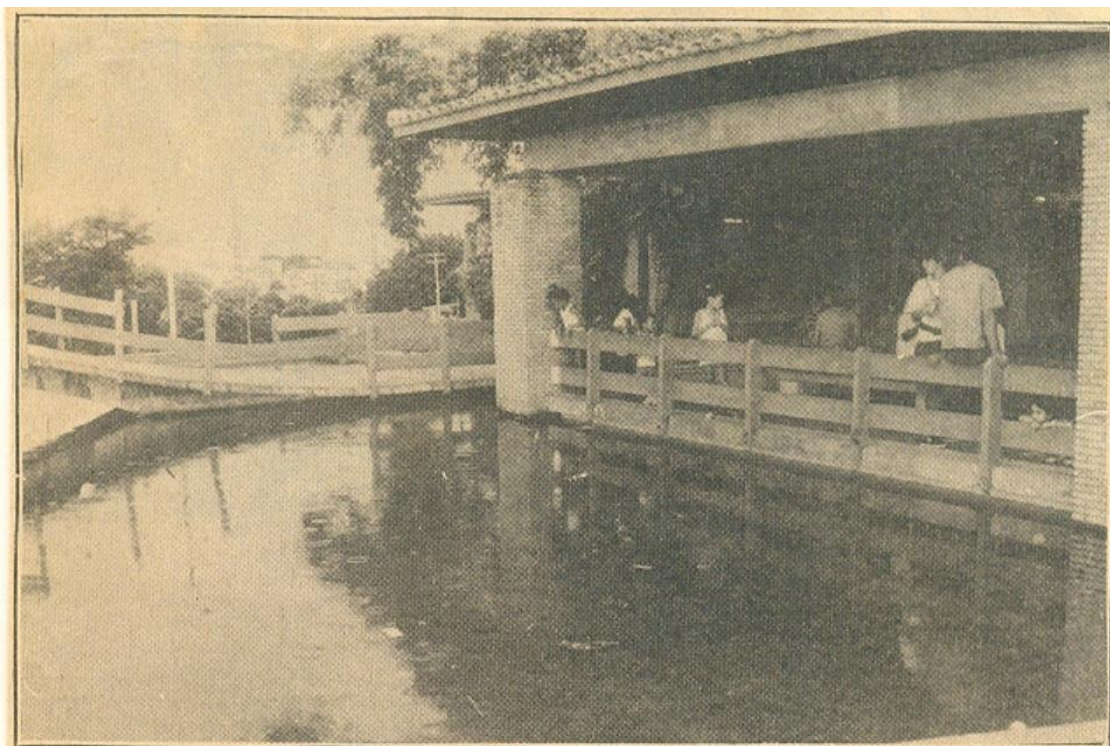
TERRÉO



PAV. 1



## ANEXO 6 – Notícia de Jornal sobre a condição de abandono do parque



Lago cheio de detritos e a ponte danificada são aspectos que tiram a beleza do Parque Solar Boa Vista

## Moradores querem salvar parque

Mais um pedido de socorro foi dirigido ao governador eleito, Waldir Pires antes mesmo de sua posse. Desta vez foi dos moradores do Engenho Velho de Brotas que, após uma manifestação, ontem à tarde, no Parque Solar Boa Vista, encaminharam a Waldir um abaixo-assinado com mais de mil assinaturas. Eles pedem sobretudo, a construção de creche e a melhoria do parque, única área de lazer do bairro, que está abandonada. Lá não existe coleta do lixo, que se acumula por toda parte, não há iluminação e seu cine-teatro funciona em péssimas condições.

Com cerca de vinte mil habitantes, o Engenho Velho de Brotas é mais um bairro problemático de Salvador. Oitenta por cento de seus moradores

é de baixo poder aquisitivo, conforme assinalou Evandro Ayres, presidente da Associação Beneficente Recreativa, Cultural e Assistencial do Engenho Velho de Brotas (Asbrace). Ele disse que, a luta dos moradores pela melhora do bairro vem de longas datas. Por diversas vezes compareceram à prefeitura e entraram em contato com o governador João Durval, mas só ouviram promessas. A situação se agrava à medida que o tempo passa, pois, há quatro anos a água do lago situado dentro do parque não é trocada, causando doenças infecciosas às crianças que lá brincam, como única alternativa de lazer.

Se durante o dia o lixo, a poluição do lago e as péssimas condições dos

jardins e quadras de esporte deprimem quem visita o parque, à noite, a falta de iluminação amedronta quem se atreve a ir lá. O perigo de assalto é uma constante e desencoraja os moradores a comparecerem ao cine-teatro, onde as instalações elétrica, hidráulica e aparelhagem audiovisual também estão em péssimo estado. Outra queixa feita por Ayres é quanto à falta de saneamento básico na localidade denominada Baixa do Porco que, como o nome já diz, é uma verdadeira porcaria. Segundo ele, os esgotos correm a céu aberto e várias crianças já morreram contaminadas. Problema semelhante ocorre no conjunto Edgard Santos, onde desemboca o esgoto do hospital do mesmo nome.

## ANEXO 8 – Manifestação Cultural reivindicando a requalificação do Solar e Parque

## Manifestação pede requalificação do Solar Boa Vista

**MOBILIZAÇÃO** Tombado pelo Iphan e considerado patrimônio mundial cultural pela Unesco, o Parque Solar Boa Vista, do século XVIII, que já foi sede da prefeitura de Salvador, está abandonado desde o incêndio ocorrido em 2013 no casarão principal, que abrigava a Secretaria Municipal da Educação. O imóvel, que já foi habitado pelo poeta Castro Alves, sofre com a degradação, assim como os demais equipamentos do local. Para protestar contra a situação, moradores de Brotas, integrantes de grupos musicais e de instituições religiosas realizaram um ato, ontem, para pedir a requalificação do espaço. “Estamos lutando para a reforma deste importante equipamento da cidade, que, além da riqueza cultural, é também um espaço de lazer para a comunidade”, diz Marcelo Maia, representante da Associação de Resgate da Cultura Educacional da Bahia (Arceb), que organizou o ato. Eles iniciaram as ações com uma caminhada pelo Engenho Velho de Brotas e seguiram para o So-



Manifestantes se reuniram na frente do casarão principal do parque

lar, onde realizaram uma roda de capoeira e atividades musicais, comandadas pelos grupos de samba junino tradicionais da região. Segundo Maia, o governo do estado, que tem a posse do parque, planeja fazer no local um complexo de saúde, com central de laudos e de feridos. “Imagine você ter aqui uma central de feridos e laudos e pessoas ocupando o espaço público para atividades es-

portivas e de lazer?”, questiona ele, que está recolhendo assinaturas para sugerir ao governo que faça do local um grande complexo cultural. Ele já conseguiu cerca de 2 mil assinaturas. “O Casarão onde viveu Castro Alves tem tudo para ser um museu, e os demais equipamentos podem abrigar espaços para cursos para a comunidade, áreas de lazer, para piquenique, pista de skate”, defende Maia.



## ANEXO 9 – Roteiro Entrevista com moradores

## PESQUISA ESTADO DE CONSERVAÇÃO PARQUE E SOLAR BOA VISTA

<b>CONHECENDO O ENTREVISTADO (A)</b>
<i>Poderia contar um pouco sobre você, sua atividade, idade?</i>
<i>Quanto tempo reside no bairro?</i>
<b>A RELAÇÃO COM BAIRRO</b>
<i>Qual sua relação com o bairro? Participa de alguma entidade, quais locais você frequenta?</i>
<i>Se recorda de como era a região quando chegou aqui, ou na sua infância? (se é morador antigo ou recente)</i>
<b>RELAÇÃO COM A EDIFICAÇÃO</b>
<i>E com relação ao Solar, e o parque, você frequenta? Já frequentou? Conhece o local?</i>
<i>O prédio mudou? Quais usos você se recorda do local quando ele funcionava?</i>
<i>Recorda de alguma reforma no local?</i>
<i>Se sim, elas interferiram em algo no seu cotidiano (para melhor ou para pior)?</i>
<i>E hoje, como você vê a edificação e o parque?</i>
<i>Como você vislumbra o futuro do casarão e parque?</i>

.